

CLEMENTINA DE FÁTIMA BIDARRA PINTO DE CASTRO RIBEIRO

*REAPORTUGUESAR* PORTUGAL:  
O SENTIDO PATRIÓTICO EM EÇA DE QUEIRÓS

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ESTUDOS  
PORTUGUESES INTERDISCIPLINARES**

**UNIVERSIDADE ABERTA  
LISBOA 2008**

**Dissertação de Mestrado apresentada à  
Universidade Aberta, para a obtenção do  
Grau de Mestre em Estudos Portugueses  
Interdisciplinares.**

CLEMENTINA DE FÁTIMA BIDARRA PINTO DE CASTRO RIBEIRO

*REAPORTUGUESAR* PORTUGAL: O SENTIDO PATRIÓTICO  
EM EÇA DE QUEIRÓS

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ESTUDOS  
PORTUGUESES INTERDISCIPLINARES**

**ORIENTADORA: PROFESSORA DOUTORA  
ANA NASCIMENTO PIEDADE**

**UNIVERSIDADE ABERTA  
LISBOA 2008**

“E simplesmente o que eu quero fazer é dar um grande choque eléctrico ao enorme porco adormecido (refiro-me à Pátria).”

Eça de Queirós, carta a Ramalho Ortigão, de 10 de Novembro de 1878, in *Cartas e Outros Escritos*, Lisboa, Livros do Brasil, 2001, p.50.



Miguel Castro, 2007

## ÍNDICE

<b>Palavras prévias</b> .....	3
-------------------------------	---

<b>Introdução</b> .....	4
-------------------------	---

### Capítulo I

1.1 Breve Contextualização.....	7
1.2 O choque do Ultimato britânico .....	10
1.3 Mentalidade Oitocentista- década de 90.....	15

### Capítulo II

2.1 Para uma compreensão do sentido patriótico em Eça de Queirós ....	23
2.2 Textos não ficcionais e outros testemunhos.....	25
2.2.1 "O Ultimatum" .....	25
2.2.2 "Novos Factores da Política Portuguesa" .....	30
2.2.3 Portugal e Brasil: a polémica com Pinheiro Chagas .....	33
2.2.4 Correspondência Seleccionada .....	39
a) amigos .....	42
b) Oliveira Martins .....	44
c) Emília de Castro .....	51
d) <i>Correspondência de Fradique Mendes</i> – um excerto .....	52
2.2.5 Textos dispersos .....	53
2.2.6 Outros testemunhos:	
a) José Maria Eça de Queirós .....	60
b) Alberto de Oliveira .....	65

### Capítulo III

3.1 Textos Ficcionalis	
3.1.1 O simbolismo do final d' <i>O Crime do Padre Amaro</i> .....	72
3.1.2 O Passeio Final d' <i>Os Maias</i> .....	74

3.1.3	Fradique Mendes .....	77
3.2	O Último Eça .....	81
3.3	De novo o <i>Reaportuguesamento</i> – os romances finais .....	97
3.3.1	Jacinto e Gonçalo: dois homens, dois desígnios .....	99
3.3.2	<i>A Ilustre Casa de Ramires</i> .....	105
	a) <i>Gonçalo Mendes Ramires</i> .....	107
3.3.3	<i>A Cidade e as Serras</i> .....	113
	a) Jacinto de Tormes .....	115
	Considerações finais .....	123
	Bibliografia .....	126

## **PALAVRAS PRÉVIAS**

AGRADEÇO ....

À Professora Doutora Ana Nascimento Piedade pela confiança que depositou em mim, paciência, disponibilidade e orientação. Por me ter "ressuscitado" a admiração que nutro pelo autor.

A meus Pais, que apoiam incondicionalmente todos os meus projectos de vida e que me incentivaram a realizar este Mestrado numa fase um pouco complicada da vida.

Ao Pedro que, à sua maneira, me espicaçou o tempo todo...

A meu irmão, que compreendeu bem o que eu queria transmitir.

A minha irmã, que me proporcionou o ambiente ideal para a escrita do trabalho.

Ao Miguel, por me ter inspirado.

Ao Dr. Estevens, que me possibilitou a frequência das aulas.

Às amigas Fernanda e Sílvia por terem acreditado em mim.

Ao Álvaro pelo apoio técnico.

A Deus.

## Introdução

A ficção eciana tem inspirado, há décadas e décadas, leitores e críticos, nacionais e estrangeiros. A imensa produção literária, resultante da sua genialidade, tem despertado os mais diversos estudos e análises por todo o mundo. Críticos, amantes da literatura, professores, académicos muito têm dissertado sobre o trabalho do escritor, sobre as suas áreas temáticas preferidas, sobre a sua linguagem e estilo, enfim, sobre o que ficou dito e o que terá ficado por dizer nas páginas da sua obra.

Confessamos especial interesse pelo que tem sido denominado de “último Eça” (1893-1900). É este Eça que se apresenta no final da sua carreira, alcançada a maturidade literária, que nos seduz especialmente pelo simples facto de se tratar de um Eça mais humanista, mais espiritual, menos positivista. Destaco os últimos romances do autor, *A Cidade e as Serras* e *A Ilustre Casa de Ramires*.

Uma das temáticas que tem suscitado alguma discussão diz respeito à questão do ser ou não ser Eça de Queirós um escritor patriota, ter tido, ou não, manifestas atitudes de amor à pátria. Para uns, Eça foi um apátrida, fazendo das suas obras um veículo de crítica da sociedade e cultura portuguesas, onde purgou tudo e todos. Para outros, o facto de ter tido sempre o país como “personagem principal” das suas obras demonstra, precisamente, o seu amor à pátria e a sua preocupação constante em apontar os vícios comprova a preocupação pela redenção nacional.

Motivam-nos mais os segundos e tentamos demonstrar neste trabalho que, não considerando o autor como o patriota dos patriotas, lemos em muitos dos seus textos o seu elevado e são sentido patriótico, a afeição pelo país, a preocupação pela superioridade espiritual do povo, pela moralização, pela instrução, pela progressiva consciencialização das mentalidades.

Não pretendemos fazer afirmações que digam respeito aos sentimentos que assistiram ao autor no acto de escrita, por isso não o qualificamos de patriota no esplendor do seu significado. Optamos por falar de um sentido patriótico muito próprio, muito justo, isento, muito equilibrado, na medida em que não se limita a

exortar as qualidades pátrias, mas antes aponta criticamente as falhas para em seguida apontar os caminhos, caminhos esses que devem estar relacionados, entre outros aspectos, com a valorização das origens nacionais, como teremos oportunidade de o demonstrar mais adiante no trabalho.

O presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No Capítulo I é feita uma breve contextualização histórica, cultural e política do Portugal do último Eça (1893-1900), a fim de se enquadrar historicamente o tema e, por sua vez, justificar a opção pelo mesmo. Faz-se uma breve alusão à Geração de 70 e aos Vencidos da Vida, para se entender o espírito do grupo que enformou as produções literárias dos seus membros principais, demonstrando-se que houve empenho colectivo em ressuscitar alguns valores pátrios. Outro aspecto muito importante deste primeiro capítulo consiste na alusão ao Ultimato Inglês de 1890 e aos efeitos que este causou no sentir português, em especial neste grupo de intelectuais. Destacam-se algumas alusões de Eça ao referido momento, assim como, as suas propostas de solução para a crise instaurada. Encerramos o capítulo com uma reflexão acerca da mentalidade típica oitocentista (interessando-nos, posteriormente, detectá-lo nas criações ficcionais e não ficcionais do autor): o espírito do fim-de-século que serve de mote a muitos dos escritos queirosianos.

Surgem no segundo e terceiro capítulos os textos que, como se disse, funcionam como reflectores deste sentido patriótico eciano.

O capítulo II é dedicado aos textos não ficcionais (uns da autoria de Eça, outros acerca da sua personalidade e obra) onde recolhemos manifestações, umas mais directas, outras mais veladas, deste sentido patriótico. Os textos escolhidos consistem num texto escrito para a *Revista de Portugal* ("Novos Factores da Política Portuguesa"); os textos envolvidos na polémica com Pinheiro Chagas, que, apesar de não pertencerem à última fase de escrita do autor (fase que nos interessa abordar no trabalho), o período que vai de 1893 a 1900, abordam a temática polémica em torno da questão do ser ou não ser patriota; os textos epistolares, desde as cartas à esposa, a amigos, com especial destaque às cartas trocadas com Oliveira Martins, onde surge a alusão à nobre missão de *reaportuguesar* Portugal. Nas cartas, chamamos a atenção para o enaltecimento da forma de ser portuguesa,

considerando-a como a primeira manifestação daquilo que chamamos utopia tórmica.

Nos textos acerca do autor, destacamos o prefácio das *Cartas Inéditas de Fradique Mendes*, escrito pela mão de um dos filhos do autor e o testemunho de Alberto de Oliveira. Outros textos dispersos do autor, onde se vê abordada a questão, são também chamados a este trabalho de forma a servirem o propósito do tema. Por fim, no Capítulo III têm voz os textos ficcionais, também em busca deste pensar do autor.

A título complementar e pela importância simbólica, os textos escolhidos são o final de *O Crime do Padre Amaro* que, apesar de não pertencer à já referida última fase de escrita eciana, surge neste trabalho pela descrição emotiva e carregada de simbolismo significativa da estátua de Camões, o passeio final de *Os Maias*, pela contemplação nostálgica e desapontada da cidade de Lisboa, o projecto heteronímico de Fradique e os romances finais, dando especial relevo aos seus protagonistas.

Pretende dar-se lugar central neste trabalho às obras finais como *A Ilustre Casa de Ramires* e *A Cidade e as Serras*. Estas obras têm uma importância simbólica muito grande para o trabalho na medida em que, sendo obras do chamado “Último Eça” (1893-1900), detectamos nelas um fundo de esperança, uma atitude que se adequa ao tema deste trabalho. Em *A Ilustre Casa de Ramires* o destaque vai para a valorização do ancestral e descoberta das raízes. Em *A Cidade e as Serras*, destaca-se a importância do espaço rural como espaço de redenção para a pátria, na medida em que este espaço representa o regresso às origens portuguesas. Em ambas se explora neste trabalho a temática do reaportuguesamento de Portugal de forma a identificarmos que sentido patriótico existe em Eça de Queirós.

## **Capítulo I**

### **1.1. Breve Contextualização – Portugal Pós-regeneração**

O grupo dos jovens intelectuais que, nos anos sessenta, em Coimbra, participou na “Questão Coimbrã” e abalou o ambiente universitário daquela cidade, acabados os seus cursos, juntou-se novamente, desta vez, em Lisboa. “As Conferências do Casino” serviriam para agitar as mentalidades e levantar uma série de problemas que, segundo os seus impulsionadores, eram responsáveis pela decadência do país e pelo seu afastamento em relação à Europa considerada culta.

O objectivo número um destas “Conferências”, expresso pela boca de Antero, foi elaborar o diagnóstico das raízes da decadência peninsular: o descompasso de Portugal com a Europa moderna, no que diz respeito à produção cultural, às instituições e às mentalidades. Proclamavam, com arrojo, a necessidade urgente da substituição da forma de ser da nação portuguesa, apregoando um novo interior adaptado ao modelo progressista europeu.

Os acontecimentos políticos e culturais subsequentes à realização das “Conferências do Casino” (a afirmação dum movimento de ideias que contagiara os intelectuais portugueses, através dos livros vindos de fora, o historicismo, o interesse pelas ciências políticas e sociais, a crítica positivista à maneira de Taine, o evolucionismo de Darwin, um alvorecer de interesse pelas teorias de Marx e Engels, os ecos da Internacional, o realismo em Arte como expressão dum novo ideal de vida, a crença no progresso das sociedades, conseguido através do avanço das ciências – das positivas – e ao mesmo tempo um negativismo quanto às coisas portuguesas) revelaram duas visões e sentimentos contraditórios acerca das possibilidades da regeneração portuguesa: de um lado, a crença que se Portugal viesse a acertar o passo com a Europa, a regeneração seria possível; do outro, a percepção de existirem atavismos insuperáveis. O positivismo, no qual se formara a esperança regeneradora, trazia-lhes decepção e esperança: decepção quando os confrontava com o “atraso” português; esperança quando acreditavam no poder transformador das elites esclarecidas. Seja como for, as “Conferências do Casino” tiveram larga audiência na opinião pública. A crítica ao sistema político vigente não implicava a

vontade de pôr fim à instituição monárquica, embora houvesse entre os participantes adeptos fervorosos do ideal republicano.

Os arautos das “Conferências” pretendiam acordar Portugal para as grandes transformações da Europa e do Mundo. “O isolamento nacional não era apenas geográfico, pelo fatalismo a que a Península Ibérica nos condenara. Era sobretudo cultural, na medida em que o País vivia alheado «das grandes preocupações intelectuais do seu tempo»”<sup>1</sup>.

A nova geração de intelectuais manifestava, ainda, grande descontentamento em relação à decadência da realidade política, cultural e social do país. Com efeito, o liberalismo já estava consolidado e assentava em velhas estruturas, o que gerava inconformismo dos jovens universitários em relação a esta situação. Por outro lado, o cenário cultural, e em particular o literário, era bastante pobre, sendo dominado pela retórica ultra-romântica, caracterizada por um sentimentalismo excessivo e “forçado”, reinando um autêntico vazio de ideias, já que se privilegiava sobretudo a forma.

A literatura desses anos testemunha bem o sentimento desta geração. A pouco e pouco, a cada romance de Eça de Queirós – *O Crime do Padre Amaro* (1876), *O Primo Basílio* (1878), *A Relíquia* (1887) e *Os Maias* (1888); a cada folhetim das *Farpas*, em cada página de História de Oliveira Martins – *História de Portugal* (1879) e *Portugal Contemporâneo* (1881) – a descrença na regeneração não parava de crescer.

Iluminados por ideias inovadoras que assimilaram da cultura europeia, sobretudo da francesa, irão opor-se a um governo monárquico, cada vez mais contestado nos finais do século. Racionalistas, herdeiros do positivismo de Comte, do idealismo de Hegel e de socialismo utópico de Proudhon e Saint-Simon, protagonizaram uma autêntica revolução cultural no nosso País, agitando consciências e poderes estabelecidos. São disso exemplo a Questão Coimbrã e as Conferências do Casino.

---

<sup>1</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Lisboa, Verbo, volume IX, p.301.

Destacam-se como membros principais desta Geração de 1870, Antero de Quental, Teófilo Braga, Eça de Queirós e Guerra Junqueiro, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Jaime Batalha Reis, entre outros.

As conferências realizadas em Lisboa, em 1871, surgiram aquando das reuniões do "Cenáculo" e tiveram como impulsionador Antero de Quental. Ponto alto da Geração de 70, visaram abrir um debate sobre o que de mais moderno, a nível de pensamento, se vinha fazendo lá fora. Aproximar Portugal da Europa era o objectivo máximo, anunciado, aliás, no respectivo programa. Das várias conferências previstas, só se realizaram cinco, pois, a partir da sexta, as conferências foram proibidas pelo governo, sob a alegação de serem um atentado à religião e às instituições políticas do Estado. Esta proibição levantou uma enorme onda de protestos de novo encabeçada por Antero de Quental. De qualquer modo, entre os intelectuais portugueses ficou o gérmen da modernidade do pensamento político, social, pedagógico e científico que na França, na Alemanha e na Inglaterra se fazia sentir. Este espírito revolucionário e positivista dominou a maioria da jovem classe pensante.

Para Antero, o povo português estava afectado por "atonia" social e política, culpa do absolutismo, da Contra Reforma e das desajustadas soluções da Revolução liberal.

Por sua vez, Oliveira Martins repensou o lugar de Portugal, quer em relação ao seu passado, quer nas suas ligações com a Península e com a Europa. Para o historiador, a geografia, a raça e as necessidades de ponderação constituíam os três factores determinantes na existência das nações. A seu ver, o carácter do povo português era mais passivo que activo, tendo como peculiar a sua grande capacidade de recepção e assimilação das qualidades dos povos estrangeiros.

A historiografia de Martins teve por intenção política a crítica ao liberalismo e a demonstração que Portugal era uma sociedade decadente, tipicamente romântica. Os seus heróis encarnam valores colectivos, quer na sua *História de Portugal*, quer em *Os filhos de D. João I*, 1891, e em *Vida de Nuno Álvares*, 1893, *Príncipe Perfeito*, 1895. Obras de índole nacionalista, apostadas em repor o lugar de

Portugal através da memória histórica e da vocação da raça portuguesa. Também Teófilo Braga dará atenção à temática em voga da raça, do meio, do passado histórico como determinantes nas relações sociais e nas formas de pensar.

Onze dos intelectuais portugueses que tiveram destaque na vida literária e política do final do século XIX acabariam por reunir-se num novo intuito. Deste grupo faziam parte Oliveira Martins (autor da denominação *Vencidos da Vida*), Ramalho Ortigão, António Cândido, Guerra Junqueiro, Carlos Mayer, o marquês de Soveral, Carlos Lobo d'Ávila, o conde de Ficalho, Bernardo de Pindela e o conde de Sabugosa. Eça de Queirós juntou-se-lhes em 1889.

Reuniram-se com certa regularidade entre 1888 e 1894. Encontravam-se para convívio intelectual e diversão no Tavares, no Hotel Bragança ou na residência de um dos participantes. Como um grupo, ficaram conhecidos (embora não com inteira justiça) pelo seu diletantismo, por um certo mundanismo desencantado. Estes não eram, contudo, sinais de falta de profundidade intelectual, como comprovam as abundantes realizações dos seus membros na política, na diplomacia, na historiografia e na literatura, mas antes de desencanto e frustração pela incapacidade de fazer vingar as suas ideias.

## **1.2. O choque do Ultimato britânico**

O tempo da criação eciana (1871-1900) é um tempo de pessimismo devido a factores diversos: a crise política, a bancarrota financeira, a degradação do sistema constitucionalista. O fim-de-século apaga a euforia de crescimento e de transformação dos anos anteriores, dando lugar a uma atmosfera de fadiga mental e de desilusão.

Em termos políticos, vemos em Antero e Oliveira Martins, com propósitos definidos, ideais republicanos e socialistas. Como refere Joel Serrão:

Mediante o republicanismo pretendia negar-se o passado imediato, ou seja, a tipificação portuguesa sob a forma de monarquia constitucional que o liberalismo assumira; mediante o socialismo, buscavam-se, entre névoas, os caminhos a trilhar no porvir.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Joel Serrão, *Temas de Cultura Portuguesa II*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, p. 59.

Contudo, de 1870 a 1880, assiste-se ao deslocamento dos objectivos socialistas para os fins republicanos. O socialismo perde a sua força, ganhando em proporção o republicanismo, este, por sua vez, apelava para a instituição de um regime político que fosse verdadeiramente nacional, despertando os espíritos mais patriotas. Citamos, novamente, Serrão:

Na verdade, aquilo que, a partir de 1880, engrossa, significativamente, o movimento republicano foi, em primeiro lugar, o estremecimento patriótico do centenário de Camões (1880), levado a efeito entre festejos e manifestações cívicas que adquiriram aspecto retumbante, ao qual se seguiu a comemoração do centenário do Marquês de Pombal (1882); e depois, mal se haviam apagado as chamas alterosas dessa comoção nacional, - e nacionalizante e nacionalista - , a ocorrência da brutal afronta da Inglaterra, que foi o *Ultimatum* de 1890, ao brio nacional, em vias de soerguer-se na contemplação do passado, tecla habilmente percutida pelos propagandistas da República.<sup>3</sup>

Conheçamos também a definição do acontecimento de 1890 proposta por Basílio Teles:

Qualquer que seja o destino reservado à pátria portuguesa, o 11 de Janeiro de 1890 ficará sendo para ela uma data memorável. Este dia valeu oito séculos: este momento, à semelhança de outros que conhecemos da história, resumiu, na sua intensa brevidade, todo um passado doloroso e esboçou, numa forma indecisa, o segredo de um futuro perturbante. Foi com certeza um epílogo e será também um prólogo.<sup>4</sup>

O Ultimato foi, seguramente, o acontecimento que abalou a sociedade portuguesa daquela época com maior profundidade<sup>5</sup>. Nas palavras de Eça: "incontestavelmente a mais severa, talvez a mais decisiva, crise que esta geração tem afrontado".<sup>6</sup>

Para Antero, fora um "momento de humilhação e ansiedade" <sup>7</sup>. A nível geral, as consequências foram diversas, com manifestações públicas entusiasmadas que levam à demissão do governo. É lançada uma subscrição nacional para compra de navios de guerra, boicotam-se produtos ingleses. A Liga Patriótica do Norte, no Porto, com Antero à cabeça, em Lisboa, a Liga Liberal aproveita o momento para uma espécie de "acto de contrição da consciência pública nacional"<sup>8</sup>.

---

<sup>3</sup> *Idem, ibidem*, p. 62.

<sup>4</sup> Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro: um esboço de história política*, Lisboa, Portugália, 1968, p. 76.

<sup>5</sup> O Ultimato de 1890 foi um ultimato do governo britânico - entregue a 11 de Janeiro de 1890 como um "Memorando" - a Portugal para que retirasse as forças militares existentes no território compreendido entre as colónias de Moçambique e Angola, no actual Zimbabwe, a pretexto de um incidente ocorrido entre portugueses e Macololos. A zona era defendida por Portugal, que a havia incluído no famoso Mapa cor-de-rosa, reclamando a partir da Conferência de Berlim uma faixa de território que ia de Angola à contra-costa, ou seja, a Moçambique. A impossibilidade de resistência leva à imediata queda do governo, sendo nomeado, a 14 de Janeiro, um novo ministério presidido por António de Serpa Pimentel.

<sup>6</sup> Eça de Queirós, *Cartas Inéditas de Fradique e mais Páginas Esquecidas*, edição, Porto, Lello & Irmão Editores, 1929, p. 266.

<sup>7</sup> Antero de Quental, "Expição", in *Prosas*, vol. III, p. 144.

<sup>8</sup> *Idem. Ibidem*, p. 145.

Está em curso o projecto de sobrevivência da Nação. Emergia a ideia de uma Ibéria republicanizada para poder rivalizar com a Inglaterra. O Portugal de fim de século é um país a reagir ao surto industrial, urbanizando-se. A população cresce, distribuindo-se melhor pelos diversos sectores de actividades. O republicanismo também cresce, ligado ao projecto colonial. Na ideologia da geração de 1890 cresce o nacionalismo. Aliado a este facto, o sebastianismo volta à ordem do dia, como tema de escrita literária. Conheçamos a descrição de António José Saraiva acerca deste acontecimento:

Portugal estava enredado numa grave crise financeira, com um défice que se agrava dia a dia na balança de pagamentos e nas trocas comerciais, crise que se traduzia uma crise humana e institucional. Apesar disso, continuava a sonhar-se com uma nação imperial, como no tempo de D. João V, contando com o ouro colonial para equilibrar as suas contas. Desde o século XVI os Portugueses procuravam o ouro no interior africano no famoso império do Monomotapa. O «mapa cor de rosa» é a continuação imaginária, no século XIX, do ouro dos «quintos» do império brasileiro. O *ultimatum* de 1890 foi a pancada que nos chamou à realidade da nossa insignificância como potência europeia.<sup>9</sup>

Constatamos que o Ultimato inglês provocou marcas profundas na população portuguesa e os *Vencidos da Vida* não foram excepção.

Inicia-se, então, um profundo movimento de descontentamento social, implicando directamente a família reinante. Os republicanos capitalizam este descontentamento, iniciando um crescimento e alargamento da sua base social de apoio que levará à implantação da república em 5 de Outubro de 1910.

Os acontecimentos desencadeados pelo ultimato britânico de 11 de Janeiro de 1890 marcaram de forma indelével a evolução política portuguesa, desencadeando uma cadeia de acontecimentos que desemboca no fim da monarquia constitucional e no reforço da consciência colectiva portuguesa e do apego ao império colonial, o qual acabaria por ter pesadas consequências ao longo do século XX.

A par da violenta explosão de indignação popular, das palavras dos jornalistas, surgiram peditórios públicos numa “Grande Subscrição Nacional” para equipar e manter o exército português. Contudo, esta não era a via apontada por Antero de Quental. Dias depois do ultimato, nas páginas do jornal *A Província*, à solução

---

<sup>9</sup> António José Saraiva, *Tertúlia Ocidental*, Lisboa, Gradiva, 1995, p. 139.

belicista proposta na Subscrição, contrapõe um acto de contrição da consciência pública e a reforma dos sentimentos e dos costumes. Escreveu:

O nosso maior inimigo não é o inglês, somos nós mesmos. Só um falso patriotismo, falso e criminosamente vaidoso, pode afirmar o contrário. Declamar contra a Inglaterra é fácil, emendarmos os defeitos da nossa vida nacional será mais difícil, mas só essa desforra será honrosa, só ela será salvadora.<sup>10</sup>

Eça de Queirós, profundo admirador da personalidade de Antero e da sua escrita, percebeu que ao companheiro de geração “doía-lhe” na alma esta situação de humilhação nacional. Percebeu, ainda, a fé que o mesmo depositou nos propósitos da Liga patriótica. Contudo, o fracasso da Liga acabaria por ditar também o fracasso do seu líder.

Eça, nunca acreditou no sucesso deste movimento e sempre percebeu que a atitude de Antero, esta crença súbita no ressuscitar da alma quinhentista, seria efémera, sendo fruto do momento, momento de forte carga emotiva. Eça sabia, também, que apenas Antero tinha propósitos verdadeiramente nobres neste projecto, daí que “a Liga, que ainda mal nascera já findava descomposta. Tão descomposta que dentro dela não restava outro movimento senão o fervilhar dos vermes partidários, Regeneradores e Históricos”<sup>11</sup> Para Eça, o projecto não passou de um “estouvado sonho”.

Antero presidiu à Liga Patriótica do Norte, apelando para a restauração das forças nacionais, de cujo edifício a Liga constituiria a primeira pedra. Sabe-se, hoje, que aquele ‘incêndio patriótico’ foi efémero, foi emoção suscitada por aquele contexto tão especial que revelou um novo Antero, muito distinto do Antero das *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, outrora defensor do renegar a nacionalidade e da revolução, agora arauto da unidade moral da nação por meio da conversão do Estado à missão de intérprete do sentimento nacional.

A Liga Patriótica do Norte terá sido o «derradeiro fantasma» de Antero, conforme testemunha Eça:

---

<sup>10</sup> Antero de Quental, *Jornal A Província*, 26 de Janeiro de 1890.

<sup>11</sup> Eça de Queirós, “Um génio que era um Santo”, in, *Notas Contemporâneas*, Lisboa, Livros do Brasil, 2000, p. 281.

Acreditou com deslumbrado ardor, em coisas inacreditáveis – na mocidade iniciadora; na contrição dos velhos partidos pecadores; na alma quinhentista de Portugal ressurgindo; no despertar de um novo povo, com vontade bem consciente, e formulada em comícios, de ser novamente esforçado e grande!<sup>12</sup>

Nestes anos pós Ultimato (1890-1900), muitas figuras cimeiras da vida política e literária portuguesa, chicoteadas pela brutalidade britânica, iam inflectindo claramente a sua postura: a ofensiva contra a psicologia, a sociologia e a cultura portuguesa cedia lugar ao fervor patriótico: a via da regeneração buscava agora outros caminhos.

Por exemplo, Ramalho Ortigão suspendeu as *Farpas* pois já não era altura de fustigar os vícios e purgar as consciências, mas de reabilitar a auto-estima nacional e de retemperar os ânimos. Passou a preparar a publicação de *O Culto da Arte em Portugal* (1896), obra que versa e divulga vários aspectos da realidade portuguesa de então, desde a arquitectura, pintura, à desnacionalização da arte, o génio do povo português. Eça de Queirós, já liberto das *Farpas*, escreve, a partir do conto *Civilização* (1882), o romance *A Cidade e as Serras* e também a *Ilustre Casa de Ramires* onde aborda valores que questionam e se relacionam com a índole e a cultura nacionais.

No que respeita aos acontecimentos do Ultimato, Eça elaborou um texto sob esse mesmo título onde explana a sua visão sobre o sucedido e sobre as suas consequências. O presente texto é abordado no capítulo II deste trabalho, dedicado aos textos não ficcionais do autor, onde se pretende dar um contributo para a compreensão do sentido patriótico em Eça de Queirós.

Quanto às reacções dos intelectuais que testemunharam o episódio, Oliveira Martins, por exemplo, deu sinal de ter esgotado o seu interesse pelo estudo das sociedades e culturas primitivas – interesse particularmente vivo na primeira metade da década de 80 – trabalhando agora afincadamente sobre *Os Lusíadas e a Renascença em Portugal* (1891), *Portugal em África* (1891), a exemplar dinastia de Avis, *Os Filhos de D. João I* (1891), *Vida de Nun'Alvares* (1892). Surpreende-o a morte antes de escrever as biografias de Afonso de Albuquerque e de D. Sebastião.

---

<sup>12</sup> *Idem, ibidem*, p. 280.

Também Teófilo Braga, tendo já publicado os *Contos Tradicionais do Povo Português* (1893), abriu em *As Modernas ideias na Literatura Portuguesa* (1892) um parêntesis temático onde se tornou claro o seu apego ao “sentimento da nacionalidade”, passando a apresentar às novas gerações alguns modelos de portugalidade em obras como *A Pátria Portuguesa* (1894), *Mar Tenebroso* (1894), *O Velho do Restelo* (1898), entre outros.

De igual forma, os poetas não serão indiferentes à nova temática: Guerra Junqueiro passou do canto fúnebre do *Finis Patriae* (1890) para a *Pátria* (1896) redentora; enquanto António Nobre evoluiu de um algo ambíguo decadentismo do *Só (que fizera brotar o neo-garretismo das Palavras Loucas* de Alberto de Oliveira) para uma nova esperança bem expressa no poema inacabado *O Desejado* (1895-1899).

E foi nos domínios da historiografia e das ciências sociais que a palavra “tradição” se instalou vigorosamente. Nas mais variadas disciplinas, marcou presença o estudo da tradição cultural portuguesa: a arte, a literatura, a linguagem popular, etc.

Reforça-se, nesta época, o reconhecimento da necessidade do estudo da História para o conhecimento das novas formas de progresso. O espírito da Geração de 70, expresso nas Conferências, metamorfoseara-se e os caminhos a percorrer são, agora, no sentido da ambicionada regeneração nacional.

### **1.3. Mentalidade oitocentista – década de 90**

O fim do século XIX constituiu um tempo de problemática e interrogação. A ideia de decadência era patente e ‘assombrou’ a geração de intelectuais de 70 ao estabelecerem comparação entre Portugal e os ‘parentes’ europeus. Os ventos da civilização não sopravam em Portugal na mesma proporção que na Europa. Esta consciência da existência pouco valorosa portuguesa imprimia nesta geração um clima de desapontamento e desilusão, acabando por ser também objecto de sarcasmo e ironia. África aparecia como uma ‘lufada de ar fresco’, capaz de resgatar o espírito heróico português e de levantar as morais, colocando, quem sabe, Portugal ao nível dos seus congéneres europeus. Ao espírito do fim-de-

século, aliou-se o embate do Ultimato, como descreve Eduardo Lourenço: “O *Ultimatum* não foi apenas uma peripécia particularmente escandalosa das contradições do imperialismo europeu, foi o *traumatismo-resumo* de um século de existência nacional traumatizada”.<sup>13</sup>

O processo culminará com o desabrochar de atitudes de patriotismo e manifestações de anti-anglicanismo, como se referiu anteriormente. O republicanismo saberia aproveitar e potenciar este patriotismo canalizando para si o sentimento do colectivo, utilizando-o como uma arma ideológica: a da exaltação da identidade nacional.

A literatura acompanhou sempre o caminhar da sua pátria. De formas distintas, os escritores testemunharam nas suas criações o seu sentir em relação aos passos dados. Se uns manifestaram a sua adesão aos ideais instituídos, outros arriscaram nas suas penas a crítica. No entanto, algo os une: Portugal é a temática central de toda a escrita literária. É o tema por excelência da literatura do século XIX, como defendeu o autor de *O Labirinto da Saudade*:

[...] Desejamos insinuar que a nossa história literária dos últimos cento e cinquenta anos (e se calhar todas as nossas outras «histórias») poderão receber desta ideia simples, a saber, que foi orientada ou subdeterminada consciente ou inconscientemente pela preocupação obsessiva de descobrir quem somos e o que somos como portugueses, uma arrumação tão legítima como a que consiste em organizá-la como caso particular (e em geral pouco relevante) da literatura ocidental.<sup>14</sup>

Todas as vivências e manifestações de amor pátrio encontraram, ao longo desses 150 anos, diferentes interpretações. Porém, Portugal inspira os criadores nacionais desde há muitos séculos, de forma mais ou menos romanceada.

No fim-de-século, o país, dados os acontecimentos atrás descritos, serve mais uma vez de mote aos intelectuais, poetas, escritores. Em Garrett e Herculano, encontramos a confiança romântica e positiva na pátria popular, pois, é com esta geração que, pela primeira vez, a nossa cultura vai reflectir sobre si mesma, tentando encontrar um meio termo ideal entre uma cultura universalizante, não perdendo de vista a tradição nacional. A primeira geração romântica ‘inventou’ esse

---

<sup>13</sup> Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Gradiva, 2004, 3ª edição, p. 30.

<sup>14</sup> *Idem, ibidem*, p. 84.

revalorizar da tradição em relação à cultura portuguesa, num momento que surgia o conceito de nação e da fundação e constituição das nações modernas:

[...] Este foi um dos momentos excepcionais da nossa cultura e, como tal, permanece exemplar -, graças aos criadores do nosso romantismo, Almeida Garrett e Alexandre Herculano, essa época sem precedentes na nossa história, e por via de consequência na nossa cultura, foi *pensada* e admiravelmente pensada, de acordo com as necessidades e urgências profundas do País, como nunca mais o será. À sua maneira, poeticamente um, ideológica e filosoficamente outro, Almeida Garrett e Herculano refundaram Portugal, reenquadrando, repensando e remitificando o nosso imaginário cultural. O que o grande reformador Mouzinho da Silveira inscreveu na história real do País, eles o inscreveram, mais duradouramente ainda, na nossa história ideal. Almeida Garrett e Herculano «refundaram» Portugal porque, pela primeira vez, e de uma maneira mais radical do que acontecera nas raras mas fortes crises que pontuaram a nossa história de nação independente, o País esteve em sérios riscos de perecer.<sup>15</sup>

Já a Geração de 70 desejou para o país a revolução cultural que o progresso técnico supunha: a transformação do ensino, a criação de uma tradição científica, o gosto da experimentação, condições da liquidação do passado e da construção de um novo Portugal. Pretendiam 'europeizar' o país, libertá-lo das amarras que não lhe permitiam 'apanhar o comboio' do progresso. Resultaria desses propósitos um retrato decadente da sociedade portuguesa que copiava modelos estrangeiros acreditando, assim, estar a integrar a modernidade almejada.

Se Eça foi um dos seus mais cruéis 'retratistas', tendo passado pela sua pena a caricatura de todos os grupos sociais da época, se foi defensor da integração do progresso e do despertar das mentalidades portuguesas, também da sua pena saíram obras como *A Cidade e as Serras*, onde opera o *jacíntico* regresso da civilização, o abandono do confortável aconchego urbano e a adopção da saudável e prazenteira ruralidade profunda.

Contudo, como mostra Eduardo Lourenço, nenhuma dessas tendências terá a força suficiente para responder "à *obsessão temática capital* do século XIX: a de *repor Portugal na sua grandeza ideal*".<sup>16</sup>

Emergia, assim, o objectivo de criar um movimento que concretizasse uma espécie de regeneração simbólica, curando todas as maleitas de que o país decadente enfermava. Oliveira Martins, interpretando os factos e as personagens de forma

<sup>15</sup> Eduardo Lourenço, "Portugal como Destino. Dramaturgia Cultural Portuguesa", in *Mitologia da Saudade. Seguido de Portugal como destino*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999, p.104.

<sup>16</sup> Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Gradiva, 2004, 3ª edição, p. 87.

empolgada e imaginativa, deu o seu excelente contributo neste sentido e o seu traçado de nacionalista resistiu até ao tempo de Pessoa. Oliveira Martins tratava nas suas obras figuras da história de Portugal que ficaram como modelos para seus pares, figuras essas que representavam períodos áureos, por contraste com o momento presente.

Da obra de Oliveira Martins, responsável pela primeira leitura pouco hagiográfica da nossa história, ao mesmo tempo que instaurava com ela uma *mitologia cultural* que teve - e tem - o mérito de integrar as sombras do nosso passado nas visões unanimemente apologéticas dele, preferiu-se sempre aquela que no final da sua vida, e em contradição com o que Antero de Quental dissera na sua conferência, dedicou à evocação das vidas heróicas de *Nun'Álvares* ou d'*Os Filhos de D. João I*. Estas exaltações eram a sua resposta melancólica à «apagada e vil tristeza» da sua época, mas vão servir de caução ao moderno «nacionalismo português». Só Fernando Pessoa, na *Mensagem*, subtrairá este culto do «herói» de Oliveira Martins ao seu aproveitamento mais rasteiramente chauvinista ou meramente político.<sup>17</sup>

Ainda a propósito da atitude 'modelo' de Oliveira Martins, gostaríamos de trazer a este trabalho um ponto de vista martiniano acerca do ser português veiculado na sua *História de Portugal*:

Daí vem o caso, talvez único na Europa, de um povo que não só desconhece o patriotismo, que não só ignora o sentimento espontâneo de respeito e amor pelas suas tradições, pelas suas instituições, pelos seus homens superiores [...], que não só não possui uma alma social, mas se compraz em escarnecer de si próprio [...]. Quando uma nação se condena pela boca de seus próprios filhos, é difícil, senão impossível, descortinar o futuro de quem perdeu por tal forma a consciência da dignidade colectiva.<sup>18</sup>

Antero e Eça partilhavam deste pensar do amigo, a falta de auto estima nacional e a conseqüente tendência para a cópia do que é estrangeiro. Eis, então, o percurso de interpretação literária da história, como bem explica Lourenço: numa primeira fase, Garrett e Herculano participam na gesta de libertação nacional heróica, confiando no liberalismo como motor dessa gesta. Contudo, esta ênfase do amor pátrio degrada-se num abuso de utilização desta temática literária. Eça de Queirós será um dos denunciadores dessa utilização 'doentia' do amor pátrio, como se poderá constatar mais adiante neste trabalho, onde exploramos a célebre polémica entre Eça de Queirós e Pinheiro Chagas.

A segunda fase, de acordo com o mesmo autor, corresponde à acção dos intelectuais de 70 que desdramatizaram o nacionalismo das letras portuguesas. As

---

<sup>17</sup> Eduardo Lourenço, "Portugal como Destino. Dramaturgia Cultural Portuguesa", in, *Mitologia da Saudade. Seguido de Portugal como destino*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999, pp. 124-125.

<sup>18</sup> Oliveira Martins, *História de Portugal*, Lisboa, Guimarães Editores, 1968, p. 570.

“Conferências do Casino” põem em causa o ser histórico e cultural português. Eduardo Lourenço retrata exemplarmente o sentimento destes jovens:

Nunca geração portuguesa se sentira tão infeliz, tão funda, sincera e equivocadamente infeliz – por descobrir que pertencia a um povo *decadente*, marginalizado ou automarginalizado na história e recebendo passivamente do movimento geral do que chamam, extasiados, a *civilização*, não só máquinas, artefactos, modas, mas sobretudo *ideas*, acessíveis como máquinas.<sup>19</sup>

Esta geração sentiu que deveria agir no sentido de tirar o país desse atraso decadente, desse estado apático e sonolento, tendo em Eça um dos seus protagonistas. Em Antero, esta geração via o seu líder espiritual. O seu carácter poético e trágico espelhava na perfeição o do próprio país. Eduardo Lourenço classifica esta geração como a “primeira geração perdida de Portugal” que viria, no final do século a admirar uma outra, a “íclita geração”, ressuscitada na pena de Oliveira Martins e a que Eça não foi indiferente: “O que começara com Proudhon, acabará com D. Sebastião”.<sup>20</sup> Esta frase resume bem o percurso da geração de 70.

Estes intelectuais operam na tentativa de resgatar o país do ‘buraco escuro’ em que havia caído, trazendo-lhe a luz. Porém, a verificação que o Portugal real e o Portugal sonhado não coincidem leva ao desapontamento. Fradique Mendes, por exemplo, terá sido a resposta de Eça a esse facto. Amante do genuíno e do pitoresco, crítico dos excessos da civilização moderna e liberal, Fradique é a encarnação “abstracta e impossível” dum ideal de época, e, mais concretamente, do ideal da geração de Eça, a personificação simbólica de uma elite intelectual que se opunha à vulgaridade de um país em declínio — mais um vencido da vida. É a expressão do cepticismo perante angústias sociais para as quais não se encontrou remédio. E o que se sucede? A desistência ou a revolta? A alienação por vezes. Oliveira Martins refugia-se na própria História personificada em Nuno Álvares. É este Oliveira Martins, como “farol” do amigo Eça, “no exílio mal dourado de Paris”, que contribui para a sua reconciliação com a antiga «choldra».

Neste trabalho, exploramos uma ideia surgida da troca de correspondência entre os dois e que nos leva precisamente à trave mestra deste trabalho: a acção de

---

<sup>19</sup> Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Gradiva, 2004, 3ª edição, p. 90.

<sup>20</sup> *Idem, ibidem*, p. 93.

*reaportuguesar* Portugal, uma concreta atitude, uma revelação do sentido patriótico de Eça.

Eça de Queirós, como bem o qualifica Lourenço, foi, entre os da sua geração, o maior intérprete da realidade nacional, realidade que o obcecou e que descreveu exemplarmente. A posição de Lourenço vem ao encontro do nosso pensamento:

Apesar de todas as críticas que se lhe podem fazer, é um Portugal realmente *presente* que ele interroga e que o interpela. É a sua província, a sua capital, os seus pasmosos habitantes, os costumes, os sonhos medíocres hipertrofiados, a inenarrável pretensão de tudo quanto é ou parece ser «gente», num país sem termos de comparação que possam equilibrar essa doce paranóia de grandezas engendradas a meias pelo tédio e pela falta de imaginação, que Eça pinta, caricaturalmente, sem dúvida, mas para melhor reduzir a massa confusa do detalhe proliferante à sua verdade palpável.<sup>21</sup>

Esta consciência da realidade é fruto duma atenção constante e pormenorizada, fundamentada, sobre o país. É reveladora do sentido de responsabilidade de um autor que quis intervir no sentido de melhorar a sociedade. Primeiro purgando a mesma de forma sarcástica, irónica e até cómica. Acabaria por optar por uma estratégia crítica mais amena.

Eduardo Lourenço termina por dizer que o propósito final do autor é o de descobrir a face autêntica da pátria que talvez “ninguém tenha tão amado e detestado”. Se ‘detestou’ o país foi, a nosso ver, pelas melhores razões, foi por este não ter sabido acompanhar os seus vizinhos europeus na abertura das suas portas à civilização, à cultura, à educação, detestou a forma de ser portuguesa. Por outro lado, amou-o e procurou-o numa Paris idealizada, e recordou-o nos aspectos que mais lhe tocavam e deixavam saudades – Tormes e tudo o que esta simboliza. Eça é, como escreve Lourenço, o “homem que de uma forma bem [...] subtil e criadora promove [...] um análogo regresso à Tormes pátria, cansado como o pastor poeta de Junqueiro de buscar a maternal verdade através da terra inteira”.<sup>22</sup>

Se, primeiramente, Eça aponta farpas ao país atrasado e provinciano, acabará por reconhecer que os propósitos da sua geração caíram por terra. A sua estratégia alterou-se no final de sua carreira como uma evolução natural da sua escrita. O reconhecimento do valor de algum tradicionalismo e das nossas tradições folclóricas

---

<sup>21</sup> *Idem, ibidem*, p. 95.

<sup>22</sup> Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Gradiva, 2004, 3ª edição, p. 97

veiculam ideologias que pretendem reconciliar a consciência portuguesa consigo mesma.

O Eça que constata a falência da sua aposta em desnudar a verdade (enunciada por ele próprio) acabaria por trazer à luz figuras como Fradique, Mendes, Gonçalo, Jacinto, personagens de personalidades bem distintas das dos romances iniciais.

O ser português foi, efectivamente, o motivo de reflexão por excelência do século XIX. Todos se empenharam em descobrir o que somos, como somos, num movimento de auto-conhecimento. No seguimento de um acontecimento como o Ultimato inglês, assiste-se a uma convergência de todas as formas de olhar a pátria.

Em suma, os membros da geração de 70 apostados, desde o início da sua formação, em modernizar o país através de uma crítica assertiva aos costumes, às instituições, às gentes, trazendo a lume textos que visavam reformar e alertar as consciências para a necessidade de acordar o país do estado amorfo em que vivia, 'apanhados' no espírito do fim-de-século e perante o nefasto acontecimento do Ultimato, acabariam por unir esforços no sentido de suavizar a crítica contumaz aos vícios e máculas da sociedade portuguesa e de protagonizar movimentos, ideologias, produzir textos que operassem no sentido de reabilitar o sentimento nacional, o orgulho pátrio. Este seria o momento oportuno para o despertar definitivo do Portugal comodista e para dar início à modernização do país.

Numa espécie de solidariedade nacional, os intelectuais de 70, posteriormente "vencidos da vida", dedicaram a sua inspiração à reabilitação pátria por meio de textos onde veiculam mensagens de orgulho no passado heróico, nas tradições, no pitoresco português, constituindo elementos fundamentais para uma nova e sã atitude de recuperação do sentido patriótico e busca da essência portuguesa.

O sucesso desta espécie de missão estaria sempre dependente da forma como os governantes e o próprio povo reagiriam. Porém, a limitação das gentes portuguesas não terá compreendido o alcance das mensagens. Atitudes nacionalistas surgidas

anos mais tarde com a República distanciaram-se muito dos propósitos patrióticos destes protagonistas da nossa História.

## CAPÍTULO II

### 2.1. Para uma compreensão do sentido patriótico em Eça de Queirós

No presente capítulo pretendemos identificar o já referido sentido patriótico em textos não ficcionais da produção queirosiana, testemunhos deixados pelo autor e dos quais salientamos uma atitude de “exilado”, no sentido dum exílio meramente geográfico, na medida em que o encontramos empenhado em contribuir para o desentorpecimento do país

Como se anunciou na introdução, gostaríamos de demonstrar com exemplos dos próprios textos do autor e com base noutros testemunhos próximos dele, a vincada presença do seu apurado e justo sentido patriótico, visível, designadamente, no seu amor ao país, no seu sentido de missão e vontade de agir para melhorar.

O que se entende então aqui por ser, ou não ser, patriota? Qual a definição de Pátria? Para tentarmos esclarecer a questão, optámos por introduzir no presente trabalho uma definição que nos parece resumir bem o sentimento do nosso autor em relação ao seu país, o tal olhar equilibrado sobre a Pátria: “[...] a pátria é simultaneamente a herança e a situação patrimonial dela resultante; aqui entra naturalmente a terra, o território, mas a noção engloba também e mais ainda os valores e conteúdos espirituais que compõem a cultura de uma determinada nação.”<sup>23</sup>

Outra reflexão pertinente é a que encontramos, sob a forma de uma pergunta chave, nos *Ensaios sobre Eça de Queirós*, de Maria Filomena Mónica: “Era Eça um Patriota? Não, se, por tal pensarmos em alguém que tem uma visão apaixonada do país ou uma interpretação imperial do seu destino; sim, se usarmos o termo para designar alguém que sofre com os desastres e fica feliz com os êxitos da terra onde nasceu.”<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> João Paulo II, *Memória e Identidade. Colóquios na transição do milénio*. Lisboa, Bertrand, 2005, p. 70.

<sup>24</sup> Maria Filomena Mónica, *Ensaios sobre Eça de Queirós*, Lisboa, Relógio D'Água, 2007, p. 195.

Atendendo às definições acima transcritas, sugerimos que Eça de Queirós aprecia no país a sua própria terra, tal como nos deu a conhecer através de uma geografia queirosiana, sendo *Tormes* o seu “mais alto sítio”, que simboliza o espaço físico que mais aprecia e mais o impressiona no país, superior até à cosmopolita Paris. Simultaneamente, o que mais o preocupa e se reflecte nos seus escritos, são precisamente os valores espirituais e as capacidades empreendedoras que se perdem, colocando em causa a própria cultura da nação. Observava o estado inerte da sociedade burguesa lisboeta e a adesão desta à cultura de fora, nomeadamente, a francesa. Sentir a ausência do orgulho pátrio, verificar a decadência da sociedade perturbava o escritor d’*Os Maias*. Portugal parecia ter esquecido as suas origens e a sua história passada. É necessitar reabilitar as consciências. É necessário reaportuguesar Portugal. Para isso é urgente conhecer a realidade, sem máscaras.

Eça e a sua geração já se haviam empenhado nesta demanda, porém, a estratégia realista positivista não surtiu os efeitos desejados. Muda-se, então, a forma de abordagem. Chega de fustigar a alma portuguesa. É preciso moralizar e empreender, educar. A conjuntura, os efeitos do Ultimato, entre factores como a idade, a situação familiar, fizeram do último Eça um autor concentrado na reabilitação estrutural do país, o que parece encarar como uma missão: “[...] não se pode negar que a acção do *Ultimatum*, ocorrido dois anos antes da primeira visita de Eça a Tormes, a nostalgia da pátria e da Idade tenham determinado um apaziguamento e inflexão distantes já do Realismo de escola com que afirmou a natureza do seu talento”.<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> Campos Matos, in *Camões. Revista de Letras e Cultura Lusófonas*, Abril-Setembro, 2000, n.º 9-10, Instituto Camões, p. 99.

## **2.2. Textos não ficcionais e outros testemunhos**

Entende-se por sentido patriótico queirosiano a atitude consciente e intencional de valorização da essência portuguesa. Este sentido patriótico, que nada tem a ver com atitudes nacionalistas, consiste ainda numa preocupação sempre presente na sua obra, isto é, a reabilitação social e cultural do país. Essa reabilitação acontece ao nível simbólico através dos protagonistas principais dos romances finais como *A Ilustre Casa de Ramires* e *A Cidade e as Serras*. É nessa última fase que o sentido patriótico, como uma espécie de missão, se acentua. A missão consiste em *reaportuguesar* Portugal, ou seja, recuperar o país com o que o país tem de melhor. Por esta missão surgem obras como *A Ilustre Casa de Ramires*, *A Cidade e as Serras*, *A Correspondência de Fradique Mendes*.

A Geração de 70 teve sempre no seu limiar a recuperação moral, social e política do país. Eça, uma das figuras centrais desta geração, espelhou nas suas obras essa vontade, esse magno propósito. A sátira e a ironia foram os seus instrumentos de trabalho. Mas, já nesta atitude germinava este sentido patriótico, evidenciado com mais clareza, e com outra estratégia, na última fase.

### **2.2.1 Texto “O Ultimatum”**

Conforme anunciámos no capítulo I deste trabalho, abordamos em seguida o texto “O «*Ultimatum*»” onde Eça descreve o acontecimento da seguinte forma:

Durante o desagradável mês de Janeiro, Portugal atravessou uma crise – que é incontestavelmente a mais severa, talvez a mais decisiva que esta geração tem afrontado.” O autor descreve como “desagradável” o mês em que se deu o derradeiro acontecimento .... Mostra-se consciente de uma crise de contornos singulares, sem precedentes na história nacional, perturbadora da nacionalidade, do orgulho pátrio. A Inglaterra, na perseguição do sonho de construção de um império africano, ultrapassara Portugal, ignorando-o. Portugal, supostamente um obstáculo à conquista do tal império, deixaria de o ser, quase passivamente. “Nós somos, por nossa máxima culpa, deploravelmente fracos; - e o obstáculo foi transposto pelo leão britânico, com aquela simplicidade sobranceira com que ele tradicionalmente salta por cima dos muros alheios, desde que não haja do outro lado o cano de uma espingarda.”<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> Eça de Queirós, “O Ultimatum”, in, *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e Mais Páginas Esquecidas*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1929, p. 233.

Mais adiante no texto, o Ultimato é descrito como “curto e seco” e Eça, em breves linhas, resume os acontecimentos registados, que desembocaram numa “pavorosa crise”, pois, no espaço de onze horas o Governo português tinha de fazer sair as suas tropas e autoridades das regiões disputadas do Chire e Masona, caso contrário, os ingleses interviriam nas zonas de Lourenço Marques, Cabo Verde e Gibraltar. “E assim findaram três anos de política colonial”<sup>27</sup>, levando à queda do ministério e à perda de dois consideráveis territórios em África. Nesta altura, o autor do texto conclui que não vale a pena falar muito mais sobre África e os significados da sua perda diante do movimento nacionalista que nasceu em torno desta perda. A humilhação trazida pela perda africana resultou em ganho para a consciência e amor pátrios:

É com efeito mais importante para Portugal possuir vida, calor, energia, uma ideia, um propósito – do que possuir a terra de Masona [...] sem vida em nós mesmos, como poderíamos nós levar vida à África? Por isso, na verdade, a questão do Niassa e de Masona desaparece perante este movimento, tão real, tão intenso, tão persistente – primeira e única afirmação de vida que Portugal tem dado neste últimos trinta anos, molemente estragados na mudez e na inércia.<sup>28</sup>

Recupera aqui uma ideia já familiar: o país sofre da ausência de ideias e é esta a sua eterna fraqueza.

A ausência de ideias é a principal causa do atraso português em todas as vertentes, desde político ao artístico. Eça denuncia, desde o início da sua carreira literária, a inércia e a crise de mentalidades. A educação das gerações seria uma das formas de se retroverter esta tendência. O país ignorou os ventos de modernidade que sopraram na Europa culta, Europa das ideias e, como tal, permaneceu num ‘comodista’ estado de ignorância. Eis que parece surgir neste específico momento, do ‘fundo do túnel’, a tal prova de vida. Ouve-se bater, enfim, um coração. Ressurge a esperança portuguesa: “É o respirar, o mover, o palpitar, o falar de um corpo que muitos julgavam morto, gelado, fácil de pisar e talvez de retalhar.”<sup>29</sup> Ao mesmo tempo, surge a dúvida de quem conhece a essência da portugalidade e por isso teme o fim deste novo sentimento:

---

<sup>27</sup> Eça de Queirós, “O Ultimatum”, in, *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e Mais Páginas Esquecidas*, Porto, Lello & Irmão Editores, p.239.

<sup>28</sup> *Idem, ibidem*, p.249.

<sup>29</sup> *Idem, ibidem*. p. 249.

E resta agora saber em que séria e útil ocupação, em que fim de alto patriotismo, se vai empregar essa vida que tão inesperadamente o país em si surpreende, e que tão dispersamente manifesta na primeira e imensa alegria de a sentir correr, quente e forte, nas veias?<sup>30</sup>

Eça dá a resposta, constatando que o ideal patriótico nascido da crise depressa se converteu num fracassado propósito, ao mesmo tempo que parece querer dar uma lição, com uma comparação de grande efeito:

Porque se todo o patriota se alegrou como nós, ao ver o esplêndido movimento da nação - nenhum verdadeiro patriota pode conservar alegria ao verificar que esse movimento se começa a perder em direcções desviadas, transversais, inúteis - à maneira de uma torrente que, em lugar de correr para a direita ao moinho para o fazer trabalhar, se espalha pelos lados em riachos esguios e lentos que bem depressa a areia suga!<sup>31</sup>

“Fazer trabalhar” o país. Para o autor será esta a via a seguir. A agitação das consciências sucedeu, os espíritos também se perturbaram. Porém, o que de facto sucedeu não correspondeu ao esperado: às primeiras manifestações instintivas e irreflectidas de patriotismo (que até se podem considerar como esperadas e aceitáveis face à gravidade traumática do sucedido e resultantes de um primeiro impulso) surgiram manifestações de hostilidade exacerbada face à Inglaterra e a tudo o que a representasse. À semelhança de Antero, Eça repudia o sentimento anti-britânico que despoletou no país no seguimento do Ultimato, denunciando o ignorantismo que se disfarçou de patriotismo (a demissão de cargos exercidos em companhias inglesas, a devolução de medalhas ganhas ao serviço da Inglaterra, a ideia de eliminação do ensino da língua inglesa dos liceus portugueses, entre outros), e alerta para o facto de se correr o risco de sermos desdenhados pela Europa face a esta atitude de precipitado e hostil boicote à Inglaterra. Em lugar de se gastarem energias no odiar a Inglaterra, o autor aponta outros caminhos:

Todo este movimento público, pois, que para *fazer mal* à Inglaterra, se impõe como missão odiar a Inglaterra, ofender a Inglaterra, *boycottar* a Inglaterra - a si mesmo se esteriliza, errando a sua direcção: porque, evidentemente, como movimento nacional, nascido da alma da nação para proveito da nação, nunca lhe cumpriria tomar por fim único o *fazer mal a Inglaterra*, mas, antes de tudo e sobretudo, *fazer bem a Portugal*.<sup>32</sup>

À semelhança de Antero, Eça apregoava a união de esforços de auto responsabilização e de consciencialização dos erros, de forma a operar-se a tão necessária regeneração. Divergiram estes companheiros no *modus operandi* de

<sup>30</sup> Eça de Queirós, “O Ultimatum”, in, *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e Mais Páginas Esquecidas*, Porto, Lello & Irmão Editores, p. 240-241.

<sup>31</sup> *Idem, ibidem*, p. 241.

<sup>32</sup> *idem, ibidem*, p. 251.

mobilização das referidas consciências. Havia, antes, de canalizar energias e sentimentos em prol do desenvolvimento do país:

Uma vez que, segundo tão altamente se proclama, acordámos do nosso letargo, urge empregar este alento que nos volta, não na teima improficua de destruir o que é indestrutível – mas de reconstruir tudo o que em torno de nós se deteriorou e derrocou, durante o nosso imenso sono. Esta seria a direcção única a imprimir ao movimento nacional – que se não deve dispersar em tentativas ou brados efémeros contra a Inglaterra, mas concentrar em obras sólidas a proveito de Portugal.<sup>33</sup>

Apontada a direcção a seguir, Eça elabora uma reflexão na qual também assume a sua responsabilidade pelo estado das coisas, considerando a inexistência do dever cívico por parte dos intelectuais portugueses a quem cabe a atitude patriótica de empenho na reconstrução da moral pátria:

Até agora nada se fez, porque (como todos violentamente constatam, por experiência própria) jazíamos ressonando, no esquecimento de todo o dever cívico. Pois bem! Agora que todos se declaram despertos, e saltam para a arena, bradando, de braços arregaçados, prontos para a faina – comece a empresa, única verdadeiramente patriótica, que é a de reconstruir a pátria.<sup>34</sup>

E é aqui que reside, em nosso entendimento, a essência do sentido patriótico em Eça – a vontade de reconstruir e reerguer a pátria. A preocupação constante de unir esforços, energias e vontades e canalizá-las para o bem da Nação passa por uma acção de reconstrução. O despertar do sono é o emergir de nova esperança para Portugal, liberto das correntes do passado que o impedem de se levantar. Aponta, segundo a sua ideologia, quais os caminhos a trilhar para reerguer a pátria:

Se as forças e as vontades abundam (como afirmam manifestos e protestos) não faltará também obra urgente e boa em que elas se empreguem com glória. Temos quase tudo por fazer – tudo teríamos a refazer. Teríamos antes de tudo criar riqueza, porque, sem esse instrumento, o braço mais forte fraqueja. Teríamos de criar a riqueza, como povo agrícola que somos, pelos meios que o saber positivo tem indicado e que a política tem desdenhado. Criar riqueza, através do fomento rural – repovoando o reino pela colonização interior; metodizando as culturas; congregando a propriedade excessivamente fragmentada, criando o crédito rural, dirigindo o aproveitamento das águas públicas e organizando a economia hidráulica; fazendo a repovoação florestal do país (...) E teríamos ainda (só este detalhe mais) de criar em nós mesmos hábitos de energia e disciplina, ordem, força, perseverança – reflectindo que sem bons costumes de nada valem as boas instituições.<sup>35</sup>

É esta a atitude a tomar em primeiro lugar – adquirir bons costumes. A reflexão de Eça deve ser alvo de comentário por diversas razões. Eça não se limita à crítica do “mau” patriotismo, mas mostra a sua visão sobre o que considera necessário para

---

<sup>33</sup> Eça de Queirós, “O Ultimatum”, in, *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e Mais Páginas Esquecidas*, Porto, Lello & Irmão editores, p. 252.

<sup>34</sup> *Idem, ibidem*, p. 252.

<sup>35</sup> *Idem, ibidem* p. 252.

pôr o país na marcha do futuro e não descarta nenhuma área de intervenção, desde a revalorização da agricultura, o repovoamento do interior aproveitamento das águas, a educação com atenção à componente do exercício físico. Apresenta as suas ideias de reforma numa atitude de quase “pedagogo”. A sua preocupação pelo futuro a construir a partir daquele mês de Janeiro de 1890 fica aqui demonstrada, sendo reveladora do seu sentido patriótico. Como cidadão, Eça apresentou a sua sugestão para reconstruir a Pátria. Uma sugestão baseada no conhecimento da alma portuguesa (“como povo agrícola que somos”), consciente do ser português, da realidade portuguesa. Acredite-se, ou não, na sua capacidade de reconstrução, o autor de *A Cidade e as Serras*, cumpre o seu dever e apresenta a “receita” para reerguer Portugal: “Eis, na nossa ideia, talvez excessiva e errada, o que deveriam fazer esses patriotas que, com tanta esperança nossa, se declaram acordados do seu sono histórico, prontos a trabalhar na regeneração da pátria”<sup>36</sup>.

Os patriotas têm obrigações para com o país. Eça demarca-se deste “movimento nacional”, e, ao excluir-se, considera que depende destes a regeneração. Não basta apregoar contra a Inglaterra, erguer bandeiras. Este patriotismo resultará apenas em insurreição. Referindo-se, por fim à iniciativa da subscrição nacional, Eça considera que a sua utilidade só será reconhecida se os seus defensores, além de pretenderem assegurar a defesa exterior do país, se preocuparem, em primeiro lugar, com a sua ordem interior.

Dirá, ainda, “O grande grito a gritar não é - *Delenda Britannia!* O grande grito a gritar é - *Servanda Lusitania!* Porque não se trata de infelizmente de destruir a Inglaterra – mas de conservar Portugal.”<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> in op. cit. p. 253.

<sup>37</sup> Eça de Queirós, *Correspondência*, org. Guilherme Castilho, Volume II, Lisboa, INMC, 1983, pp. 35-36.

## 2.2.2. “Novos Factores da Política Portuguesa”

Começamos este capítulo, dedicado a textos não ficcionais de Eça, por invocar um artigo publicado na “Revista de Portugal”<sup>38</sup>, onde surgem referenciados os acontecimentos do Ultimato e seus impactos. No referido ensaio estão patentes as suas preocupações com o futuro do país, o que para nós é uma atitude de manifesto sentido patriótico, na condição específica de exilado: longe da pátria com o olhar dirigido a Portugal.

No ensaio, Eça reflecte acerca da crise política provocada pelo Ultimato britânico de 1890 e percebe que a população portuguesa passou a pensar que “antes qualquer coisa do que o que está”. O problema residia em saber o que era esta “outra coisa”. Um governo autoritário, com base no exército, parecia improvável. Então, o que se perfilava no futuro parecia ser uma “revolução feita de cima, uma concentração de força na Coroa que não seria compreendida pela Nação”, ou uma revolução vinda de baixo – a República? Para Eça “seria a confusão, a anarquia, a bancarrota.” Passamos a transcrever alguns excertos do artigo que nos parecem importantes de recordar e trazer a este texto.

Depois do *Ultimatum* de 11 de Janeiro e do frémito de indignação que percorreu todo o país até às mais obscuras vilas, houve um momento em que justificadamente se pôde supor que a Nação, enfim despertada do seu sono ou da sua indiferença, pronta a retomar a posse de si mesma, e certa de que a vida que vinha levando nestes últimos vinte anos a votava irrevogavelmente às humilhações e aos desastres, decidira, num ingente esforço de vontade, começar uma vida nova.<sup>39</sup>

O tom inicial do texto acusa algum entusiasmo, porém, logo dará lugar a uma visão mais pessimista da realidade portuguesa finissecular:

Não escaparam a esta ilusão cabeças que se prezam de friamente racionadoras. E quem estas linhas escreve, apesar de dois lustres inteiros de desilusões, chegou a crer que realmente existia no fundo da Nação, sob a sua aparente apatia, uma grande reserva de força, capaz de inspirar e de impor, sem resistências possíveis, uma reorganização política e económica do Estado. A ilusão, como dissemos, em breve se sumiu por esses ares. Poucas semanas bastaram a evidenciar que não há no país uma força latente de onde pudesse vir o movimento de reorganização nacional, ou que, se a há (é sempre grato guardar uma esperança) o *ultimatum* do dia 11 e a perda de territórios maninhos de África, que quase ninguém sabia onde ficavam, não foi abalo bastante decisivo para a fazer despertar e operar [...].<sup>40</sup>

<sup>38</sup> Eça de Queirós, “Novos Factores da Política Portuguesa”, in, *Últimas Páginas Dispersas*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d, p. 113.

<sup>39</sup> *Idem, ibidem*, p. 113.

<sup>40</sup> *Idem, ibidem*, p. 113-114.

Eça estabelece uma diferença entre o Portugal de 1889 e o Portugal de 1890. Parece, no mínimo, estranha a distinção, mas acaba por fazer sentido. Dado o surgimento brutal do Ultimato, o autor defende que é necessário analisar com clareza a actual situação política do país e não “maquilhar” a mesma, pois esse ignorar da realidade, essa falta de diagnóstico para os males que enferma o país, impede a sua cura que Eça parece ainda achar possível. Fechar os olhos à realidade é, para o autor, um “crime de lesa-patriotismo”.<sup>41</sup>

O criador d’ *Os Maias* revela uma sentida preocupação pela situação do país, um olhar realista e sóbrio sobre as atitudes a tomar. Quanto a nós, tendo em conta a distância geográfica a que Eça se encontrava, sublinhamos uma vez mais o facto da sua atenção estar direccionada para este canto da Europa, trazendo a público um texto desta índole, com esta dimensão, portador de uma mensagem política muito clara.

Neste texto, Eça faz uma espécie de ‘raio X’ à nação, revelando a sua posição relativa ao sistema político considerado como mais indicado para fazer face à crise. Não poderemos perceber aqui um apurado sentido de responsabilidade patriótica, de vontade de intervir? Encontramos também no texto referências ao grupo das “Conferências do Casino”, considerando-as como um “primeiro ensaio de republicanismo”. Eça revela que do grupo se evidenciaram atitudes de fraternidade humana, não obstante, estas terem sido consideradas subversivas e, por isso, censuradas. O ensaio revela ainda o desencanto do seu autor com a corrente republicana, pois, se outrora despertou nos espíritos mais jovens uma esperança, cedo acabou por desiludir levando ao descrédito da política nacional. Repete-se, por isso, a ideia: “antes qualquer coisa do que o que está”.<sup>42</sup>

Os acontecimentos do Ultimato serviram efectivamente para “acordar” o país, para o levar a reconhecer dolorosamente as próprias fraquezas e desorganização: «aqui está onde nós chegámos!». É a dolorida exclamação que resume o sentir público.”

<sup>43</sup> Em Suma: “A situação é esta. Uma parte importante da Nação perdeu totalmente a fé (com razão ou sem razão) no parlamentarismo, e nas classes governamentais

---

<sup>41</sup> *Idem, ibidem*, p. 115.

<sup>42</sup> Eça de Queirós, “Novos Factores da Política Portuguesa”, in *Últimas Páginas Dispersas*, Lisboa, Lisboa, s/ data, p. 116-123.

<sup>43</sup> *Idem, ibidem*, p. 125.

ou burocráticas que o encarnam [...] tende a substituí-las por *outra coisa*, que ela ainda não definiu bem a si própria. [...] Que resta pois? Resta, como esperança, o sabermos que as nações têm vida dura, e que o nosso Portugal tem a vida duríssima.”<sup>44</sup>

A mensagem aqui veiculada é enfatizada por um tom pessimista. A expressão “esperança” é utilizada, porém sem implicar qualquer ilusão, pois, no texto está patente a noção do difícil que é fazer a revolução necessária em Portugal, fazer vingar a revolução das mentalidades. Eça reitera a ideia de divulgar as causas da decadência, de, por fim, “acertar”. O presente ensaio surgiu a público sem assinatura, tendo o seu autor auto-denominado-se como “Um espectador”, embora hoje se saiba que o texto lhe pertence. Estando a viver em Paris e, como já se disse, com o seu monóculo apontado para a terra lusa, Eça era um espectador privilegiado da realidade portuguesa. Um espectador que se servia das características, das paisagens, das gentes, das instituições portuguesas para dar mote às suas obras. Porém, este espectador teve, por meio da sua escrita, vontade de intervir, de melhorar esse viver português que observava atentamente, sentiu esse apelo. O projecto da *Revista de Portugal* reflecte precisamente esse seu ensejo, como veremos pelo testemunho deixado em cartas diversas.

À semelhança dos seus pares, Eça acabaria por se declarar “vencido da vida” contudo, deixaria, para memória futura, um rigoroso e imortal retrato do Portugal de *fim-de-século*, retrato que ficou como um autêntico documento histórico.

De igual forma, a preocupação constante em moralizar os espíritos, a própria publicação do ensaio em análise, por do Ultimato, assim como, o texto que publicou com o mesmo nome, revelam, quanto a nós, não apenas um sentido de “solidariedade conterrânea”, mas o âmago do seu espírito patriótico, ou seja, preocupa-o o país a ponto de lhe sentir todas as suas “dores” e humilhações. A sua intervenção, por meio da escrita, é uma forma de demonstrar que, apesar de distante, está sempre presente.

---

<sup>44</sup> *Idem, ibidem*, p. 139-141.

O reconhecimento de tantas falhas e de tantos golpes que fragilizaram o Portugal do final do século XIX, não o levam a “outrar-se” numa outra nacionalidade, antes o incentivam a contribuir para o reabilitar das consciências e da alma lusitana.

### **2.2.3. Portugal e Brasil: a Polémica com Pinheiro Chagas**

Trazemos a este trabalho vários exemplos onde se aborda, em vertentes diversas, a muito discutida questão da atitude de Eça face ao seu país. Optou-se pela polémica troca de correspondência com um rival de “estimação”, Pinheiro Chagas. Estes textos, como se referiu na introdução, não pertencendo à última fase de escrita eciana (1893-1900) são abordados neste trabalho por serem fundamentais à temática abordada. A discussão gerada em torno do tema de ser ou não patriota reveste-se de elevada importância para o tema da dissertação e para uma compreensão do sentido patriótico de Eça de Queirós.

Nesses textos, Eça acaba por explicar ao seu opositor o que é para si defender e gostar da pátria de forma bastante esclarecedora e que consideramos estar em profunda sintonia com a mensagem que deixou passar noutras cartas que escreveu aos seus amigos e em textos ficcionais que abordaremos mais à frente.

Pinheiro Chagas foi um escritor representante da segunda geração romântica e símbolo da velha escola literária, conservador, regenerador, nacionalista, rival de Eça de Queirós, com quem manteve inúmeras polémicas sempre acesas, causadas por motivos de origem diversa. As relações entre ambos foram mantidas por mais de trinta anos e, em algumas ocasiões, Chagas não escondeu a admiração que nutria pelas qualidades de escrita do seu rival, bem consciente que estava do valor da sua obra e do que esta representaria para a literatura portuguesa. As “Conferências do Casino” constituíram um dos motes dessas polémicas. Acresce dizer que, em nossa opinião, Pinheiro Chagas encontraria nestas polémicas uma forma de eternizar o seu nome na história das letras portuguesas. Tudo graças ao nome do seu opositor.

A questão do patriotismo seria a ‘questão fatal’, estando cada um deles em lados contrários no que se refere à dita questão. Remontando ao tempo das *Farpas*, Eça

atacaria o rival sobretudo porque este insulta os que maldizem a Pátria, os que atacam a virtude pública.

A polémica “Brasil e Portugal” alimentada por Eça e Pinheiro Chagas foi uma querela acerca das formas de amar ou não amar a Pátria e é por esse motivo que lhe são dedicadas algumas páginas deste trabalho. A rivalidade entre ambos é antiga. Pinheiro Chagas já havia manifestado a sua opinião acerca dos jovens das “Conferências”, considerando estas como “verdadeira conspiração contra a Pátria”. Esta polémica acaba por colocar em confronto ultra românticos e realistas. Para os primeiros, o patriotismo traduzia-se na dedicação de textos às glórias do passado, por meio de uma retórica optimista. Para os realistas, a vida moderna dava o mote às suas criações e essa retórica “balofa” camuflava mais a realidade do país, com um patriotismo oco e vazio de ideias. Os dois rivais divergiam por inteiro na forma de olhar a Pátria. Esta querela centrada na temática do patriotismo, além de uma discussão de dois pontos de vista antagónicos foi também uma disputa pelo poder intelectual. Eça, conhecedor da erudição de Chagas, por meio da crítica pelo riso e com ironia, conseguiria destabilizar os argumentos deste e fazer a sua própria caricatura. Para Campos Matos:

A crónica «Brasil e Portugal» para a *Gazeta de Noticias* do Rio de Janeiro, que viria a crismar esta polémica, não fora para Eça mais do que um pretexto, a partir do artigo do *Times* sobre o Brasil [...] Animado das mesmas preocupações de um decénio atrás, Eça, ao escrever a Pinheiro Chagas, fustiga deste modo o seu país: “a sua esterilidade assusta-me menos do que o seu indiferentismo. O doloroso espectáculo é vê-lo jazer no marasmo, sem vida intelectual, alheio a toda a ideia nova, hostil a toda a originalidade, crasso e mazorro [...]”<sup>45</sup>.

Pinheiro Chagas e Eça de Queirós possuem, efectivamente, ideias opostas no que respeita aos significados de ser patriota e de como amar a pátria. Conheçamos, passo a passo, o que deu origem a esta polémica.

A querela tem origem no texto “Um artigo do *Times* sobre o Brasil”, de Eça de Queirós, para a *Gazeta de Notícias do Rio* que vamos recordar, em traços muito gerais. Neste texto, Eça faz duas afirmações polémicas. Na primeira refere o facto de ser Portugal uma colónia do Brasil e associa a esta ideia ao embevecimento que os portugueses manifestam perante a beleza e fertilidade das terras brasileiras. Na

---

<sup>45</sup> A. Campos Matos, *Polémica Eça de Queirós – Pinheiro Chagas “Brasil e Portugal”*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2001, p.22.

segunda, denuncia actos de barbárie cometidos pelos portugueses no domínio das Índias.

Neste artigo, Eça considera o contrário do que é expresso no jornal (“Nós verdadeiramente é que éramos a colónia.”<sup>46</sup>). Para este autor, Portugal vacilou perante a beleza e força brasileira, assumindo uma posição de subalternidade em relação a este. No artigo do jornal *Times* encarava-se como positivo o facto do Brasil ter permitido a “invasão” portuguesa e europeia, esbatendo os contornos da sua própria personalidade. Eça discorda, ainda, da opinião expressa no artigo que se refere ao facto de Portugal, no seu império colonial, não ter pecado por estagnação, sendo apenas vítima da desfortuna.

Outro ponto de discórdia é a questão do julgamento da Europa feito em Portugal. Eça de Queirós é mais duro nas suas apreciações e afirma que, na Europa, encara-se Portugal “como um país de medíocres”, “raça de estúpidos”. Recorda, ainda, a incoerência do jornal, que agora se desmancha em elogios e outrora atirara pedras a Portugal. Para o autor do *Crime do Padre Amaro*, Portugal, para ganhar verdadeira admiração por parte dos seus congéneres europeus, tem de se afirmar pela sua própria educação, ciência, espírito, criação, forma de pensamento:

Eu não reclamo que o país escreva livros, ou que faça artes: contentar-me-ia que lesse os livros que já estão escritos, e que se interessasse pelas artes que já estão criadas. A sua esterilidade assusta-me menos que o seu indiferentismo. O doloroso espectáculo é vê-lo jazer no marasmo, sem vida intelectual, alheio a toda a ideia nova, hostil a toda a originalidade, crasso e mazorro.<sup>47</sup>

Na opinião do autor de *A Cidade e as Serras*, não basta a Portugal, para se afirmar, içar bandeiras e rufar tambores. Esclarece, ainda, que se o Brasil se interessa pelo mundo civilizado não o deve à herança portuguesa, mas à sua própria natureza.

Conheçamos a segunda etapa desta polémica: O opositor de Eça indigna-se e escreve um artigo no jornal *O Atlântico* onde o censura e acusa de ter descomposto a Pátria e, o que para ele é mais grave, de o ter feito numa publicação brasileira

---

<sup>46</sup> “Um artigo do *Times* sobre o Brasil”, recolhido postumamente em *Cartas de Inglaterra*, Porto, Lello & Irmão, 1905, com o título “Brasil e Portugal”.

<sup>47</sup> A. Campos Matos, “Um artigo do *Times* sobre o Brasil” in, *Polémica Eça de Queirós – Pinheiro Chagas “Brasil e Portugal”*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2001, p.35.

Pinheiro Chagas começa por se confessar admirador da escrita queirosiana, considerando-o “um dos mais brilhantes escritores de se ufana a literatura portuguesa [...] detesto as suas teorias literárias, mas adoro os seus romances.”<sup>48</sup> Considera, no entanto, que a mesma destreza não está presente na defesa de questões sociais e no conhecimento da História. O que repudia, de facto, é a atitude de Eça ao rejeitar os elogios a Portugal presentes no já referido artigo do *Times*, e a sua “crença inabalável na bestialidade da pátria”.

Espera mostrar a Eça, com esta carta, que este errou nos seus juízos. Acusa-o de não conhecer o processo de colonização do Brasil, de tecer uma “crítica empírica, filha de preconceitos de escola, ou de desdêns superficiais da Casa Havaneza.”<sup>49</sup> Nesta afirmação afloram as divergências de escola literária e os grupos intelectuais em que estavam inseridos.

Resolve apresentar a Eça de Queirós alguns exemplos que o demovam da ideia da “bestialidade pátria”, acusando-o de superficialidade e de ausência de espírito crítico no texto escrito: “Ora, se o sr. Eça de Queirós tivesse um milímetro da base científica, que supõe com razão indispensável ao homem moderno, não dizia semelhante coisa, porque sabia que um povo deve as sua qualidades e os seus defeitos a duas causas principais – o clima e a raça.”<sup>50</sup>

Terá sido esta a afirmação que irritou Eça, despoletando, definitivamente, a polémica? Ou terão sido as insinuações que Pinheiro Chagas tece relativamente ao facto de Eça ter escrito o dito artigo para um jornal que lhe paga a colaboração?

Pinheiro Chagas termina por referir que espera ter abalado as convicções do seu rival e volta a apresentar-se como admirador do seu trabalho literário, reconhecendo o talento do escritor.

Este é o texto que se reveste de maior importância para o tema deste trabalho. Nele o autor refere-se, de forma directa e tenaz à questão do patriotismo e o seu discurso é notável. Parece-nos visível uma atitude de certa mágoa ferida pelas

---

<sup>48</sup> A. Campos Matos, “Primeira Carta de Pinheiro Chagas”, in, *Polémica Eça de Queirós – Pinheiro Chagas “Brasil e Portugal”*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2001, p.43.

<sup>49</sup> *Idem, ibidem*, p. 45.

<sup>50</sup> *Idem, ibidem*, p. 47.

acusações do outro protagonista da polémica. Em suma, responde a Chagas com um texto predominantemente sarcástico, alternando os argumentos com uma estrutura ficcional.

Começa por se apresentar, em tom de brincadeira, “desmantelado” pelas acusações de Chagas. “Feroz”, “excessivo” e “indignado” são os atributos com os quais descreve o rival.

Eis a questão central para Eça: “De onde conclui você que eu insultei a minha pátria!”<sup>51</sup> Eça cria, então um cenário onde coloca Chagas como um brigadeiro do século XVIII.

No sentido de continuar a ridicularizar o adversário, identifica Pinheiro Chagas com um brigadeiro do século XVIII, representante dos modos de pensar do tempo de D. Maria I. sustenta, em seguida, as suas posições tomadas, nomeadamente, face ao império colonial, com afirmações anteriores de Oliveira Martins e Alexandre Herculano, de quem Chagas é admirador.

De forma a elaborar a caricatura do seu rival e provocar o efeito cómico deste texto, caracteriza os traços dos brigadeiros que “falavam do *velho Portugal!* Possuíam opiniões (...) para eles, fazer a crítica histórica do passado era ofender as glórias da nação! – Você é o último desta nobre raça”<sup>52</sup>.

Diz-se, igualmente, admirador da obra de Chagas, porém, define-o como “enterrado” na história, acusando-o de viver do pó desta. Prevalece o tom irónico do texto quando se refere ao patriotismo do rival, que descreve e caracteriza:

O seu plano de ser patriota, caro Chagas, era sublime e fecundo. Sabe qual foi o seu erro? Que em lugar foi o seu erro? Que em lugar de apoiar o seu patriotismo nas forças vivas da nação, inspirando-se delas, para as ajudar e dirigir, você foi apoiá-lo no pó dos heróis mortos, tornando-o assim desde logo seco. O seu patriotismo, em vez de ser de utilidade pública, era apenas de curiosidade arqueológica. Você não estivera tirando da História uma forte lição moral; recortara lá simplesmente pitorescos casos de guerra e de armada. Não trazia um programa para o movimento social das gerações futuras – apenas uma recapitulação sonora de façanhas vetustas. Esperava-se um revelador de verdades, apareceu um cronista de mosteiro.<sup>53</sup>

---

<sup>51</sup> A. Campos Matos, “Réplica de Eça de Queirós”, in *Polémica Eça de Queirós – Pinheiro Chagas “Brasil e Portugal”*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2001, p. 56.

<sup>52</sup> *Idem, ibidem*, p. 58.

<sup>53</sup> *Idem, ibidem*, p.60.

O tom empregue nas afirmações altera-se para um tom mais grave, tipo exemplar e acusa Chagas de possuir um patriotismo para benefício próprio. Eça elabora, em seguida, as definições de mau e bom patriotismo, exemplificando um e outro. Defende que o mau patriotismo está em extinção, que já desapareceu da Europa culta: "Há em primeiro lugar o nobre patriotismo dos patriotas: esses amam a pátria, não dedicando-lhes estrofes, mas com a serenidade grave e profunda dos corações fortes."<sup>54</sup>

Eis, então, de forma esquemática, as características do bom patriotismo, segundo Eça de Queirós:

- respeita-se a tradição;
- esforça-se para dar força viva e trabalho à nação;
- não se prende às glórias passadas;
- ocupa-se da pátria contemporânea, procurando perceber o seu destino e dar-lhe liberdade, prosperidade e força e, assim, elevá-la entre as nações;
- dá-se primazia ao povo, educando-o, instruindo-o, dando-lhe bens supremos;
- coloca-se a pátria acima do interesse, da ambição;
- sacrifica-se pela pátria.

Por outro lado, o mau patriotismo:

- vive-se a pátria de antigamente, a que embarcou para a Índia e não a presente;
- não se criam obras para a pátria, mas impingem-se-lhe outras;
- consiste num patriotismo oco e ridículo dos brigadeiros e é o que se identifica com Chagas.

Para Eça, o patriotismo de Chagas é meramente decorativo e por isso o aconselha subtilmente a aderir ao tipo de patriotismo mais condizente com a sua condição de historiador.

Já a terminar o seu texto, Eça aponta aquele que, em sua opinião, deveria ser a causa da discussão entre os dois: o esforço que Portugal dever fazer para se afirmar como nação no mundo, isto é, através da sua arte, da sua ciência. Revela, então, as suas preocupações pela pátria e introduz aquele que, a nosso ver, é o

---

<sup>54</sup> *Idem, ibidem*, p. 60.

parágrafo mais interessante, de tom confessional: "... eu não «descompus a pátria» (...) somente amo o meu país dum modo diferente, dum modo íntimo – e burguês como eu (...) e eu sou apenas um pobre homem da Póvoa de Varzim.”<sup>55</sup>

Esta é a revelação que satisfaz o propósito deste trabalho. Eça expõe alguns pontos de vista acerca do seu país, considerando que não o deve fazer através da escrita de odes. Afirma respeitar a tradição, mas dá prioridade ao presente e em torno dele vive e sofre. Aprecia a pátria antiga, mas ocupa-se da contemporânea. Pretende conhecer e educar o povo, melhorando-o, organizando-o, dando-lhe justiça e ciência.

Considera como instrumentos necessários ao progresso o trabalho, a saúde, a força interior. Por fim, defende a verdade como indispensável na construção da história, dos costumes da política. É este olhar que nos interessa destacar, a revelação que pretendíamos conseguir do escritor de *A Cidade e as Serras*. É base neste seu ponto de vista que prosseguiremos a trabalhar.

#### **2.2.4. Correspondência Seleccionada: a 'utopia tórmica' enquanto origem do sentido patriótico.**

Denominou-se 'utopia tórmica' uma atitude do Eça dos anos finais e que relacionamos directamente com o seu sentido patriótico.

Nas duas primeiras fases de escrita queirosiana, o sentido patriótico do autor esteve, basicamente, ligado à luta activa pela denúncia das enfermidades sociais. Neste "Último Eça" encontramos uma atitude de um maior humanismo e, como tal, de maior dedicação a questões sociais, com uma sensibilidade que o leva a reflectir sobre outras temáticas. Referimo-nos à atitude de Eça perante a paisagem do Douro, atitude que denominámos de "tórmica" e que consiste numa espécie de utopia, pois nela Eça preconiza um paraíso que sabe não existir. O mesmo paraíso que Jacinto encontrou em Tormes e que afinal não era bem o que idealizara. O

---

<sup>55</sup> A. Campos Matos, "Réplica de Eça de Queirós", in *Polémica Eça de Queirós – Pinheiro Chagas "Brasil e Portugal"*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2001, pp. 66-67.

paraíso que Fradique descreve a Mme de Jouarre. O paraíso que Gonçalo não conseguiu identificar em Portugal e foi procurar em África.

O presente trabalho, como se disse, pretende defender um aspecto particular da obra queirosiana que se entende como fundamental e interessante, inspirador das últimas produções literárias do autor. Aquele que denominámos de manifestação da utopia tórmica, tomando por referência a reflexão de Henriqueta Maria Gonçalves que descreve uma “utópica Tormes”.<sup>56</sup>

Referimos, anteriormente, como entendemos ser o sentido patriótico de Eça. Gostaríamos, agora, de corroborar esta ideia com alguns excertos (não ficcionais) da sua obra, excertos onde, em nosso entender se detectam as tais demonstrações de uma ‘utopia tórmica’ vivida por Eça, sendo esta utopia o ponto de partida para aquilo que consideramos ser o seu sentido patriótico. O sentido patriótico consiste nesta consciência de missão de “obrigação” de acordar a pátria, despertá-la para os ventos da modernidade, como já anunciara nos textos da polémica com Pinheiro Chagas.

Aliado a este sentido patriótico, surge uma nova visão sobre o Portugal tradicional, a Tormes idealizada. A missão do “acordar” o país passa pelo olhar atento sobre o mesmo, fazendo sobressair o que o país tem de melhor – a tradicional e genuína gente de sítios como “Tormes” – e conjugar esse factor com o progresso civilizacional.

Por ‘utopia tórmica’ entendemos ser a vivência de Eça nos últimos anos de vida que encontra relação directa com uma idealização do Portugal campestre e rural, uma postura transposta para as suas obras, desde as suas cartas pessoais, passando por obras como *Os Maias*<sup>57</sup>, *A Cidade e as Serras*, *A Correspondência de Fradique Mendes*, *A Ilustre Casa de Ramires*, entre outros escritos tardios. Nessa utopia tórmica entendo residir boa parte do seu sentido patriótico. A Tormes idealizada é a base da utopia que protagonizará a regeneração nacional em *A Cidade e as Serras*.

<sup>56</sup> Expressão de Henriqueta M. Gonçalves, in, *Tormes: uma utopia Rural: antologia queirosiana da região de Tormes*, Isabel Pires de Lima (coord.) s/d, Fundação Eça de Queirós, p. 7.

<sup>57</sup> Vide Eça de Queirós, *Os Maias*, Livros do Brasil, s/d, p.6: “O que o prendera mais a Santa Olávia fora a sua riqueza de águas vivas, nascentes, repuxos [...] E a esta viva tonificação da água atribuía ele o ter vindo assim, desde o começo do século, sem uma dor, uma doença, mantendo a rica tradição de saúde da sua família, duro, resistente aos desgostos e anos...”.

O autor mostra o seu olhar transformado sobre o país, assim como, a forma de escrita sobre o mesmo. São criadas personagens que se movimentam em espaços rurais e que se pretende que adquiriram valores que só estarão acessíveis nesse espaço, valores esses necessários à própria redenção, enquanto seres humanos. Trata-se de um espaço ideal, imaginário por um lado, por outro encontrando correspondente factual, isto é, a Quinta de Vila Nova, no Douro.

O cansaço de viver na cosmopolita cidade de Paris, acusando uma necessidade, acalentada desde os tempos da escrita de *Os Maias*, de sentir os ares pátrios, Eça cria seu canto privado português onde satisfaz essas mesmas vicissitudes, quer em termos ficcionais, quer reais. Esse espaço criado relaciona-se, então, em nosso entender, com alguma saudade, até curiosidade, do país, mas de todo o país, apenas do país das serras, das águas puras, das tradições, da genuinidade, oposto ao Portugal lisboeta, burguês, corrupto e atrasado e afrancesado. Contudo, consiste num espaço que não passará de utopia, pois ele não existe de facto. O que existe está muito aquém do esperado e do necessário para protagonizar a referida regeneração.

Na publicação *Tormes: uma utopia rural*, Henriqueta Gonçalves chama-nos a atenção para um aspecto muito pertinente:

Quer nos seus textos ficcionais [...] quer na sua correspondência particular, registamos uma presença progressivamente insistente e alargada de uma utópica Tormes [...]. A paisagem minhota e sobretudo o seu efeito benéfico em termos físicos e psicológicos, por oposição às constricções citadinas que fatigam o homem, surge desde muito cedo no Autor, ganhando uma representatividade espacial concreta na Quinta de Santa Olávia do romance *Os Maias*.<sup>58</sup>

Vejamos alguns exemplos demonstrativos do lugar que essa “Tormes” vai ocupando na mente do nosso escritor, desde as suas cartas pessoais até à concretização material em *A Cidade e as Serras*, passando pela *Correspondência de Fradique Mendes* e pela *Ilustre Casa de Ramires*. Recordamos que esta imagem de Tormes surge mais nos anos 80 do século XIX e associa-se, em nosso entender, à mudança de estilo de escrita do autor, ao abandono do Realismo de escola e à atitude empenhada de intervir no país com fins reformadores.

---

<sup>58</sup> In *Tormes: uma utopia Rural: antologia queirosiana da região de Tormes*, Isabel Pires de Lima (coord.) s/d, Fundação Eça de Queirós, p. 7.

È sabida a importância que a correspondência tem no conjunto da obra queirosiana. Através da troca de cartas, Eça informava-se dos acontecimentos que se sucediam no país. Pela correspondência conhecemos muitas das relações pessoais e profissionais. Através desses textos também nos foi revelado o seu sentir face a acontecimentos como o Ultimato. Através das cartas, Eça tentou reunir alguns dos seus amigos e levar a efeito o ambicioso projecto da *Revista de Portugal*.

## Correspondência seleccionada:

### a) Amigos:

Com Ramalho Ortigão Eça manteve uma relação muito particular. Este fora seu professor, no colégio da Lapa, no Porto. Colaboraram juntos na redacção de «O Crime da Estrada de Sintra» e em «As Farpas» e terá sido nesta fase que Ramalho se apercebeu do enorme talento do ex-aluno. Ambos perceberiam a superioridade do aluno face à do antigo professor. Ramalho, em muitas ocasiões, colaborou com Eça noutras matérias permitindo-lhe algumas facilidades em termos de contactos com editoras (Eça, vivendo no estrangeiro, precisava dos contactos de Ramalho para levar à publicação em solo nacional as suas obras) e mesmo em termos económicos e profissionais<sup>59</sup>. Entre os dois circularam cartas referentes ao que cada um ia publicando, por vezes em tom encomiástico, por outras, denunciadoras das distintas personalidades de cada um deles.

De mim, que quer que lhe diga? Estou aborrecido, doente e estúpido. [...]. Por isso, amigo, não creio que eu deva julgar-me feliz por me achar longe da infecção do Chiado. Ai! Como Madama de Stael, eu tenho saudades do enxurro do Rossio. – Você não compreende decerto este sentimento, porque nunca esteve exilado. O exílio importa a glorificação da pátria. Estar longe é um grande telescópio para as virtudes da terra onde se vestiu a primeira camisa. Assim, eu, de Portugal, esqueci o mau – e constantemente penso nas belas estradas do Minho, nas aldeolas brancas e frias – e frias! – no bom vinho verde que eleva a alma, nos castanheiros cheios de pássaros, que se curvam e se roçam por cima do alpendre do ferrador...<sup>60</sup> (sublinhado nosso).

Nesta carta sublinhamos a associação que o autor estabelece entre Portugal e o espaço rural.

---

<sup>59</sup> Campos Matos chega a referir que “[...] foi o mais íntimo amigo de E. Q., aquele a quem mais aberta e confiadamente confessou os seus projectos, os problemas da sua arte e as suas constantes dificuldades financeiras” in A. Campos Matos, “Ramalho Ortigão”, in *Dicionário de Eça de Queirós*, Lisboa, Ed. Caminho, 1988, p. 544.

<sup>60</sup> Eça de Queirós, Carta a Ramalho Ortigão (1873), in *Correspondência*, org. Guilherme Castilho, Volume I, Lisboa, INMC, 1983, p. 74.

Eduardo Prado, brasileiro de nacionalidade, formado em Direito, dispendo de espírito irrequieto e requintado, viajado e culto, pertencia a uma família abastada. Travou amizade com escritores portugueses, entre os quais, Eça de Queirós (um dos maiores amigos de Eça na última etapa da sua vida e presença assídua na casa de Neuilly), Ramalho Ortigão e Oliveira Martins. Publicou artigos de teor anti-republicano na *Revista de Portugal*, dirigida por Eça.

Eça dedicou-lhe um artigo (ao qual lhe deu o próprio nome) nas suas *Notas Contemporâneas* onde o retrata e nos deixa perceber a enorme consideração que por ele nutria. Percebe-se ainda que o comportamento alegre e irrequieto de Prado agradava a Eça e à sua família. Eça devotou-lhe grande afeição e a cordialidade de Prado cultivou com mestria a amizade deste.

Os laços de amizade com Eça de Queirós levaram os admiradores deste a indicar a figura de Eduardo Prado, como o modelo do Jacinto de *A Cidade e as Serras*. A este respeito refere Campos Matos que é habitual considerar que Eça se inspirou no luxuoso apartamento de Prado em Paris para recriar o 202 dos Campos Elísios: "Tal como Jacinto, Prado tinha muitas das invenções domésticas que a Exposição de 1889 divulgara."<sup>61</sup>

Transcrevemos o excerto de uma carta a Eduardo Prado onde Eça lhe descreve com admiração a visita que fez às terras da família de sua esposa, no Douro:

Também fiz, com a Benedita, uma excursão ao Minho e Douro, que eu não via há muitos anos. Esta nossa terra é sem dúvida a obra-prima do grande paisagista que está nos Céus. Que beleza! E tudo toma o doce estilo da *Écloga*. Tudo canta [...] O pior são as camas, nas hospedarias. Mas em compensação que maravilhosas caçoilas de arroz, e que divinos anhos pascais no forno! Não posso compreender como este é um país falido. [...] A terra toda parece prenhe de pão. E no ar tudo é vinha e azeitona em flor ... Com mil bombas! Isto parece uma epístola de desembargador do século XVIII, cantando em verso, solto e grave, a *felicidade dos campos!*<sup>62</sup>

Neste excerto, o autor revela a sua indignação pelo estado em que se encontra a agricultura do país. Este assunto é muitas vezes abordado por Eça em muitos textos de índole doutrinária, vistos anteriormente neste trabalho.

---

<sup>61</sup> A. Campos Matos, "Eduardo Prado", in, *Dicionário de Eça de Queirós*, Lisboa, Ed. Caminho, 1988, p.497.

<sup>62</sup> Eça de Queirós, Carta a Eduardo Prado (1892), in, *Correspondência*, org. Guilherme Castilho, Volume II, Lisboa, INMC, 1983, pp. 237-238.

No que diz respeito às cartas a amigos, são indispensáveis a este trabalho as cartas a Oliveira Martins, figura que Eça tem por modelo nessa sua missão, que é conjunta, e que consiste em *reaportuguesar* Portugal. Ambos parecem estar empenhados nessa árdua tarefa, com estratégias distintas de operação. Os livros de Oliveira Martins 'tocam' Eça ressaltando a essência do seu sentido patriótico, daí que a expressão do *reaportuguesar* Portugal passe a fazer parte do seu vocabulário e da sua intenção de escrita.

## **b) A Oliveira Martins**

Estreita amizade unia Eça a Oliveira Martins e grandes afinidades existiam entre os dois: possuíam forte temperamento crítico e atitude de pessimismo face aos tempos em que viviam. Oliveira Martins entendia que a grandeza da pátria acabara na dinastia de Avis, vivendo-se agora num país sem vitalidade. No final de sua vida, dedica-se à biografia de heróis que marcaram a história do país e nela escreveram as suas mais gloriosas façanhas.

As cartas a Oliveira Martins ocupam lugar de destaque na produção epistolar de Eça de Queirós. Conheçamos um pouco mais sobre esta estreita relação:

Ao longo da sua vida, Eça teve muitos conhecidos. Amigos poucos; íntimos, nenhum. [...] Oliveira Martins foi um amigo tardio, mas de quem Eça se viria a sentir próximo. Conhecera-o brevemente no cenáculo, onde este fora levado por Antero (...) a opinião que Oliveira Martins formara não era lisonjeira. A sua admiração centrava-se em Antero. Para Oliveira Martins, Eça era apenas um «humorista». A sua opinião mudou quando, na década de 1880, Eça visitou Portugal por um período prolongado. Há cartas de Eça para Oliveira Martins, de 1884, nas quais é visível uma grande intimidade (sublinhado nosso). A partir desta data, Oliveira Martins e Eça passam a corresponder-se com regularidade. Oliveira Martins era mais sisudo, mas partilhava com Eça alguma característica: ambos eram trabalhadores incansáveis, ambos gostavam de escrever, ambos eram cultos. Eça falava com Oliveira Martins de coisas que não podia falar com mais ninguém. E, mesmo que o considerasse pesado, reconhecia nele um grande historiador. Por seu lado, Oliveira Martins nunca entendeu a genialidade do amigo. A aparente frivolidade de Eça era, para ele, incompreensível. Daí as mornas recensões críticas que fez aos seus livros. Mas continuaram amigos até ao fim. Para a maior parte dos seus correspondentes, Eça assinava «Queiroz» ou «Eça de Queiroz». Para Oliveira Martins, o tratamento era diferente: muitas das suas cartas terminavam com um «Teu do coração, José Maria».<sup>63</sup>

Campos Matos conta que entre os dois existiu uma estreita amizade. Além dos já referidos traços em comum, por Filomena Mónica, acrescenta que ambos se sentiam tocados pela corrente do pessimismo, ambos foram admiradores de

---

<sup>63</sup> Texto de Maria Filomena Mónica, in, *Revista do Expresso*, n.º1450, de 12 de Agosto de 2000.

Proudhon, ambos possuíam forte temperamento crítico. Ambos reflectiram na sua escrita o desencanto do fim-de-século. Para Oliveira Martins, a pátria era “como organismo com vitalidade própria e razão de ser, acaba com a dinastia de Avis. O que a ela sobrevive não seria mais do que mera convivência das potências estrangeiras, ou seja, um país de apagada existência.”<sup>64</sup>. Daí o ressuscitar de heróis como Nun’Alvares.

O historiador acabaria por se dedicar à escrita da biografia de heróis portugueses de outros tempos. A sua obra terá tido repercussões na escrita queirosiana de alguns romances. Como exemplos, o final de *O Crime do Padre Amaro* e de *Os Maias*, nomeadamente, no que diz respeito à forma como Martins interpretava a história pátria. *A Ilustre Casa de Ramires* também não será alheia a esta interpretação, tendo em atenção que está em causa a exaltação de heróis passados e a escrita baseada na história. Acresce dizer que Oliveira Martins foi um dos colaboradores da *Revista de Portugal*, na qual publicou «Os Filhos de D. João» e as primeiras páginas de «A Vida de Nun’Alvares».

Recordamos, neste momento, o texto de Paulo Franchetti<sup>65</sup>. O autor recorda a questão do “reaportuguesar Portugal”, expressão queirosiana utilizada numa carta a Oliveira Martins. Franchetti faz referência à presença e interpretação de Alexandre Herculano nos homens desta geração. Herculano foi, para estes, quem restaurou em Portugal a erudição histórica.

Para Oliveira Martins, a arte do romance devia ser analítica e moderna, com reflexões morais sobre o tempo. A narrativa só é realidade com relevância estética enquanto discurso histórico fundado na verdade.

Apesar de divergirem quanto a determinadas técnicas e formas de escrita da história, os dois escritores sempre se respeitaram, aconselharam e se elogiaram mutuamente.

Sabemos que a obra de Martins sempre mereceu especial atenção por parte de Eça devido à conhecida influencia ideológica que Martins exerceu sobre Eça. A

---

<sup>64</sup>A. Campos Matos, org. e coord., “Oliveira Martins”, in, *Dicionário de Eça de Queirós*, Lisboa, Ed. Caminho, 1988, p. 468.

<sup>65</sup> Paulo Franchetti “Gonçalo Mendes Ramires”, in, *150 Anos com Eça de Queirós, Anais do II Encontro Internacional de Queirosianos*, S. Paulo, 1997, Centro de Estudos Portugueses (org. e ed. Elza Miné e B. Justo Cariato).

transcrição deste texto prende-se efectivamente com o facto de acreditarmos que o sentido do “reaportuguesar Portugal” marcou a última fase da carreira literária do escritor. Um sentimento comum a todos os seus companheiros de geração, vítimas da grande depressão moral e psicológica provocadas pelo fim de século e o Ultimato. Martins foi um dos que mais influenciou o escritor nesse sentido, mais empenhado em fazer revelar a História.

Eça identifica-se com este revivescer do sentimento patriótico e com o “reaportuguesamento”, não como uma idealização da pátria, cosmopolita, mas como uma “retomada do localismo”, como lhe chama Franchetti<sup>66</sup>, um encontro com as características tradicionais portuguesas. E desta vontade de *reaportuguesar* Portugal resultam obras, em nosso entender e no entender deste autor, como *A Cidade e as Serras* e *A Ilustre Casa de Ramires*.

Conheçamos, então, com pormenor, algumas das Cartas trocadas entre os dois, aquelas que se relacionam com o tema deste trabalho. Chamamos a atenção para a diferença entre o conteúdo das primeiras cartas e as últimas que são conhecidas:

A tua Carta de *Viriatho* é, além do que diz de mim, excelente em todos os pontos. A nossa arte e a nossa literatura vêm-nos feitas de França, pelo pacote, e custam-nos caríssimo com os direitos de alfândega. Eu mesmo não mereço ser exceptuado da legião melancólica e servil dos imitadores. Os meus romances, no fundo, são franceses, como eu sou, em quase tudo, um francês – excepto num certo fundo sincero de tristeza lírica que é uma característica portuguesa, num gosto depravado pelo *fadinho*, e no justo amor do bacalhau de cebolada. Em tudo o mais, francês, de província [...] eu fui educado, e eduquei-me a mim mesmo, com livros franceses, ideias francesas ... ideais franceses. Da gente portuguesa conheço apenas a alta burguesia de Lisboa – que é francesa – e que há-de pensar à francesa, se algum dia vier a pensar. Como é feito por dentro o português de Guimarães e de Chaves? Não sei. O *Padre Amaro* é mais adivinhado do que observado.<sup>67</sup>

Nesta carta, Eça faz duas confissões: uma referente ao efeito que a obra martiniana tem sobre ele; na outra considera-se um francês. Confessa, ainda, conhecer mal a sociedade portuguesa. Porém, aproveita a oportunidade para acusar a sociedade burguesa de Lisboa de *afrancesada* e por isso descaracterizada. Algumas afirmações que tece no texto “O Francesismo”, analisado num outro ponto deste trabalho, coincidem com esta carta. Contudo, alertamos para a forma como o autor mostra possuir esta consciência e, ainda, para o excesso de modéstia do autor ao

---

<sup>66</sup> Paulo Franchetti, “Gonçalo Mendes Ramires”, in, *150 Anos com Eça de Queirós, Anais do II Encontro Internacional de Queirosianos*, S. Paulo, 1997, Centro de Estudos Portugueses (org. e ed. Elza Miné e B. Justo Cariato), p. 472.

<sup>67</sup> Carta de 10 de Maio de 1884, in *Eça de Queirós. Correspondência*. Leitura, coordenação, prefácio e notas de Guilherme Castilho, 1º volume, Lisboa, INMC, 1983, p. 226.

apresentar o *Padre Amaro* como uma obra adivinhada e não observada. Sabe-se que não era este o método de escrita do escritor e que não foi assim que deu a publicar a referida obra, sujeita a três edições, com revisões, alterações, aperfeiçoamentos constantes.

Relativamente a estas três cartas, sublinhamos apenas a revelação dos propósitos de Eça no projecto da *Revista de Portugal*. Associamos este empenhamento com a tarefa de reabilitação nacional que esta geração se propunha. Recordamos que até o seu rival Pinheiro Chagas lhe viria a elogiar a *Revista*.

O pouco que eu valho poderia ser de alguma utilidade para o País, estando eu em Paris; em Bristol é que não sou de utilidade nenhuma. [...] Mas entre os meus motivos para desejar Paris, avulta agora um [...] - uma grande Revista ... uma obra de carácter nacional (...) Eu desejo fazer dessa publicação, querendo Deus, uma verdadeira obra nacional, colaborada por tudo o que há de melhor, em todas as especialidades, e mostrando enfim que Portugal não é tão estúpido como por aqui se pensa.<sup>68</sup>

Pelo que aqui ouvi, tomo como por certo que se fez um apelo ao teu patriotismo para salvares essa instituição que *degringolava* [...] Está também a imprimir o prospecto da «Revista». É um documento considerável - dez páginas de prosa em que começo por provar ao País que, de assinar a «Revista», lhe podem resultar todas as prosperidades que um país é susceptível de gozar - e em que termino por o ameaçar com catástrofes (perda da independência, etc.) se ele não a assinar!<sup>69</sup>

Os «Filhos» são uma bela obra: este segundo numero tem coisas de todo o ponto excelentes: é talvez o mais interessante (para o grande público) e simpático livro que tens feito. E é um livro moral: porque pintando com beleza e amor coisas nobres e fortes, elevas para elas os espíritos e fá-las amar.<sup>70</sup>

‘Eleva os espíritos’ constituía a principal preocupação por parte destes intelectuais que viam nessa atitude o ponto de partida para se operar a mudança, o “despertar”. A moralização deste público leitor da *Revista* era a prova da operância e do sucesso deste projecto. Note-se que esta preocupação já se fazia sentir antes dos acontecimentos do Ultimato. Após esta data, agudiza-se esta preocupação, intensificam-se os apelos e os textos que pretendem operar neste sentido.

Aí pelo país, crises [...] Enquanto ao país, não sei se vai melhor, e o meu pesar tem sido não estar aí para conversar contigo, a sós, e portas fechadas. Estou-te a ver, na tua poltrona [...] como um filósofo e um velho historiador que há dois mil anos frequenta e conhece os homens. Eu não os conheço tão bem como tu [...] não estou certo do que deva pensar desse renascimento do Patriotismo, esses gritos, esses crepes sobre a face de Camões, esses apelos às Academias do mundo, esses renunciamentos heróicos das casimiras e do ferro forjado, essas jóias oferecidas à Pátria pelas senhoras [...] Em todo o caso parece-me que Portugal está num mau momento - e (perdoa o jogo de palavras) seria talvez o bom momento para se fazer ouvir uma voz de bom senso e de verdade.

<sup>68</sup> Carta de 15 de Agosto de 1888, in, *Eça de Queirós. Correspondência*. Leitura, coordenação, prefácio e notas de Guilherme Castilho, 1º volume, Lisboa, INMC, 1983, p. 508.

<sup>69</sup> Carta de 24 de Dezembro de 1888, *Idem, ibidem*, p. 570.

<sup>70</sup> Carta de 27 de Agosto de 1889, *Idem, ibidem*, p. 624.

Porque não levantas tu essa voz? [...] penso que, com o teu nome por baixo, ou sem o teu nome, uma série de artigos, que pusessem claramente o problema, era um serviço publico, desses a que ninguém se pode eximir, desde que tem o dom superior de os poder prestar. Nunca, creio eu, houve, antes deste, um momento em que Portugal moderno estivesse tão acordado e atento. É impossível que não haja algumas centenas de homens, que, sincera e lealmente, desejem saber o que se deve fazer [...] O país parece-me agora, neste instante, um espírito que acorda estremunhado e que olha em redor, procurando um caminho [...]<sup>71</sup> Isto não quer dizer que eu não tenha desejo de recolher à minha Pátria: mas isso é difícil, por questões orçamentais e, a ficar na carreira, então desejo ficar em Paris. Se vocês, todavia, homens poderosos, pudessem arranjar aí um nicho ao vosso amigo há tantos anos exilado, teríeis feito obra amiga e santa! Era necessário porém descobrir o nicho!<sup>72</sup> (sublinhado nosso).

Esta carta, seguinte ao Ultimato revela o pensamento de Eça relativamente às reacções emotivas da população portuguesa perante a humilhação sofrida e às manifestações de patriotismo, referidos na contextualização deste estudo. Tenta sensibilizar o seu interlocutor a tomar a atitude necessária ao momento, a erguer uma voz de sóbrio patriotismo. Em Eça parece surgir uma esperança ao constatar que o país está acordado e procura o caminho que deverá ser Oliveira Martins a apontar. Desta carta, ressaltamos, ainda, a referência ao desejo de regressar a Portugal. Refugia-se nas questões orçamentais como factor impeditivo desse regresso, sugerindo ao amigo que possa vir a interceder por uma colocação no país. Eça, certamente, saberia que não era fácil para o amigo satisfazer este pedido: “estou um pouco fatigado, senão contar-te-ia alguns casos engraçados, sobre a *nossa Política daqui* a respeito de tratado, imprensa, empréstimo D. Miguel, etc. Escreve - diz o que houver. Fala de ti sobretudo e, se não te afligir muito, da Pátria.”<sup>73</sup>

A escolha desta carta deve-se apenas ao facto do autor parecer suplicar ao amigo que lhe fale da pátria, que lhe dê novidades, dando-nos a sensação desta ser uma necessidade quase vital para si. Subentendemos neste pedido uma preocupação quase paternalista de Eça para com a pátria, também uma necessidade de saber dos factos através do testemunho de Oliveira Martins.

Enquanto à Causa Pública, que te direi? Nada compreendo do que se está passando. O conhecimento que aí ganhei, na Primavera, dos factores políticos, não é bastante já para me explicar a anarquia actual. Deve aí haver factores novos, novos elementos de decomposição que me escapam. Em todo o caso, não vejo senão uma solução simplista – uma Tirania. É necessário um *sabre*, tendo ao lado um *pensamento*. Tu és capaz de ser um homem que *pensa* – mas onde está o homem que *acutila*? Em antigas cavaqueiras falámos por vezes do Rei. Mas é ele um *Homem*? Ou é ele simplesmente um

<sup>71</sup> Carta de 28 de Janeiro de 1890, in *Eça de Queirós. Correspondência*. Leitura, coordenação, prefácio e notas de Guilherme Castilho, 2º volume, Lisboa, INMC, 1983, p. 36.

<sup>72</sup> *In op. cit.*, p. 37.

<sup>73</sup> Carta de 28 de Agosto de 1890, in *op. cit.*, p. 126.

*ceptro*? A situação parece-me medonha. Não creio que haja Ministério capaz de a salvar. Mesmo se tu, por patriotismo, entrasses num Ministério – terias tu *les coudées franches*?<sup>74</sup>

Mais uma vez, surge o apelo a Oliveira Martins para que intervenha no caos político instalado no país. Esta carta remete-nos para o texto atrás referenciado, *Novos Factores da Política Portuguesa*, onde o autor analisa a situação política nacional e tenta dirimir as causas da decadência que se vive, tenta, ainda, percepcionar qual a melhor solução para saída da crise.

Percepcionamos a constante preocupação do escritor que, a partir de Paris, tenta contribuir para a resolução da “anarquia” instalada no país.

Em tempo, tive ideia de organizar uma biblioteca escolar – para substituir - e expulsar das escolas – essas abominações em oitavo. [...] organizamos pelos melhores e mais novos métodos de França, Inglaterra e Alemanha, uma Biblioteca de Gramáticas, Geografias, História Geral, Aritmética, Instrução Cívica, etc. [...] Podemos fazer uma fortuna – fazendo um serviço patriótico. Raras vezes se encontram negócios nestas condições de alta moralidade. E, eu pelo menos, não posso deixar de fazer tudo, tudo, para adquirir um honesto ganho, com que o meu país ganhe também, e que não sai da minha especialidade – as letras.[...] Espero ter explicado bem a questão [...] Prado trouxe-me os «Filhos». Esplêndida edição – nobre e séria como trabalho: é um belo cartapácio. O meu amor fica fiel ao *Portugal Contemporâneo*, mas os *Filhos* fazem honra ao pai, como crítica, como elevação moral, como reconstituição do sentir passado, como arte, e como insuflação de vida a esse punhado de pó seco de que se compõem as nossas crónicas. «Recreaste» homens – belo esforço!<sup>75</sup>

Na presente carta, surge-nos, mais uma vez, Portugal como origem das inquietações do escritor. A sua atitude agora é de pedagogo, preocupado com o funcionamento das escolas, com a boa organização dos currículos, o que considera um “serviço patriótico”, e que, ao mesmo tempo, pode trazer-lhes proveito económico. Manifesta a Martins a sua apreciação dos *Filhos de D. João I*, confessando, no entanto, a sua preferência pelo *Portugal Contemporâneo*. Esta confissão revela-se pertinente ao nosso trabalho na medida em que é reveladora da influência que Oliveira Martins e sua maneira de encarar e descrever a História onde não falta a postura crítica, a moralidade, o reavivar da nobreza de carácter das gerações passadas.

[...] Os jornais anunciam um Ministério em que tu tomas a pasta da Fazenda. Estou sinceramente cheio de esperança e de alegria. Não me alegro positivamente por ti porque não se pode ver com prazer um amigo querido descer à Cova dos Leões, mesmo quando seja Daniel. Mas alegro-me pelo nosso pobre país e pela regeneração social e económica a que podes deixar ligado o teu nome de pensador e de artista. [...]<sup>76</sup>

<sup>74</sup> Carta de 07 de Outubro de 1890, *in op. cit.*, p. 137-138.

<sup>75</sup> Carta de 23 de Julho de 1891, *in op. cit.* p. 161.

<sup>76</sup> Carta de 18 de Janeiro de 1892, *in Eça de Queirós. Correspondência. Leitura, coordenação, prefácio e notas de Guilherme Castilho*, IIº volume, Lisboa, INMC, 1983, p. 206.

Eça felicita o amigo pelo facto deste integrar o Ministério da Fazenda considerando que a sua presença no mesmo constitui uma esperança para a regeneração económica do país.

Dá-me notícias desse *Condestável*. Na tua carta eras um pouco ingrato com ele – porque te queixavas da falta de filhos, que são a continuação de nós mesmos. E as obras? Um herói que ressuscita vale um filho que se gera. Nós outros, os romancistas, é que edificamos sobre a areia – ou sobre a *moda*, que é a mais movediça das areias [...] Nada sei dos amigos daí. Soveral, vejo pelos jornais que dança. E a Pátria – não a salva? Ou o seu elixir era apenas uma figura de *Cotillon*? De resto, o *sauvetage* de Portugal parece ter-se tornado uma diversão de amadores. [...] Tal é hoje a terra de Afonso de Albuquerque. Evidentemente, não há hoje para um português senão uma solução – que é, como tu, viver na História, e esquecer o *que é*, na convivência do *que foi*.<sup>77</sup>

Atentamos na última afirmação do excerto transcrito. Parece assistir à mesma um certo espírito de alienação, uma alienação na história, pois, mais vale viver na história e esquecer a realidade actual. Eça manifesta, igualmente, em nosso entender, uma vontade de “pegar” na história, ir ao encontro do passado para reabilitar o presente. Esta necessidade já a havia manifestado nas cartas a Pinheiro Chagas aquando da polémica “Portugal Brasil”, pois, para Eça, o recurso à História dever ser levado a efeito com propósitos moralizadores e não apenas para regozijo pelo passado, como o entendiam os ultra-românticos.

Faço também literatura, uma literatura complicada, porque, com o vício de misturar trabalhos, acho-me envolvido na composição, revisão e *acepilhação* geral de cinco livros! Isto me leva a falar do *Condestável*. Está claro que o recebi, que lhe admirei o exterior, e que lhe saboreei o miolo. A minha primeira impressão, logo às primeiras páginas, foi de que estava no século XV, e que vivia em Lisboa, em Valverde ou nas vielas da Sé, que andava misturado ao povaréu [...] O que é certo, porém, é que ao ler esse fim do *Condestável*, me veio uma pequena lágrima ao olho – e tu decerto não querias mais. Além de um belo livro, o *Nun'Alvares* é uma boa acção. Estas monografias que empreendeste, são o maior serviço que neste século se tem feito a Portugal. É por elas que tu próprio hás-de ficar na nossa História. A mim mesmo me dou por exemplo: porque têm sido os *Filhos de D. João I*, e agora o *Nun'Alvares* que me têm feito patriota. Tu reconstróis a Pátria, e ressuscitas, com esses livros, o sentimento esquecido da Pátria. E não é pequeno feito *reaportuguesar* Portugal. Pagas de resto a dívida, que nunca fora paga, àqueles que fizeram Portugal. [...] Eu estou sempre com a ideia, e ideia desejosa, de ir a Lisboa.<sup>78</sup>

A presente carta é a que dá o mote a este trabalho. Nela surge a expressão que dá o título ao mesmo. Eça, em tom confessional declara a Oliveira Martins o efeito que as suas obras têm produzido no seu espírito e a repercussão que podem ter no país. *Reaportuguesar* Portugal é a maior necessidade que o país tem. Um país descaracterizado a precisar de se reconhecer nos seus traços mais genuínos, na sua

<sup>77</sup> Carta de 14 de Setembro de 1892 in op. cit., p. 250.

<sup>78</sup> Carta de 26 de Abril de 1894, in op. cit., p. 313.

própria identidade. Reencontrar-se. A escrita de Oliveira Martins possibilitava o reconhecimento das raízes, da identidade através da História. Eça iria, igualmente, recorrer à História para reabilitar o seu herói (Gonçalo Mendes Ramires). Do mesmo modo, em *A Cidade e as Serras* o escritor faz o seu protagonista ir ao encontro das suas raízes ancestrais, neste caso, nas serras do Douro, espaços virgens, impolutos, não descaracterizados.

Não se defende que Eça entendesse a reabilitação nacional como evasão para o espaço rural, porém, encara a genuinidade e simplicidades características desse espaço como atitude correcta de valorização do que é realmente português (a fertilidade dos campos, a simplicidade das gentes, a cultura tradicional, a gastronomia típica). Sabia, no entanto, que esta reflexão não passava de uma idealização, daí ser esta a sua “utopia tórmica”, como referimos anteriormente (*vide* página 42).

As cartas a sua esposa são, também, no nosso entendimento, uma manifestação clara dessa utopia.

### **c) Cartas a Emília de Castro**

Referem-se, em seguida, algumas passagens de cartas escritas a Emília de Castro, esposa de Eça, pelos sentimentos que a paisagem do Douro desperta no escritor e que ele lhe confessa, chegando mesmo a admitir que “É também no campo, mas no verdadeiro, que eu desejaria viver.” Seria este desabafo inteiramente sincero? Não sabemos. No entanto, conferimos especial importância a estas cartas por serem dirigidas a sua esposa e nas quais encontramos desabafos muito pessoais, escritos num tom que, obviamente, não encontramos em nenhuma outra. Eça parecia ter vontade de trazer a família para as terras que possuíam no Douro. De acordo com as suas palavras, não seria possível devido a questões económicas. Fica-nos a descrição romanceada da paisagem: “com efeito não há senão este campo! Este campo de cidade, árvores entre ruas não vale nada. É também no campo, mas no verdadeiro, que eu desejaria viver. Era bom para nós todos.<sup>79</sup> Mas nós parece que estamos voltando à civilização e aos seus males! Nunca como agora me tem

---

<sup>79</sup> Carta de 1889, in Eça de Queirós, *Correspondência*, org. Guilherme Castilho, INCM, Lisboa, 1983, Iº Volume, p. 595

apetecido uma quintarola, com bacalhau na mesa, e os meninos trepando pelas árvores. Mas nem para esta rude simplicidade temos meios independentes.<sup>80</sup>

Nesta carta Eça apresenta-nos uma descrição apaixonada das serras, chega mesmo a estabelecer uma comparação com o jardim de Neuilly.

E em suma é uma residência apetecível. Sta. Cruz é inteiramente de outra natureza. É extremamente belo. O caminho íngreme e alpestre da estação até à quinta é simplesmente maravilhoso. Vales lindíssimos, carvalheiras e soutos de castanheiros seculares, quedas de água, pomares, flores, tudo há naquele bendito monte.<sup>81</sup>

#### **d) Correspondência de Fradique Mendes – um excerto**

Dos excertos abaixo transcritos, destacamos a profunda sensibilidade e humanismo de Eça na descrição da paisagem, através do olhar de Fradique Mendes (*vide* página 82).

O que nos interessa ressaltar desta carta é a forma como o autor se refere à quinta minhota de Refaldes, um olhar revelador do seu gosto pelo pitoresco e pelo tradicional de Portugal rural.

Carta a Madame de Jouarre:

[... ] E desde então, como se Refaldes fosse a ilha de dos Latofágios, e eu tivesse comido em vez da couve-flor da horta a flor do Loto, por aqui me quedei, olvidado do mundo e de mim, na doçura destes ares, destes prados, de toda esta rural serenidade que me afaga e adormece [...] a quinta foi sempre, como agora, de grossa fartura, toda em campos de pão, bem arada e bem regada, fecunda, estendida ao sol como um ventre de ninfa antiga. [...] Não! Aqui, em torno do pátio (onde a água da fonte todavia corre aos pés da cruz) são sólidas tulhas para o grão, fofos eidos em que o gado medra, capoeiras abarrotadas de capões e perus reverendos. Adiante a horta é viçosa, cheirosa, succulenta, bastante a fartar as panelas todas de uma aldeia [...] Os arvoredos repousam uma contemplação, que é inteligente. No piar velado e curto dos pássaros, há um recolhimento e consciência de ninho feliz [...] E tudo é tão calmo e simples e terno, minha madrinha, que, em qualquer banco de pedra em que me sente, fico enlevado, sentindo a penetrante bondade das coisas, e tão em harmonia com ela, que não há nesta alma, toda incrustada das lamas do mundo, pensamento que não pudesse contar a um santo... Verdadeiramente estas tardes santificam. O mundo recua para muito longe, para além dos pinhais e das colinas, como miséria esquecida.<sup>82</sup>

A presente descrição sai da pena de um “poeta” de grande sensibilidade e requinte como é Fradique Mendes. Trata-se de um relato muito vivo e sentido de uma paisagem que perturba o observador. Sabemos que esta mesma paisagem ocupava um lugar privilegiado na geografia queirosiana. Contudo, terá este espaço

<sup>80</sup> Carta de 1890, Eça de Queirós, *Correspondência*, org. Guilherme Castilho, INCM, Lisboa, 1983, IIº Volume, p. 77.

<sup>81</sup> Carta de 1892, in op. cit. pp 232-233.

<sup>82</sup>Eça de Queirós, *A Correspondência de Fradique Mendes*, Lisboa, Livros do Brasil, pp. 193-199;

correspondente factual? Trata-se de uma utópica Tormes porque também um espaço de alienação e esquecimento da miséria circundante da realidade.

### **2.2.5 Textos Dispersos: “A Europa em Resumo”; “A Europa”; “Positivismo e Idealismo”; “O Francesismo”; “A Decadência do Riso”.**

A “consciência de Portugal” era, efectivamente, uma característica do autor de *A Relíquia*, marcando a sua produção literária. Contudo, a condição marginal do país no continente a que pertence e o desfasamento entre os países europeus não estavam ausentes do seu pensamento, nem da sua obra. A este propósito, recordamos o ensaio de Orlando Grossegeesse no já citado Encontro Internacional de Queirosianos.

Segundo este estudioso, na década de 70 e princípios de 80, Eça tem consciência da imagem *estrangeira* de Portugal e da própria auto-identidade portuguesa. Ironiza com ambas nas suas obras, evidenciando a sua própria consciência de decadência nacional. E a este respeito, cita a polémica com Pinheiro Chagas anteriormente abordada neste trabalho. Nessa polémica, vemos Eça defender, como refere Grossegeesse: “a necessária contemporaneidade de Portugal como nação pequena (comparável com a Holanda ou a Suécia) no sistema de nações europeias. O elogio irónico de Portugal na comparação vitoriosa com a Europa ‘lá fora’ implica uma crítica jocosa do discurso patriótico tradicional, utilizado por Pinheiro Chagas”.<sup>83</sup>

Contudo, alguns anos depois, ainda segundo Grossegeesse, Eça chega a defender a não contemporaneidade de Portugal, nomeadamente, em obras como *Os Maias* e *A Correspondência de Fradique Mendes*, deixando de acreditar na necessária contemporaneidade do país e no esforço para se afirmar na Europa. Depois do desencanto finissecular da vida nas cidades europeias, do progresso e da civilização, o melhor para Portugal parece mesmo continuar na mesmice caseira e tradicional que contribuirá para manter a sua identidade, desistindo do “projecto da rápida modernização do país como da rapidez moderna”.<sup>84</sup>

<sup>83</sup> Orlando Grossegeesse, “Eça e a Europa. Epílogo que será um Prólogo”, in, *Actas do Congresso de Estudos Queirosianos, IV Encontro Internacional de Queirosianos*, vol. I, Coimbra, Livraria Almedina, 2002, p. 177.

<sup>84</sup> *Idem, ibidem*, p. 181.

Para este, Eça, ao longo da escrita de *Os Maias*, foi-se apercebendo que talvez valesse a pena destacar o país como nação quase não-europeia, pois isso seria garante da sua sobrevivência. Optando por uma escrita que mostrasse esta sua nova visão, denuncia miséria portuguesa, mas, não deixa de fora a miséria europeia.

O capítulo final de *Os Maias* é bom exemplo disso. O passeio final de Carlos e Eça, onde apreciam a velha Lisboa, o que ficou testemunho de tempos idos, mostra a consciência do que são, após o processo de desilusão pelo qual passaram: românticos. Também a *Correspondência de Fradique Mendes* e *A Cidade e as Serras* mostram a postura crítica do autor face à cultura finissecular. A este propósito, recordo o artigo “decadência” presente no *Dicionário de Eça de Queirós*:

Eça acabaria contudo por não considerar o velho continente como o mais habitável. Decerto que o prolongado afastamento do país, a progressiva complexificação da vida na grande urbe que era Paris nesses atribulados últimos anos do século, bem como o agravamento das tensões internacionais terão contribuído para a sedimentação e a amplificação da sua atitude pessimista, a alimentar a estigmatização do declínio e da degenerescência das sociedades suas contemporâneas. A ideia de excesso de civilização, numa época caracterizada do ponto de vista ideológico pela «dissolução de doutrinas» e pelo ressurgimento de um certo misticismo, traduzir-se-ia na última ficção do escritor de forma notável (*A Cidade e as Serras*).<sup>85</sup>

Eça de Queirós pensou muito a Europa e o lugar de Portugal neste continente. No texto “A Europa em resumo”<sup>86</sup>, de 1893, Eça começa por fazer o elogio do continente europeu, defendendo-o como o mais interessante de todos, apesar de reconhecer a riqueza e beleza dos restantes. O interesse da Europa advém da própria raça: a da fantasia, isto é, a faculdade de criar com originalidade. Contudo, este facto não faz da Europa o continente mais habitável sendo o europeu o “mais enfasiado” dos homens.

Um outro texto, mais tardio, igualmente dedicado à Europa, deve ser aqui ser recordado. Num tom mais melancólico e de certa desilusão, Eça parece, seis anos depois do outro texto, ter menos apetência para brincar com o “fracasso” deste continente. No texto “A Europa”<sup>87</sup>, Eça de Queirós identifica a situação de crise que se vive na Europa, em todas as suas vertentes: agrícola, política, industrial, social,

<sup>85</sup> A. Campos Matos, org. e coord., “Decadência”, in *Dicionário de Eça de Queirós*, Lisboa, Ed. Caminho, 1988, p.177.

<sup>86</sup> Eça de Queirós, “A Europa em Resumo,” in *Notas Contemporâneas*, Ed. Livros do Brasil, Lisboa, 2000, p. 180.

<sup>87</sup> Eça de Queirós, “A Europa”, in *Notas Contemporâneas*, Lisboa, Ed. Livros do Brasil, 2000, p. 143.

moral, religiosa. Em todos os países europeus (apresenta situações concretas), vivenciam-se verdadeiras situações de crise. Chega mesmo a particularizar com o exemplo de Paris:

Depois, para cúmulo, Paris complicando tudo com a sua comuna, o seu Hotel de Ville, a impressionabilidade das suas massas, a garrulice da sua imprensa, a sua *blague* e a sua miséria, o seu ideologismo e o seu *cocottismo*... Mil males – e o meu querido Oliveira Martins esfregando as suas mãos de filósofo, e ameaçando já esse Paris, «capital dos povos», de brevemente ficar reduzido a uma Corinto.<sup>88</sup>

Após referência a vários exemplos europeus, não esquece a situação portuguesa:

Será caritativo falar de nós? No nosso canto, com a azulada doçura do nosso céu carinhoso, a contente simplicidade da nossa natureza meio árabe (duas máximas condições para a felicidade na ordem social) nós temos, ao que parece, todas as enfermidades da Europa [...] E desgraçadamente, além destes males, uns nascidos do nosso temperamento, outros traduzidos do francês.<sup>89</sup>

Em Portugal, é fácil saber quais as causas das nossas “enfermidades”: o próprio temperamento (e quanto a isso não há muito a fazer) e insistente cópia da cultura e do viver francês.

Destes dois excertos, gostaríamos de sublinhar algumas palavras que nos parecem ser de destaque. A Europa é um país de *fantasia*, onde os espíritos são criativos. Porém, ao homem europeu não lhe tem bastado a criatividade, encontrando-se *enfastiado*. Daí a crise que se vive em todo o continente. Paris parece ser a mais *babélica* de todas as capitais europeias. Portugal permanece na sua *azulada doçura e simplicidade* e por isso, apesar da crise também vivida em Portugal, subsiste o gosto pelo genuinamente português:

“[...]a situação na Europa é medonha! E Todavia, no fundo, a situação é simplesmente normal. Natural e normal, e para ninguém poder ter terrores. Já não falo como um bicho egoísta e caseiro, que através de todas estas agonias de impérios continue a saborear os pequenos regalos da vida, o calor do lar, a amizade dos livros, o bom arroz de forno, o cigarro palreiro, e os pássaros cantando nos folhedos da Primavera.”<sup>90</sup>

O autor parece recordar com certa nostalgia aquilo que caracteriza Portugal e o distingue dos outros congéneres europeus. Apesar do atraso português face aos vizinhos europeus, no meio da situação medonha que se vive, ainda se podem saborear alguns simples prazeres. É esta atitude que pretendemos sublinhar com a

---

<sup>88</sup> In op. cit, p. 146.

<sup>89</sup> In op. cit. p. 148-149.

<sup>90</sup> *Idem, ibidem*, p. 149.

escolha destes textos. No seguimento do que ficou dito atrás, da atitude de Eça face ao seu país, apesar da consciência do seu atraso e das imobilidades sociais, o autor não consegue ficar indiferente aos encantos simples do seu país. A natureza leva-o a valorizar a simplicidades das coisas portuguesas.

A escolha do texto "Positivismo e Idealismo" prende-se com o facto de Eça confessar no mesmo a falência do naturalismo como expressão de arte. Eça rende-se à natureza imaginativa da alma portuguesa, reconhecendo esta como a forma ideal de escrita, mais apropriada ao fim de século: "Em literatura, estamos assistindo ao descrédito do naturalismo o romance experimental, de observação positiva, todo estabelecido sobre documentos, findou [...] A simpatia, o favor, vão todos para romance de imaginação ... e até e capa e espada, com maravilhosos imbróglios."<sup>91</sup>

Nesta afirmação, identificamos o reconhecimento do autor relativamente ao tipo de escrita que mais espelha o sentir português. Enveredaria por este tipo de escrita nos seus romances finais, recorrendo a um estilo mais imaginativo, mais sentido, menos positivista, recuperando épocas históricas e heróis da fundação da pátria. E continua:

Tudo isto é desolador. Tanto mais que ao lado deste movimento negativo contra o positivismo – surge e cresce – paralelamente um movimento afirmativo de espírito religioso. [...] Em suma, esta geração nova sente a necessidade do divino. A ciência não faltou, é certo, às promessas que lhe fez; mas é certo também que o telefone, o fonógrafo, os motores explosivos e a série de éteres não bastam para acalmar e dar felicidade a estes corações novos.<sup>92</sup>

Aqui consideramos que o autor se insere nesta geração, de coração novo como lhe chama, pois acaba por sentir esse apelo da imaginação, face ao afastamento da ciência, cujo campo de acção conclui não ser, de facto, o literário. Essa "repulsa" pelo positivismo literário e pelos excessos do progresso científico estará patente nos seus romances finais, nomeadamente, n' *A Cidade e as Serras*, onde a descrença na felicidade pela tecnologia é nota dominante. Jacinto percebeu esta falência, abraçou as vivências simples do quotidiano serrano, sem renegar por inteiro os comodismos da civilização. E Eça acaba por reconhecer que, no

---

<sup>91</sup> Eça de Queirós, "Positivismo e Idealismo", in, *Notas Contemporâneas*, Lisboa, Ed. Livros do Brasil, 2000, p. 188.

<sup>92</sup> *Idem, ibidem*, p. 191.

momento, a tendência é “espiritualista, simbolista, neo cristã e místico-socialista. É uma surpresa enorme [...]”<sup>93</sup>

No presente excerto aborda-se, novamente, a natureza imaginativa dos povos. A atitude de Eça, perante a escrita, sofre alterações. Sem abandonar as suas técnicas e estilo, retira das suas obras os *tipos*. Isto porque já não são estes o objecto da sua purga. Sente, antes, o apelo para o reabilitar dos comportamentos, daí a escolha de personagens como Jacinto e Gonçalo, personagens onde opera a dita regeneração, assunto que iremos abordar com maior profundidade no capítulo III deste trabalho.

Outro dos textos escolhidos consiste no ensaio “O Francesismo”, ensaio biográfico e literário, publicado em 1912. Nele, Eça defende-se das acusações de “estrangeirado” e “afrancesado” e de “desaportuguesar” a pátria, colocando-se na posição de vítima do afrancesamento que viveu em Portugal desde criança: “De navegadores portugueses, em galeões portugueses, não me contaram jamais história alguma à lareira.”<sup>94</sup>

E mesmo na sua instrução primaria, lembra que o Estado lhes impingiu livros franceses. Em toda a sua carreira de estudante, os autores franceses eram-lhe fatais. Os compêndios franceses eram. E recorda a sua representação de uma peça portuguesa que lhe resultou em fracasso, pois o público não apreciara a sua tentativa ‘nacionalista’. Por toda a parte se respirava o ar que vinha de Alem Pirinéus:

Nem nos palcos, nem nos armazéns, nem nas cozinhas, em parte alguma restava nada de Portugal.”<sup>95</sup> E justifica-se: “A particular atmosfera de coscuvilhice politica, que é tão peculiar a Lisboa como o nevoeiro a Londres, forçou-me, a meu pesar, a embrenhar-me também na política. Em que política? Boa pergunta! Na francesa! Porque havia então em Lisboa toda uma classe culta e interessante de políticos «franceses», que no Grémio, na Havanesa, à porta do Magalhães, faziam uma oposição cruel, amarga, inexorável, ao Império Francês e ao Imperador Napoleão.”<sup>96</sup>

No momento da escrita deste ensaio, Eça defende a sua geração, assumindo a intensa influência francesa de que foi alvo. Exceptua deste grupo Antero de Quental

---

<sup>93</sup> *Idem, ibidem*, p. 193.

<sup>94</sup> Eça de Queirós, “O Francesismo”, in *Cartas e Outros Escritos*, Lisboa, Ed. Livros do Brasil, 2001, p. 323.

<sup>95</sup> *Idem, ibidem*, p. 329.

<sup>96</sup> *Idem, ibidem*, p. 329.

e Oliveira Martins. Assume ter contribuído para que Portugal se tornasse uma cópia da França, criando por cá uma cultura postiça.

Mas dir-me-ão: - Tudo isso é uma pequena minoria [...] a gente dos campos, permanece portuguesa, conservando no seu sentir e no seu pensar o fio da tradição, que seria fácil ir buscar lá para com ele se continuar a tecer a nossa verdadeira civilização de feitio português. Nenhum erro maior! Essa vasta maioria não conta. Um país [...] compõe-se de um grupo de homens ... que vivem de frequentar o centro da capital. O resto é paisagem.<sup>97</sup>

Para Eça, o interior campestre, o Portugal rural está para Lisboa, como a própria Lisboa está para Paris, ou seja, comportam realidades incomparáveis, daí denuncia o Portugal que veste à francesa, mas que, debaixo do traje francês, ainda usa tamancos. Na literatura a situação não foge à regra. O que se escreve em Portugal vem a reboque do que se vai publicando em França. E uma das partes mais interessantes do ensaio surge quando Eça revela as razões que, segundo ele, nos devem levar a desprender das "saías" da nossa amante francesa:

Nada mais diferente de um francês que um português; nem eu compreendo que satisfação, que gozo possa achar o espírito português em se nutrir, em se banhar nas criações do espírito francês. A França é um país de inteligência; nós somos de imaginação. A literatura da França é essencialmente crítica; nós, por temperamento, amamos sobretudo a eloquência e a imagem. A literatura da França é, desde Rabelais até Hugo, social, activa, militante. Na nossa, por tradição e instinto, é idílica e contemplativa [...] é porque nós somos realmente o povo que se compraz em estar quieto entre os choupais, a ver correr as águas meigas, pensando em cousas saudosas.<sup>98</sup>

O presente ensaio encontra-se impregnado de ironia sendo por isso necessário ter redobrada atenção na sua abordagem. Em linhas muito gerais, consideramos que o escritor sente necessidade em defender-se das acusações de "afrancesado", canalizando as atenções para o facto do país se ter "colado", indevidamente, ao viver francês, s possuírem nada em comum. Não fica claro se o autor prefere um ou outro modo de vida mas subentende-se a ideia que cada cultura deverá ser fiel à sua própria essência. Subentende-se, ainda, uma atitude de algum saudosismo e messianismo de espera nacional por um D. Sebastião restaurador da glória pátria: "a alma de um povo define-se bem a si mesma pelos heróis que ela escolhe para amar e para cercar de lenda. O grande rei para os franceses é e será sempre Francisco I, enorme, robusto, ligeiro, rindo alto [...] O nosso herói, e isto resume tudo, é o poético e pensativo D. Sebastião."<sup>99</sup>

<sup>97</sup> Eça de Queirós, "O Francesismo", in *Cartas e Outros Escritos*, Lisboa, Ed. Livros do Brasil, 2001,, p. 331.

<sup>98</sup> *Idem, ibidem*, p. 336.

<sup>99</sup> *Idem, ibidem*, p. 337.

Neste ensaio, Eça parece mostrar simpatia pelo sentimentalismo e lirismo nacionais, em detrimento do racionalismo e a objectividade exigida pela observação do real que norteou uma parte da sua escrita.

Está neste texto patente, como bem refere o autor do artigo “O Francesismo” no Dicionário de Eça de Queirós: “um dos problemas fundamentais da sua arte, aquele que cerca de três anos antes fora já motivo central de um texto chave [...] ou seja, o conflito entre o idealismo lírico, fantasia, emocional, que segundo ele é característico da literatura nacional e o espírito racional de observação e análise que caracteriza a literatura francesa.”<sup>100</sup>

Eu penso que o riso acabou – porque a humanidade entristeceu. E entristeceu – por causa da sua imensa civilização [...] o homem de acção e de pensamento, hoje, está implacavelmente votado à melancolia<sup>101</sup>. [...] pobre moço que, de muito trabalhar sobre o universo e sobre ti próprio, perdeste a simplicidade e com ela o riso, queres um humilde conselho? Abandona o teu laboratório, reentra na natureza, não te compliques com tantas máquinas, não te subtilizes em tantas análises, vive uma boa vida de pai provido que amanhã a terra, e reconquistarás, com a saúde e com liberdade, o dom augusto de rir.<sup>102</sup>

Neste último texto intitulado “A Decadência do Riso” refere-se o lirismo inerente ao temperamento português. Surge como um lamento pela tristeza do homem do fim-de-século, o homem super civilizado que se esqueceu das coisas simples da vida, como o próprio riso, ou seja, o(s) Jacinto(s) do fim-de-século. Eça parece querer insinuar um conselho no sentido de se reconquistarem as faculdades perdidas. O *entrar na natureza* é a tentativa de equilíbrio entre o alcançado e o que está por vir. Os romances finais demonstram essa mesma tentativa.

Em síntese, na polémica com Chagas, Eça, apesar, do constante tom cómico, defendeu-se da acusação de estrangeirado por meio da demonstração da sua definição de patriotismo. Esse mesmo são patriotismo solicitou-o a Oliveira Martins, de forma que este fosse arauto desse sentir, que protagonizasse o despertar da pátria.

---

<sup>100</sup> A. Campos Matos, org. e coord., “O Francesismo”, in *Dicionário de Eça de Queirós*, Lisboa, Ed. Caminho, 1988, p. 280.

<sup>101</sup> Eça de Queirós, “A Decadência do Riso”, in *Notas Contemporâneas*, Lisboa, Ed. Livros do Brasil, 2000, p.165.

<sup>102</sup> *Idem, ibidem*, p. 166.

## 2.2.6 Outros testemunhos:

### a) Prefácio a *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e Mais Páginas Esquecidas*

Trazemos a este trabalho o prefácio às *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e Mais Páginas esquecidas*, da autoria de seu filho José Maria pela simples razão de nele surgir a sua interpretação acerca do patriotismo do pai e da forma como este foi julgado até à data da escrita do texto. Ao iniciar o prefácio, José Maria apresenta o seu pai como o escritor português “mais discutido dos desconhecidos”.<sup>103</sup> Baseando-se nas cartas e escritos íntimos de seu pai, aborda a sua condição de estrangeirado: “viveu quase sempre no estrangeiro – e, com que sacrifício, as suas cartas o dizem;” De acordo com as palavras do autor do prefácio, a vida no estrangeiro nem sempre foi fácil para Eça, constituindo o afastamento geográfico do seu país a maior das dificuldades.

Após uma reflexão acerca da recepção dos diversos romances queirosianos e das reacções que estes provocaram no público português, refere a transformação na língua portuguesa levada a efeito por Eça, imprimindo-lhe modernidade e nova beleza, contrariando os que o acusavam de ignorar as regras gramaticais da língua. José Maria prossegue o texto em defesa dos que acusavam Eça de plágio, lembrando que muitos recorreram à sua escrita do pai para a criação dos seus próprios textos. A questão do estrangeirismo surge mais adiante. Para o autor do texto, esta foi a acusação mais repetida a Eça. E exemplifica: “Com efeito, ele foi sempre entre nós – desde o monóculo e o corte das sobrecasacas, que irritavam a modéstia do Chiado, até às concepções artísticas e aos sentimentos que escandalizavam a rotina nacional – «o estrangeirado».”<sup>104</sup> Surge, então, a defesa quanto ao “estrangeirismo”:

[...] sob o risco de parecer paradoxal, eu ousou afirmar que Eça foi o grande inimigo do estrangeirismo em Portugal. Quer isto que não admirou as civilizações superiores em que viveu, que não desejou para nós igual soma de desenvolvimento material e intelectual? Não, certamente – mas ninguém como ele aborreceu e flagelou a macaqueação servil e perigosa que entre nós sempre se fez dos sentimentos, das doutrinas, das leis e das modas dessas civilizações. De facto – e aqui vem o aparente paradoxo – ele próprio importou de França, tanto vocábulos e modos de dizer como em geral

<sup>103</sup> Eça de Queirós, *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e Mais Páginas Esquecidas*, Porto, Lello & Irmão editores, p.7

<sup>104</sup> *Idem, ibidem*, p. 25.

as concepções da sua arte e os seus processos – mas tão habilmente soube utilizar em nosso proveito essas riquezas trazidas de fora, tão perfeitamente as adaptou à índole da nossa língua e às necessidades do nosso génio, que, com elas, criou belezas inexcedíveis, e os seus livros, em que a França colaborou, se tornaram, à força de portuguesismo, quase intraduzíveis para francês!<sup>105</sup>

José Maria refuta as acusações feitas, nomeadamente, o epíteto de “afrancesado”, apresentando as razões de ser da utilização frequente dos modelos franceses na sua escrita. Modelo, era apenas essa a intenção na importação de francesismos, considerando como necessária essa adaptação nas letras portuguesas, sem, no entanto, perder de vista a sua própria individualidade.

Tendo em conta a relutância portuguesa na adopção da modernidade literária, Eça encabeçou o movimento da modernização da língua e da literatura portuguesas dos finais do século XIX, adoptando um papel pioneiro no que respeita à própria defesa da língua e cultura lusitanas:

[...] Não devemos perder de vista que, nesse tempo, ainda não se fizera nos espíritos a evolução para o nacionalismo integral que hoje se observa – e que ele de resto previu, sentindo antes de ninguém a necessidade de «reaportuguesar Portugal». As velhas tradições nacionais jaziam sob os escombros do velho absolutismo já impraticável; os espíritos inquietos e preocupados não encontravam ponto de apoio sólido no próprio fundo nacional, violentamente abalado pelo cataclismo liberal. Era preciso recorrer ao estrangeirismo e trazer de lá novos elementos de vida ou resignar-se à morte lenta por asfixia ou inanição. E, com efeito, foram esses elementos tirados ao estrangeiro, que, superiormente adaptados por Eça de Queirós e pelos seus amigos, imprimiram novo e resplandecente voo à nossa literatura decadente. Há aqui uma forte lição para os portugueses de hoje: mais uma vez, na nossa miséria, nos voltamos para a França, para a nossa irmã latina mais velha e mais brilhante, à procura da solução salvadora [...].<sup>106</sup>

O filho do escritor utiliza aqui a expressão de seu pai (sublinhado nosso) criada numa carta a Oliveira Martins (vide nota da página 58). Defendendo-o novamente das acusações de estrangeirado e anti patriota. Contrariando esta teoria, José Maria apresenta-o como aquele que previu com grande antecedência e clarividência a necessidade de recuperar a alma portuguesa.

Os tempos modernos exigiam um esforço de revitalização que por aqui não se fazia sentir. O exemplo francês seria útil para dar às letras portuguesas e à sociedade em geral o estímulo necessário para entrar na “carruagem” da modernidade e responder afirmativamente aos desafios futuros. A cópia dos modelos franceses é refutada, pois, ela inibe a valorização do que é original. Acontece que a sociedade portuguesa extrapolou na adopção de comportamentos e tendências francesas e,

<sup>105</sup> *Idem, ibidem*, p. 25-26.

<sup>106</sup> Eça de Queirós, *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e Mais Páginas Esquecidas*, Porto, Lello & Irmão –Editores, p. 26

esquecendo a própria essência nacional, enterrou a “portugalidade”, tornando-se o que Eça chamaria de “país traduzido do francês em calão”. É também sob esta máxima que nascem obras como *A Ilustre Casa de Ramires* e *A Cidade e as Serras*. Contudo, rejeita, com alguma indignação, as interpretações que fazem destas obras actos de arrependimento e contrição:

O aparecimento póstumo de *A CIDADE E AS SERRAS*, e depois de *A CATÁSTROFE*, das *CARTAS* e ultimamente de *O EGIPTO*, livro que revelava preocupações tão graves num artista tão moço exigiam a alteração da velha fórmula; e logo uma nova definição surgiu, fácil, lapidar e simplista: Eça de Queirós foi «um demolidor que se arrependeu». A frase pegou – e ainda hoje é difícil percorrer um artigo ou um livro sobre Eça de Queirós – de admirador ou de detractor – sem que lá se não encontre, espreitando entre os adjectivos laudatórios ou ressaltando entre os epítetos coléricos, a confissão das suas demolições e a afirmação do seu arrependimento [...] Único talvez na minha espécie, eu não reconheço essas demolições e não acredito nesse arrependimento, e vejo apenas nesta última definição de Eça de Queirós um derradeiro equívoco e a derradeira etiqueta que a indolência nacional colou sobre a sua obra e sua personalidade [...]<sup>107</sup>

Para José Maria filho, toda a escrita eciana resulta da tentativa de emenda e moralização da sociedade para a recuperação e revalorização da verdadeira “cousa pátria”. Reflecte sobre a evolução na obra do pai, concluindo que Eça não se arrependera do que ficara para trás, optara antes por mudar de assunto, tendo a sua sensibilidade literária apurado que talvez fosse hora de mudar a forma de abordagem do público leitor e, simplesmente, mudar de assunto:

O que vemos, porém, é muito diverso: cansado de zurzir uma sociedade que não parecia querer emendar-se, uma política que cada vez mais se afogava no atoleiro parlamentar, vemos o escritor «mudar de assunto». Farto da cidade e do século foge para o campo e para o passado – e então temos *A ILUSTRE CASA DE RAMIRES* e *A CIDADE E AS SERRAS*, livros de transição, e depois as vidas de Santos, livros de repouso<sup>108</sup>.

Constata-se, então a mudança de estratégia nesses livros que o filho do escritor qualifica como “livros de transição”. Do ponto de vista do autor do prefácio, a ironia já não é a tónica dominante no texto. Apesar de estar sempre presente, passa para um outro plano. A este propósito recordamos aqui o ensaio de Ana Nascimento Piedade acerca da presença da ironia em *A Cidade e as Serras*:

[...] se *A Cidade e as Serras* se revela como uma obra predominantemente ambígua e aberta, tal fica a dever-se, antes de mais, à forma particular e especificamente distinta como o seu autor se aplica, nesta obra, a desenvolver a sua consagrada arte da ironia.<sup>109</sup>

<sup>107</sup> Eça de Queirós, *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e Mais Páginas Esquecidas*, Porto, Lello & Irmão Editores, p. 30-31.

<sup>108</sup> *Idem, ibidem*, p. 32.

<sup>109</sup> Ana Nascimento Piedade, *Ironia e Socratismo em A Cidade e as Serras*, Lisboa, Instituto Camões, 2002, p.15.

Transcrevemos a forma poética e emotiva como José Maria encara os últimos romances do pai, considerando a ausência de ironia:

Aqui já não cabe a ironia, que é uma arma, nem o humorismo, que é uma forma de desprezo, porque deixou de haver motivo de combate e de sarcasmos. A doçura aparece porque os assuntos são doces, e o próprio estilo se ressentia da mudança de cenário, tomando uma fluidez maior, um deslizar mais brando, e – porque não dizê-lo? – uma sorte de vernaculismo [...] Há a simplicidade primitiva do nosso campo e as exaltações espirituais da vida rural; em vez das ruas lamacentas, há os largos horizontes cheios de frescura; em lugar das chaminés de ferro e de tijolo, as grandes árvores estendendo os seus ramos cheios de majestade e de paz. Aos sórdidos cordelinhos da comédia social, sentimental ou canónica, antepuseram-se os instintos naturais, os sentimentos rústicos, as vidas lendárias e piedosas. Significa isto que o escritor modificou o seu pensamento, o seu modo de ser e de sentir? – Não, decerto, e é-nos lícito acreditar que, se um dia se afastasse dos seus campos e dos seus santos, e, por um momento voltasse a mergulhar no mundo corrompido que abandonara, imediatamente e automaticamente renasceriam debaixo da sua pena todos os sarcasmos e todas as ironias com que anteriormente o fustigou [...] <sup>110</sup>

Sabemos que as obras finais são também obras onde a ironia marca presença. Recordemos a opinião de Mário Sacramento, conforme nos indica Ana Nascimento no estudo supracitado:

[...] Por toda esta longa fase que vai de 1880 a 1900 (...), Eça está de posse da suprema consciência irónica e dos segredos da sua transfiguração estética. A ironia apossa-se de um tema, informa-o dialecticamente, percorrendo-o curiosamente e abandonando-o finalmente por outro (...) A Ironia, que se furtava noutros tempos ao serviço da política (...) e da Moral (...) vai confirmar o seu carácter de independência não servindo definitivamente ninguém - e servindo-se de todos e de tudo. <sup>111</sup>

Para o filho do escritor, a mudança operada na criação literária de seu pai regista-se, essencialmente, na temática a abordar, sem que isso signifique a própria mudança no pensamento do autor relativamente a um conjunto de realidades, realidades essas onde inseriu os seus personagens. Ou seja, a consciência crítica permanecia inalterável. Eça não modificara a sua forma de encarar as “cenas da vida portuguesa”. Não perdoara as fraquezas às suas Luíças, aos Acácios, aos Basílios, aos Amaros, aos Carlos da Maia, etc.

Termina com a sua opinião relativamente ao conjunto das últimas obras do pai. Para este, moralizar fora o propósito de obras como o *O Crime do Padre Amaro*, *Os Maias*, *O Primo Basílio*, obras intensamente vocacionadas para a denúncia das “maleitas” sociais das quais o país padecia. A ironia fora o instrumento que melhor lhe servira para este fim. As obras posteriores a 1888 registam a tal “mudança de assunto” pois a sua intenção altera-se. Para José Maria filho, a veia artística do pai

<sup>110</sup> *Idem, ibidem*, pp. 32 e 33.

<sup>111</sup> Mário Sacramento, *Eça de Queirós. Uma Estética da Ironia*, Coimbra Editora, Limitada, 1945, pp. 229-230.

ganha outros contornos e consciente da sua capacidade e vontade de querer experimentar um pouco do que é a “arte pela arte”, lança-se à própria descoberta do seu lirismo, do seu “poema dramático”, como lhe chamou Álvaro Pina<sup>112</sup>.

Aliado a esta redescoberta e experiência de escrita, encontra-se a própria desilusão (não o arrependimento) perante todo um conjunto de factores inabaláveis, ou seja, a consciência da vanidade das coisas e das pessoas.

[...] se houve algumas vezes intenção moralizadora na sua obra, foi decerto nos primeiros livros. Nos últimos, creio que houve essencialmente intenção artística. Foi, como todos nós, moralista aos vinte e cinco anos – e cheio de tolerância aos cinquenta. Ao patriotismo exigente da mocidade, que o levava então a lançar-se na luta com impaciência, querendo remodelar tudo, apontando vícios, lacerando ridículos, fustigando-os a golpes de ironia – segue-se aquela fase de benevolência – para não dizer de cansaço – em que o homem já não acredita muito na eficácia do seu esforço, procura consolar-se na arte pura, e das personalidades e dos seus sentimentos colhe apenas o que é doce e repousante. Aqui há certamente desilusão, mas nada prova que houve arrependimento.<sup>113</sup>

O filho do escritor considera, ainda, e invoca a correspondência do pai como justificação, que na sua obra não existem contradições, nem desmentidos. A sua obra é resultado natural do seu percurso de vida. Como acontece com todos os homens, a passagem dos anos, moldou-lhe algumas dos traços da sua personalidade. De acordo com o filho do escritor, o pai não se arrependeu de fustigar os Acácios, os Basílios, os Abranhos, somente se decepcionou perante a realidade que os processos experimentais utilizados na observação desta lhe revelavam.

O testemunho de José Maria pode apresentar duas fragilidades. Como filho, a sua apreciação é, desde logo, subjectiva e emotiva, não conseguindo o distanciamento crítico necessário à análise da obra. Por outro lado, a morte de Eça acontece quando José Maria é ainda muito jovem, logo o seu conhecimento da obra eciana não é testemunhal, mas interpretativo. Contudo, cremos que José Maria não erra em pontos essenciais da sua análise: Eça nunca defendeu o estrangeirismo do país, pois, mais que uma vez, apontou as consequências nefastas da importação dos modelos estrangeiros, nomeadamente, os franceses; em segundo, recusa as teses que veiculam a ideia de arrependimento nas últimas obras; por fim, a noção do

---

<sup>112</sup> Álvaro Pina, “Eça de Queirós e o romance como poema dramático: *A Cidade e as Serras*”, in, *Actas do 1º Encontro Internacional de Queirosianos*, Porto, Asa, 1990.

<sup>113</sup> Eça de Queirós, *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e Mais Páginas Esquecidas*, Porto, Lello & Irmão Editores, p. 34.

importante que foi para o pai a necessidade de operar no sentido do *reaportuguesar* Portugal.

## **b) Testemunho de Alberto de Oliveira**

Alberto de Oliveira (1873-1940), escritor e diplomata, formou-se em Direito em Coimbra onde conviveu com António Nobre, de quem foi um dos mais íntimos amigos e cuja geração tinha Eça como ídolo. Autor de *Palavras Loucas* (1894), obra de reacção nacionalista e neogarretista, colaborou na *Revista de Portugal*. As *Páginas de Memórias* constituem preciosa evocação queirosiana, que começa na descrição do primeiro encontro, em que avista o romancista e que “foi como uma aparição, a figura viva desse semi-deus que E.Q. era para mim”. Conhecer Eça foi um momento que poeta registou com grande emotividade pois sentia por este uma forte admiração. Pertencendo a uma geração posterior à de Eça, encarava-o como um mestre, um modelo a seguir.

Eça referiu-se a Alberto de Oliveira numa carta a Oliveira Martins: “[...] o Alberto de Oliveira, que já tem muitos livros, conhece muitas filosofias, está desiludido de tudo, e ainda não fez *vinte anos*! Tal é este deslizar do século.”<sup>114</sup>

A colaboração de Alberto de Oliveira na *Revista de Portugal* revestiu-se de extrema importância para o ‘ressuscitar’ da mesma, nomeadamente, na tentativa levada a cabo para a tornar mais apelativa para o grande público.

Revelamos o interessante testemunho (1917-8) deste amigo próximo de Eça de Queirós e que se relaciona com a temática abordada. Alberto de Oliveira refere-se à questão do patriotismo de Eça e das acusações de estrangeirado, argumentando em sua defesa. O seu ponto de vista acaba por ser coincidente com o do filho de Eça de Queirós, José Maria: “Correntemente se ouve dizer que Eça de Queirós foi um escritor estrangeirado, desdenhando por igual a sua língua e a sua terra, ausente daquela pela sua obstinada ignorância dos escritores clássicos e puristas [...] que Eça de Queirós foi o escritor menos português que ainda houve em Portugal.”<sup>115</sup>

---

<sup>114</sup> Eça de Queirós, carta de 14 de Setembro de 1892, in, *Eça de Queirós. Correspondência. Leitura, coordenação, prefácio e notas de Guilherme Castilho*, 1º volume, Lisboa, INMC, 1983, pp. 248-249.

<sup>115</sup> Alberto de Oliveira, *Eça de Queirós. Páginas de Memórias*, Rio de Janeiro Portugal e Brasil Ed., p. 51.

Como José Maria, testemunha as acusações, por parte da crítica, de estrangeirado colocando-se numa posição oposta e defende Eça como um grande português. Alberto de Oliveira recorda o trajecto de vida de Eça: Falecido aos 55 anos, passou metade da sua vida (27 anos) longe do seu país. Uma distância que considera ser apenas física, levando-o a afirmar que Eça:

*Nunca viveu no estrangeiro. Morou lá, ancorou em diversas partes do mundo a sua nau consular e literária, mas nunca se estabeleceu em terra firme. A sua casa e a sua vida foram sempre, através do seu longo exílio, uma ilha cercada de Portugal por todos os lados. E o que sei da sua maneira de viver condiz ponto por ponto com o que me revelam os livros.*<sup>116</sup>

Não esquecendo a subjectividade e emotividade presentes nas palavras deste amigo próximo de Eça, partilhamos da ideia de Portugal constituir o tema por excelência, enquanto pátria, na escrita queirosiana, como uma preocupação constante face ao desenrolar dos acontecimentos e daí se entende a procura constante de informações acerca do país junto dos amigos.

No entanto, recordamos a Carta a Oliveira Martins, onde Eça se afirma “em tudo um francês”, contradizendo, assim, a teoria de Alberto de Oliveira:

Os meus romances, no fundo, são franceses, como eu sou, em quase tudo, um francês – excepto num certo fundo de tristeza lírica que é uma característica portuguesa, num gosto depravado pelo *fadinho*, e no justo amor do bacalhau de cebolada. Em tudo o mais, francês, de província. Nem podia ser de outro modo: já no Pátio da Universidade, já no Largo do Rossio, eu fui educado, e eduquei-me a mim mesmo, com livros franceses, ideias francesas [...] Da gente portuguesa conheço apenas a alta burguesia de Lisboa – que é francesa<sup>117</sup>

As afirmações de Eça devem ser interpretadas com alguma cautela. Quanto ao “afrancesamento” do autor, evocamos um outro texto de sua autoria e no qual acusa Portugal de ser “um país traduzido do francês em calão” defendendo-se de algumas acusações que lhe têm sido feitas, acaba por contradizer a carta a Oliveira Martins:

Quem dependurou ali o traslado para que Portugal copiasse, com finos e grossos? Talvez os homens de 1820; talvez os românticos da Regeneração. Eu não fui – tenho sido acusado com azedume, nos periódicos, ou naqueles bocados de papel impressos, que em Portugal passam por Periódicos, de ser *estrangeirado*, *afrancesado*, e de concorrer, pela pena e pelo exemplo, para *desportuguesar Portugal*. Pois é um desses erros de salão, em que tão fértil é a frivolidade meridional. Em lugar de ser culpado da nossa desnacionalização, eu fui uma das melancólicas obras dela. Apenas nasci, apenas dei os primeiros passos, ainda com sapatinhos de *crochet*, eu comecei a respirar a França.<sup>118</sup>

<sup>116</sup> *Idem, ibidem*, p. 53.

<sup>117</sup> *Eça de Queirós. Correspondência*. Leitura, coordenação, prefácio e notas de Guilherme Castilho, 1º volume, Lisboa, INMC, 1983, p. 226.

<sup>118</sup> Eça de Queirós, “O Francesismo”, in *Obras de Eça de Queirós. Cartas e Outros Escritos*. Ed. Livros do Brasil, Lisboa, 2001, p. 322-323.

A passagem transcrita é deveras interessante e destacamos o termo *desportuguesar* Portugal face à expressão *reaportuguesar* Portugal. Eça, de facto, rejeita as acusações de contribuir para a descaracterização da nação. O texto sendo anterior à carta onde surge a dita expressão poderá ser encarado como uma preparação da mesma. Na carta Oliveira Martins solicita-lhe a liderança desse movimento de reaportuguesamento no qual deseja empenhar-se e participar. Sabe que Martins tem a personalidade e o método adequados e o recurso à História é a força motriz do movimento.

Retomemos o texto de Alberto de Oliveira acerca do nacionalismo de Eça. Eis como este amigo de Eça interpreta a vivência deste no estrangeiro: “geralmente, o homem de temperamento acentuado escapa à penetração do meio que o cerca e reage ainda com mais vigor quando esse meio é estranho ou oposto às suas tendências. Foi o que se deu, firmemente o penso, com Eça de Queirós.”<sup>119</sup>

Alberto de Oliveira lembra que, enquanto viveu em Inglaterra, Eça levou uma vida solitária e de isolamento do meio em que estava inserido, não revelando a sua identidade nem sequer a um companheiro de casa que possuiu. Oliveira vê nesta atitude o seu nacionalismo persistente. Em Paris, a sua atitude não terá sido muito distinta:

Esse afrancesado, que em cada francês deveria, portanto, encontrar um irmão, morou doze anos na grande cidade sem se misturar um só minuto à vida parisiense. Não teve relações. Ninguém soube em França, no vasto arraial das letras, que numa rua perdida de Neuilly residia e trabalhava um grande escritor de Portugal. Os jornais do *boulevard*, tão bisbilhoteiros, sempre o ignoraram. Eça de Queirós comprazia-se na obscuridade laboriosa e vivia na sociedade exclusiva de alguns compatriotas e de alguns quase-compatriotas.<sup>120</sup>

Para Oliveira, a desnecessidade de manter contactos nesta terra estrangeira, mostra o intuito de preservar intacta a originalidade e sabor nacionais da matéria-prima para as suas obras. O excessivo contacto com o alheio poderia desvirtuar a excelência da sua escrita, de vocação e traço nacional.

Ao recordar a intensa actividade epistolar de Eça e os seus propósitos na elaboração e publicação da *Revista de Portugal*, sou levada a partilhar desta

---

<sup>119</sup> Alberto de Oliveira, *Eça de Queirós. Páginas de Memórias*, Rio de Janeiro, Portugal e Brasil Ed., p. 54.

<sup>120</sup> *Idem, ibidem*, p. 55.

opinião. De facto, mantendo muito próximos e assíduos os contactos com amigos, conhecidos, familiares, editores, é provável que Eça nunca tenha sentido necessidade de se relacionar e familiarizar com os seus novos conterrâneos. Sabe-se que Eça gostava, particularmente, do convívio, que era um homem de sociedade. Em Paris, também viveu momentos de convívio. Sabemos que gostava de receber um núcleo restrito de portugueses em sua casa.

No que diz respeito à *Revista*, penso que é pertinente recordar os propósitos da mesma, pois o projecto traduz as preocupações do autor em relação ao panorama cultural do seu país e, apesar da distância, não regateia esforços que resultarão numa revista dirigida a partir de Paris, mas, publicada em território nacional.

O projecto editorial *Revista de Portugal* foi, desde logo, encarado como um “Projecto nacional”, congregando em seu torno grandes nomes da geração de 70, da cultura portuguesa e também brasileira. Eça dirigiu a revista a partir de Paris e nela levou a público *Os Filhos de D. João* e o começo da *Vida de Nun’Alvares*. Foi também na *Revista* que deu a conhecer *A Correspondência de Fradique Mendes*. Jacinto do Prado Coelho considerou, em 1969, que esta publicação prestara um grande serviço à cultura portuguesa, constituindo “um valioso documento do clima mental português no fim-de-século.”<sup>121</sup> Eis os propósitos subjacentes a este projecto:

Portugal é actualmente na Europa o único país que não possui uma REVISTA – uma publicação onde, além de se apresentarem criações da imaginação no Romance e na Poesia, resultados da investigação na Ciência e na História, trabalhos de Crítica Literária e de Crítica Artística, se estudem, com desenvolvimento e adequada competência, os assuntos que genericamente se prendem com a Política, com a Economia, com as instituições, com os Costumes, com todas as manifestações dum organismo social.<sup>122</sup>

De volta ao texto de Alberto de Oliveira, alude às obras de Eça sublinhando que a temática das suas obras é portuguesa, como portuguesa é a sua fonte de inspiração: assuntos, paisagens, figuras do seu país. Escritos em Inglaterra foram *O Crime do Padre Amaro* (a segunda edição) e *O Primo Basílio*. *Os Maias* nasceram por lá. Criados em França são *A Ilustre Casa de Ramires*, *A Cidade e as Serras*, *Lendas de Santos*. Destaca, dentre estas obras, o facto de *A Cidade e as Serras*, na

<sup>121</sup> Jacinto do Prado Coelho, “A Tese de *A Cidade e as Serras*”, in *A Letra e o Leitor*, Lisboa, Portugalíia, 1969, p.929.

<sup>122</sup> Carta a Oliveira Martins, de 15 de Agosto de 1888, *Eça de Queirós. Correspondência*. Leitura, coordenação, prefácio e notas de Guilherme Castilho, 1º volume, Lisboa, INMC, 1983, p. 509.

primeira parte, ter como cenário a cidade de Paris. Contudo, segundo Oliveira, as descrições de Paris podiam tratar-se de meras “adivinhações” pela imaginação do autor. De igual forma, os escritos ecianos relacionados com viagens, como *A Relíquia* ou *O Egipto* têm, à semelhança das outras obras, Portugal como pano de fundo. O mesmo acontece com a *Correspondência de Fradique Mendes*. E adianta:

Diz-se: o seu estrangeirismo não foi talvez um propósito do seu pensamento, nem um pendor do seu coração. Mas foi inconsciente e involuntário.<sup>123</sup> [...] Creio que o único estrangeirismo de Eça de Queirós foi este; e, sendo assim, não foi diverso do dos seus contemporâneos da mesma estatura mental. Todos se entenderam para dar às Letras Portuguesas, atrasadas e estagnadas, as tendências e interesses do seu tempo.<sup>124</sup>

Na conclusão da sua reflexão, Alberto de Oliveira defenderá que quer o naturalismo (para o seu espírito mais uma obrigação de cidadão, que uma devoção de artista), quer o exotismo (mais um disfarce, que uma atitude, estimulado pelo fascínio do provincianismo) não constituíram opções para o autor de *Os Maias*, mas antes obrigações do seu tempo. Defende, por fim, que se Eça tivesse vivido mais dez anos comprovar-se-ia o seu afã de pintar a terra portuguesa com: “páginas cada vez mais líricas e menos irónicas, e enfim completaria a sua obra na mesma intenção e sentimento com que já procurava completar a sua livraria e a sua casa, rebuscando volumes de clássicos portugueses pelos alfarrabistas de Lisboa e dos cais do Sena, e substituindo por cadeiras de D. João V e faianças do Rato o recheio parisiense da suas salas de Neuilly.”<sup>125</sup>

Esta era a crença de Alberto de Oliveira. A questão foi colocada muitas vezes, desde logo pelo próprio escritor. Se por vezes manifestou vontade de voltar, por outro deu a entender que nunca trocava Paris e a sua confortável vida pelas serras do Douro e, muito menos, por Lisboa.

O que nos interessou ressaltar consistiu na postura de Alberto de Oliveira face às acusações de estrangeirado e os argumentos apresentados em torno da defesa face a estas mesmas acusações, de forma a percebermos em que contexto elas surgiram e a reacção que provocaram neste representante da sua geração.

---

<sup>123</sup> Alberto de Oliveira, *Eça de Queirós. Páginas de Memórias*, Rio de Janeiro, Portugal e Brasil Ed., p. 59.

<sup>124</sup> *Idem, ibidem*, p. 64.

<sup>125</sup> *Idem, ibidem*, p. 65.

Uma atitude divergente da anterior (porque coloca em evidencia a atitude pessimista de Eça) deve ser aqui apresentada, recordando-se o texto de Angel Marcos de Dios. Dios recorda Unamuno que, tendo inicialmente descoberto em Eça o pessimismo português, o mesmo de Antero de Quental e de Oliveira Martins, viria a afirmar anos mais tarde que a ironia de Eça não é francesa, mas portuguesa:

Não, a ironia de Eça de Queirós não é a de France [...] a Eça de Queirós, português e, o que é mais ainda, pai de portugueses, lhe dói Portugal. Quando deste se burla, ouve-se o queixume. Toda a sua arte europeia, uma arte tão elegantemente europeia, não consegue encobrir o seu ímpeto ibérico (isto é, um português) é um sentidor; e é um sentidor patriota.<sup>126</sup>

Dios acrescenta, ainda, que quando Unamuno percebeu que Eça não desprezava a sua pátria, mas que a amava profundamente, considerou-o mais que um artista. Recorde-se que, anteriormente, Eça havia sido atacado por Unamuno por causa do seu sarcasmo: “bem viu Unamuno que a ironia queirosiana, as suas amargas burlas contra a sociedade portuguesa, o contínuo fustigar dos vícios portugueses, não significavam desprezo para com a sua pátria. No fundo, era a mesma posição que ele tinha mantido relativamente a Espanha.”<sup>127</sup>

Unamuno confessaria não ter gostado de *A Cidade e as Serras* pelo facto de encontrar nesta aspectos que não eram queirosianos: a reconciliação de Eça com o seu país, abdicando da crítica com a qual pretendia mudar o país. Eça tinha vacilado nos seus propósitos, os quais Unamuno nunca deixou cair em relação a Espanha. Disse ser um livro de “cansaço”. Porém, acabaria por considerar que Eça sentiu as fraquezas do país e sofreu com elas. Eça amou Portugal. Este seria, por fim, o seu grande reconhecimento em relação Eça:

Quando passarem os anos, os que lerem com deleite Eça de “Queirós compreenderão com que fundo carinho amou os heróis dos que mais se burlava. [...] *tout aimer est tout pardonner*. [...] E Eça de Queirós acabou amando aqueles tipos que pôs no pelourinho do mais implacável ridículo. Basta lê-lo. Esse pai de portugueses escreveu com amor. E por isso, por baixo o sussurro cocegante da sua ironia, ruge o áspero sarcasmo que brota de amores, amargos como ódios, e de ódios doces como amores.<sup>128</sup>

Ou seja, Unamuno percebeu na obra queirosiana uma única essência: o retrato da alma portuguesa, um retrato bem estudado, de exigente elaboração. Unamuno, ao ter consciência da importância que o país *ganhava* na escrita de Eça, admirou o

<sup>126</sup> Angel Marcos Dios, “Unamuno, Eça de Queirós e o Pessimismo Patriótico Português” in, *Actas do Congresso de Estudos Queirosianos*, IV Encontro Internacional de Queirosianos, vol. I, Coimbra, Livraria Almedina, 2002, p. 360-361.

<sup>127</sup> *Idem, ibidem*, p. 358.

<sup>128</sup> *Idem, ibidem*, p. 360-361.

desfile de personagens tipo que lhe faziam “doer” Portugal. Chama a atenção para a necessidade que há em não fazer leituras redutoras da obra queirosiana e ele próprio caiu nesse erro. Em síntese, o uso da ironia, da crítica sarcástica a certos tipos sociais portugueses estão aos serviço de um objectivo – denunciar o que está errado para poder corrigir. Como conclui Unamuno, Eça não se reconciliou com o país porque não tinha de o fazer. Somente, se sentiu como “pai dos portugueses” e como pai tentou educar e corrigir as suas falhas de forma a poder vê-lo crescer, a integrar-se, a emancipar-se, a triunfar.

Nos últimos anos de carreira e de vida literária do escritor, encontramos também uma forte atracção pela vida simples das terras do Minho que consideramos estar associado a este desejo de reabilitar o país, esforço que pretende efectivar em conjunto com Oliveira Martins e outros intelectuais, posteriormente reunidos em torno do projecto *Revista de Portugal*. As duas ideias estão, para nós, associadas, sem, no entanto, divagarmos acerca da ideia da vontade do autor em regressar ao país natal.

Por esta associação de ideias, trouxemos a este trabalho as cartas dirigidas a Emília, cartas impregnadas de subjectividade, de tom confessional e despojadas de ironia e comicidade. Nos textos dispersos seleccionados, encontrámos divagações do autor acerca da Europa, do viver europeu, da crise, do lugar de Portugal nessa Europa triste e da atitude correcta de aceitar a própria natureza do ser, deixar brotar a imaginação e, simplesmente, rir. Era isso que faltava a Jacinto. Faltava, também, ao europeu “enfasiado” e a Portugal. Introduziram-se também os testemunhos de José Maria, filho do escritor, e de Alberto de Oliveira, companheiro e admirador de Eça. Estes vêm ao encontro do nosso tema de pesquisa: o empenho de Eça em reabilitar os espíritos, *reaportuguesar* Portugal e, ao mesmo tempo, a influência do espaço “Tormes” no escritor, a referida ‘utopia tórmica’.

## Capítulo III

### 3.1. Textos ficcionais

#### 3.1.1 O Simbolismo do Final de *O Crime do Padre Amaro*

Trazer ao trabalho um excerto do final de *O Crime do Padre Amaro* prende-se com facto deste suportar uma exímia descrição da sociedade portuguesa lisboeta. A este propósito, conheçamos uma interpretação do Prof. Carlos Reis:

O final (final, aliás, muito elaborado) d' *O Crime do Padre Amaro* constituíra uma breve incursão pela História e pelas virtualidades simbólicas: não tem outro sentido a inclusão, na terceira versão do romance, da estátua de Camões, na última fase e quase patética página do romance; uma inclusão que se projecta sobre um contexto favorável ao aproveitamento simbólico e crítico do poeta épico: o romance é publicado no ano em que se celebra o terceiro centenário da morte de Camões<sup>129</sup>.

Um dos motivos pelos quais seleccionámos o excerto abaixo transcrito relaciona--se com o olhar em torno da estátua de Camões (conforme lembrou o Prof. Carlos Reis, o romance foi publicado no ano em que se comemorava o terceiro centenário da morte do poeta, ao qual se associaram inúmeras manifestações de patriotismo):

E com um grande gesto mostrava-lhes o Largo do Loreto, que àquela hora, num fim de tarde serena, concentrava a vida da cidade. Tipóias vazias rodavam devagar; pares de senhoras passavam, de cuia cheia e tacão alto, com os movimentos derreados, a palidez clorótica de uma degeneração de raça; nalguma magra pileca, ia trotando algum moço de nome histórico, com a face ainda esverdeada da noitada de vinho; pelos bancos da praça gente estirava-se num torpor de vadiagem; um carro de bois, aos solavancos sobre as suas altas rodas, era como o símbolo de agriculturas arrasadas de séculos; fadistas gingavam, de cigarro nos dentes; algum burguês enfasiado lia nos cartazes o anúncio de oficial de operetas obsoletas; nas faces enfezadas de operários havia como a personificação das indústrias moribundas ... E todo este mundo decrépito se movia lentamente, sob um céu lustroso de clima rico, entre garotos apregoando a lotaria e a batota pública, e rapazitos de voz plangente oferecendo o «Jornal das Pequenas Novidades»: e iam, num vagar madraço, entre o lago onde se erguiam duas fachadas tristes de igreja, e o renque comprido das casarias da praça onde brilhavam três tabuletas de casas de penhores, negrejavam quatro entradas de taberna, e desembocavam, com tom sujo de esgoto aberto, as vielas de todo um bairro de prostituição e de crime.

- Vejam – ia dizendo o conde – vejam toda esta paz, esta prosperidade, este contentamento ... Meus senhores, não admira realmente que sejamos a inveja da Europa! (...) todos três em linha, junto às grades do monumento, gozavam de cabeça alta esta certeza gloriosa da grandeza do seu país – ali ao pé daquele pedestral, **sob o frio olhar do bronze do velho poeta, erecto e nobre, com os seus largos ombros de cavaleiro forte, a Epopeia sobre o coração, a espada firme, cercado dos cronistas e dos poetas heróicos da antiga pátria – pátria para sempre passada, memória quase perdida!**<sup>130</sup>

<sup>129</sup> Carlos Reis, *Estudos Queirosianos – Ensaios sobre Eça de Queirós e a sua obra*, Lisboa, Editorial Presença, 1999, p. 161.

<sup>130</sup> Eça de Queirós, *O Crime do Padre Amaro*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1983, p. 335.

As expressões sublinhadas são, quanto a nós, 'chave' para compreensão do texto e através das quais se elabora o retrato da sociedade lisboeta. De acordo com a descrição, encontramos uma gente muito sombria e descuidada, torpe, sonolenta; uma sociedade sem cultura que se satisfaz em assistir a operetas e que lê uma periódicos recheados de intrigas sociais; a agricultura e a indústria encontram-se de rastos, devido ao abandono a que foram votadas; os moços, apesar de possuírem nome histórico, nada mais têm de histórico senão o nome, pois o que se assiste é à degeneração da raça. A atitude alienada dos personagens que observam esta Lisboa decrépita contrasta com a grandeza do poeta que, pela forma descrita, olha a cidade com a desilusão e tristeza de quem percebe que a sociedade está moribunda.

A estátua de Camões destaca-se, individualiza-se, no meio daquela sociedade podre. Os adjectivos associados ao poeta são de excelência, de nobreza. Surge como um modelo a seguir pelas virtudes próprias e por estar associado a uma época de glória, de homens empreendedores, homens da História portuguesa que elevaram o nome de Portugal, um Portugal que entretanto se desvaneceu e transformou na sociedade aqui descrita, uma "memória quase perdida".

Eça, à semelhança do seu amigo Oliveira Martins, recorre à História passada como forma de descrever o presente por meio do confronto entre os dois tempos e daí demonstrar que o recurso á História é moralizador para o presente e permite reabilitar o mesmo.

Perante a decrépita realidade presente, recuperam-se heróis como Camões de forma que este exemplo seja mote para a regeneração da raça, assim como Gonçalo Mendes Ramires, que recuperou a força da sua raça ao reavivar a memória a acção dos seus heróicos antepassados.

### 3.1.2 O Passeio Final de *Os Maias*

No passeio final de *Os Maias*, o gosto pela História volta a realçar-se, alcançando em *A Ilustre Casa de Ramires* o seu expoente máximo. O Prof. Carlos Reis identifica essa atitude no romance:

N' *Os Maias*, é a história da família que é indissociável da História de Portugal no século XIX, desde os primórdios do Liberalismo até à crise institucional do regime constitucional; e o final do romance de novo enuncia (e aprofunda) um discurso de propensão simbólica e de referência histórica.<sup>131</sup>

A escolha do excerto abaixo transcrito prende-se com o facto de encontrarmos, novamente presente, a estátua de Camões. À semelhança do anterior excerto de *O Crime do Padre Amaro*, realça-se o olhar triste do poeta e, uma vez mais, a estátua é um elemento isolado no centro de um ambiente sórdido e molengo. Nesta descrição, o narrador não atenta de forma tão intensa sobre a estátua de Camões como o fez no anterior excerto. Foca-se em enfatizar o facto de, dez anos passados sobre o coração da cidade de Lisboa, nada mudara. Dez anos passados e tudo permanecia na mesma. Em ambas as descrições, Lisboa é uma cidade deprimente, decadente e suja.

Estavam no Loreto; e Carlos parara, olhando, reentrando na intimidade daquele coração da capital. Nada mudara. A mesma sentinela sonolenta rondava em torno à estátua triste de Camões. Os mesmos reposteiros vermelhos, com brasões eclesiásticos, pendiam nas portas das duas igrejas. O Hotel Aliança conservava o mesmo ar mudo e deserto. Um lindo sol dourava o lajedo; batedores de chapéu à faixa fustigavam as pilecas; três varinas, de canastra à cabeça, meneavam os quadris, fortes e ágeis na plena luz [...] Uma gente feiíssima, encardida, molenga, reles, amarelada, acabrunhada!<sup>132</sup> (sublinhado nosso).

Estes retratos da Lisboa oitocentista permitem comprovar o estado abúlico do presente, compará-lo com exemplos extraordinários da História de Portugal numa tentativa de ressuscitar o 'corpo morto' nacional.

Tendo abandonado o seu feitio antigo, à D. João VI, que tão bem lhe ficava, este desgraçado Portugal decidira arranjar-se à maneira moderna: mas, sem originalidade, sem força, sem carácter para criar um feitio seu, um feitio próprio, manda vir modelos do estrangeiro – modelos de ideias, de calças, de costumes, de leis, de arte, de cozinha [...] Somente, como lhe falta o sentimento da proporção, e ao mesmo tempo o domina a impaciência de parecer muito moderno e muito civilizado – exagera o modelo, deforma-o e estraga-o até à caricatura.<sup>133</sup>

<sup>131</sup> Carlos Reis, *Estudos Queirosianos – Ensaios sobre Eça de Queirós e a sua obra*, Lisboa, Editorial Presença, 1999, p. 161.

<sup>132</sup> Eça de Queirós, *Os Maias*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d, p. 697

<sup>133</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 703.

Um outro comportamento a adoptar é o abandono da cópia, da “importação” dos modelos estrangeiros, nomeadamente, franceses, de forma a recuperar a originalidade, a conhecer a essência da portugalidade, do que é genuinamente luso:

Resta aquilo, que é genuíno (sublinhado nosso) [...] Eça confessou que realmente agora apreciava imensamente o Alencar. Em primeiro lugar, no meio desta Lisboa toda postiça, Alencar permanecia o único português genuíno. Depois, através da contagiosa intrujice, conservava uma honestidade resistente. [...] Tinha mais cortesia, melhores maneiras que os novos [...] no estado a que descambara a literatura, a versalhada do Alencar tomava relevo pela correcção, pela simplicidade, por um resto de sincera emoção. Enfim, um bardo infinitamente estimável.

- E aqui tens tu, Carlinhos, a que nós chegámos! Não há nada, com efeito, que caracterize melhor a pavorosa decadência de Portugal, nos últimos trinta anos, do que este simples facto: tão profundamente tem baixado o carácter e o talento, que de repente o nosso velho Tomás, o homem da «Flor de Martírio», o Alencar de Alenquer, aparece com as proporções de um génio e de um justo.<sup>134</sup>

O desencanto destes protagonistas ao encararem a decadente realidade presente, incita-os a apreciarem o genuinamente português como o demonstra a mudança de atitude perante o Alencar. O desencanto com as descobertas do fim-de-século e a falência do positivismo, acarreta uma imprevista admiração pelos românicos de outrora. Esta desilusão perante a realidade impede Carlos de desejar o seu regresso a Portugal. Carlos representa constitui uma espécie de esboço do Jacinto da Cidade, o Jacinto super civilizado que encara Paris como o único lugar do mundo onde pode realizar a sua equação de suprema felicidade. O Jacinto que ainda não conhece Tormes:

[...] Nesses últimos anos, ele não tivera a ideia, o vago desejo de voltar para Portugal ... Carlos considerou Eça com espanto. Para quê? Para arrastar os passos tristes desde o Grémio até à Casa Havaneza? Não! Paris era o único lugar da Terra congénere com o tipo definitivo em que ele se fixara: «o homem rico que vive bem». Passeio a cavalo no Bois; almoço no Bignon; uma volta pelo *boulevard*; uma hora no clube com os jornais, um bocado de florete na sala de armas; à noite a Comédie Française ou uma *soirée*; Trouville no Verão, alguns tiros às lebres no Inverno; e através do ano, as mulheres, as corridas, certo interesse pela ciência, o *bricabraque*, e uma pouca blague. Nada mais inofensivo, mais nulo, e mais agradável.<sup>135</sup>

Mas, a desilusão acaba por dar lugar a uma esperança, ainda que ténue, uma esperança de se alcançar a reabilitação. No final do *Padre Amaro*, fez-se referência à memória de uma pátria gloriosa passada que está esquecida, mas não para sempre. Neste final d’*Os Maias* também se subentende uma mensagem de esperança, mensagem essa que reside na atitude de crença dos protagonistas face à possibilidade de “apanharem” o que necessitam.

<sup>134</sup> Eça de Queirós, *Os Maias*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d, p. 706

<sup>135</sup> *Idem, ibidem*, p. 713.

A lanterna vermelha do americano, ao longe, no escuro parara. E foi em Carlos e em João da Ega uma esperança, outro esforço:

- Ainda o apanhamos!
- Ainda o apanhamos!<sup>136</sup>

É essa memória quase perdida que resgatará a Pátria, assim como é essa esperança no futuro que 'acordará' os espíritos. A terceira fase de escrita do autor é reveladora de alguma esperança na renovação da sociedade portuguesa, uma 'missão' que deverá ser encabeçada pela elite da aristocracia tradicional.

O par Carlos / Ega, de *Os Maias*, antevê o super-civilizado Jacinto e o seu contraponto irónico, Zé Fernandes: a decadência física, a abulia, a falta de vontade.

O decadentismo de fim-de-século constitui o pano de fundo da obra, porém, não a encerra em si. Há um outro cenário a emergir, com tonalidades bem mais promissoras. Eça propõe a sua solução. Existe uma tomada de posição ideológica. Assim sucede em *A Ilustre Casa de Ramires*, onde é, igualmente, proposta uma solução. A reflexão do romancista sobre a própria escrita, sobre o seu imaginário, resulta na apresentação da tal solução. E na reconciliação? Reconciliação com o quê, propriamente? De acordo com Beatriz Berrini<sup>137</sup>, a reconciliação em causa é com a paisagem portuguesa, não com o homem de oitocentos.

Entendemos que essa a reconciliação é personificada em Jacinto, sendo este um processo longo e complexo. Logo no início do romance, detectamos a questão existencial que atinge o protagonista: É Jacinto um português, ou francês? Apesar de ter nascido em França, Jacinto é criado em ambiente e costumes marcadamente lusitanos, por influência da forte marca de seu avô, que nem chegou a conhecer. Para os franceses, é português: fala a língua, revela na sua forma de estar e viver a cultura portuguesa em que foi criado. A sua vida faustosa provém dos seus rendimentos em Portugal, como bem lembra a autora atrás referida: "sentir-se português, querer ser português, é para ele um dever de gratidão, um sinal de elegância moral."<sup>138</sup>

---

<sup>136</sup> Eça de Queirós, *Os Maias*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d p. 716

<sup>137</sup> Beatriz Berrini, "Jacinto, Aristocrata Rural", in, *Colóquio Letras*, n.º 97, Lisboa, Maio / Junho, 1987, p. 26.

<sup>138</sup> *Idem, ibidem*, p. 29.

Para lembrar o leitor da verdadeira nacionalidade do protagonista, contamos com o narrador, personagem crítica sobre as vanguardas parisienses, que Jacinto adopta com entusiasmo. Remete-nos constantemente para Portugal, mais concretamente, para as serras, que descreve com grande emotividade. Ao longo da obra, acabamos por perceber que a regeneração de Jacinto é um processo que só se pode ter lugar nas serras portuguesas, pois o seu habitat natural revela-se o Portugal das aldeias.

A paisagem minhota e sobretudo o seu efeito benéfico em termos físicos e psicológicos, por oposição às constrações citadinas que fatigam o homem, surge desde cedo no escritor, ganhando uma representatividade espacial concreta na Quinta de Santa Olávia do romance *Os Maias* e, posteriormente, em *A Cidade e as Serras*.

Esta é a fase da maturidade literária. Os últimos romances são a prova da maior mestria artística do autor. O escritor vai, por fim, ao encontro da palavra, por meio de personagens livres que não são nem sociologia, nem história, mas poesia e verdade humana. É o caso de Carlos Fradique Mendes.

### **3.1.3 Carlos Fradique Mendes**

Fradique Mendes é a personagem central da *Correspondência de Fradique Mendes* e uma das mais destacadas da galeria de personagens do escritor. É um aristocrata rico, de origem fidalga, descendente de antigos navegadores. Estudou em Coimbra e em Paris, acompanhou Garibaldi na conquista das duas Sicílias e fez parte, com 34 anos, do estado-maior de Napier, na campanha da Abissínia. É um *gentleman* belo, forte, elegante e bom, distinto, pensador original, superiormente inteligente e dotado de um sedutor *esprit*. Tem uma alma requintada e sensível, um temperamento inclinado às acções fortes.

A sua cultura é muito vasta e a sua erudição sólida. Como suprema qualidade intelectual possui uma percepção extraordinária da realidade. Muito jovem ainda, um alemão iniciara-o na *Crítica da Razão Pura*. Lia Sófocles no original, dominando profundamente o francês, o inglês e o alemão, não lhe sendo estranho o árabe.

Viajante de todos os meridianos, saboreia credos, culturas, raças e civilizações, passeia à volta do mundo a sua sede insatisfeita de perfeição aristocrática, o seu dandismo e o seu diletantismo intelectual, envoltos numa ironia cáustica e melancólica. Outras facetas de Fradique prendem-se com o culto do genuíno e do pitoresco português, criticando ao mesmo tempo os excessos da civilização moderna e liberal.

Fradique perfilha uma poética próxima da chamada «arte pela arte», não concebendo, portanto, a escrita literária como prática que aponte para uma finalidade social. Empenha-se na busca da forma perfeita e nunca consumada.

Fradique, apesar da sua originalidade de pensamento e profundidade de cultura, nunca chega a ser um autor, mas antes um esteta, levemente atingido pela abulia requintada do *mal du siècle*, que *flirtou* com a ideia de escrever uma *Teoria da Vontade*. Como se disse anteriormente neste trabalho, Fradique é a encarnação abstracta e impossível dum ideal de época, mais um «vencido da vida»: “É já o Fradique Mendes amadurecido, tendo por capital Paris e por aldeia natal, onde se vai de longe em longe beber os ares paternos, Portugal”<sup>139</sup>.

Vem a Portugal para comer bem, para respirar os bons ares portugueses nas quintas do Minho, para quebrar a monotonia de Paris e bastava-lhe, pois tinha pavor da vida em Lisboa, da mediocridade com que na capital copiavam os modelos franceses:” Que bom povo este, pensa Fradique. Que delícia de cozinha, e que delícia de povo. Compara-se lá isto com a tristeza concentrada das plebes de Paris!”<sup>140</sup>

Fradique amava o povo rude e supersticioso, que permanecia imutável ao longo dos tempos, como a própria natureza. O povo que não reclamava confortos nem queria intervir na administração do país. Para António José Saraiva, este Fradique será, mais tarde, o próprio Jacinto a fixar-se, em definitivo, nas serras portuguesas e a deliciar-se com as iguarias nacionais:

Até o ideal de Fradique era um Portugal que não se tivesse actualizado, e continuasse a ter os costumes, os trajos, a cabeleira, as ideias do tempo do Sr. D. João VI. [...] É nisto que consiste o

---

<sup>139</sup> António José Saraiva, *As Ideias de Eça de Queirós*, Lisboa, Gradiva, 2000, p. 131.

<sup>140</sup> *Idem, ibidem*, p. 133.

«nacionalismo» de Fradique: desejar, para seu regalo, que a sua pátria se conserve um lugar exótico – que em todo o caso tenha cómodos para o visitante – bastante longe da civilização do seu tempo.<sup>141</sup>

Esta é uma visão muito 'fradiquiana' em relação à pátria, daí Ramalho um dia o ter acusado de "monstro". Mas o que Fradique quer do seu país é tão só que conserve as suas características mais genuínas: o pitoresco e o arcaico por serem essas as características que o distinguem dos outros países, constituindo a sua identidade.

Esta postura, para Saraiva, acaba por demonstrar, por parte de Eça, a desistência de agir sobre o meio. Após constatar que a mediocridade da sociedade portuguesa nunca iria permitir a evolução das mentalidades, nunca deixaria romper a revolução cultural necessária ao esclarecimento dos espíritos, escondeu-se na "concha" do fradiquismo, como uma atitude de desesperança:

E de resto toda a sua geração naufragou neste mesmo escolho, e todos, incluindo o esforçado Oliveira Martins, acabaram por cair no egotismo, cultivando a «flor da arte» ou outras flores. Eça desinteressou-se daquilo que não cabia no seu esquema do mundo e estava para além da sua capacidade de acção «Não há nada a fazer». E agora ou passeia pela terra longe quanto pode do sebento mundo argentário, à maneira de Fradique, ou vem contemplar sua quinta como Jacinto, ou se escapa para a aventura como Gonçalo – de qualquer maneira, enfim, se evade.<sup>142</sup> (sublinhado nosso).

Saraiva considera a atitude destes três heróis como uma atitude de evasão, de alienação, cada um à sua maneira. Porém, exceptuando Fradique, porque possui um estatuto distinto dos outros dois<sup>143</sup>, Jacinto e Gonçalo, após a "descida aos infernos", ressuscitam para uma nova vida. Essa nova vida pode ser encarada como uma saída da crise, não uma desistência.

A metamorfose dos heróis transforma os mesmos em melhores pessoas, em distintos representantes da sua raça, em dois bons portugueses. Para tal, vivenciaram o retorno à origem: Jacinto retorna à terra que era a sua, abdicando da cosmopolita Paris. Gonçalo, desenquadrado do meio em que vivia, parte para África para depois tornar ao ponto de partida.

---

<sup>141</sup> *Idem, ibidem*, p. 134-135.

<sup>142</sup> António José Saraiva, *As Ideias de Eça de Queirós*, Lisboa, Gradiva, 2000, p. 148

<sup>143</sup> Recordemos o ensaio de Ana Nascimento Piedade acerca da figura de Fradique: "Fradique é apresentado como real, quando de facto é fictício". Porém, o excesso de qualidades com que é descrito faz duvidar da sua real existência. Por vezes apresenta posições opostas às do seu narrador. Por outro lado, muitos dos textos insinuam ser este uma espécie de duplo do seu inventor "[...] Fradique surge manifestamente identificado com o conhecido grupo a que pertencem as destacadas personalidades [...]. Seja como for, "... a convergência de tantas (e tão opostas) qualidades, numa figura que se procura fazer passar por verdadeira, debilita a realidade de Fradique tornando-a inautêntica e paradoxal. Daí que a "impressão de caricatura produzida por muitos dos personagens de Eça, ganhe aqui particular relevo" pois, justamente, Fradique acaba por revelar-se, de forma um tanto desconcertante, como uma espécie de "caricatura da perfeição".

Fradique deu o mote a Jacinto: a vida tem outro sabor na serra, na genuína terra portuguesa, junto das genuínas gentes, a saborear os genuínos pratos portugueses. Em relação a Gonçalo, este herda-lhe, além do seu dandismo e atitude perante a escrita literária, a coragem da aventura.

Em síntese, Fradique Mendes encarna a polifónica «Geração de 70» no sentimento de exílio, no diletantismo que a caracterizava e no afã do contacto com outras culturas. Pode ser considerado “*o símbolo dum século fantasma / tão sábio que é ateu*” [...] O egocentrismo de Fradique é o mesmo do Jacinto da “cidade”, o seu ataque ao que de «mau há na sociedade», bem como a sua irreverência.”<sup>144</sup>

Apesar do pessimismo reinante entre os integrantes da geração dos “vencidos da vida”, Fradique foi criado como uma “consolação e esperança, que representa a ânsia do seu autor por um rejuvenescimento intelectual.”<sup>145</sup> É Esta atitude de “ânsia por um rejuvenescimento intelectual” que trará ‘à cena’ os últimos romances, já sem a subserviência ao positivismo até que “maturidade, a paz interior da vida doméstica tornaram mais amáveis as imagens patrióticas de Eça na sua última fase.”<sup>146</sup>

Fradique consistiu na primeira manifestação de rejuvenescimento intelectual por parte do seu criador. Abandonada a escola realista e positivista, o escritor rende-se à imaginação e à fantasia trazendo à cena este interessante personagem, a caricatura do que entendia ele próprio ser a perfeição do que idealizara em termos de experiência de vida e de estética. Constrói um personagem com apego à terra portuguesa na qual antecipa Jacinto. Um personagem que surpreende quer pela modernidade que revela, quer pelo arrojo do seu temperamento. Eça projecta em Fradique a sua imagem de um fim-de-século idealizado que gostaria certamente de ter vivenciado.

---

<sup>144</sup> Natália Gomes Thimóteo, “Fradique Mendes e o Ideário da “Geração de 70”, in, *Actas do Congresso de Estudos Queirosianos*, IV Encontro Internacional de Queirosianos, vol. I, Coimbra, Livraria Almedina, 2002, p. 838.

<sup>145</sup> *Idem, ibidem*, p. 839.

<sup>146</sup> *Idem, ibidem*, p. 838.

### 3.2 O Último Eça (1893-1900)

Os últimos anos da vida de Eça de Queirós distinguem-se por uma produção literária reveladora de uma mudança de atitude face à própria escrita, mudança devida a factores diversos.

Período marcado pela actividade consular em Paris, essa “capital dos povos”, foi o tempo de um *eterno retorno*: como “petit bourgeois retiré” que adere a um grupo de “vencidos da vida”, o olhar deslocou-se crescentemente para uma “consciência adorável dos tempos juvenis e para um idílio do “serão pátrio, a que não faltou uma detenção quase “cenobita” sobre ficcionadas “vidas de santos”, num tempo finissecular que não escapa a infusões nacionalistas.<sup>147</sup>

Conforme temos vindo a referir, os últimos anos de carreira literária eciana comportam realidades e formas de pensar muito distintas dos primeiros anos de vida literária. O espírito do fim-de-século, a vida doméstica, a questão do patriotismo na ordem do dia resultam numa produção literária de temáticas inovadoras, com personagens individualizadas e com estratégias de crítica mais amenizadas. Conheçamos a interpretação de João Medina num livro dedicado ao tema do portuguesismo:

A seguir ao *opus magnum* d’*Os Maias*, publica Eça algumas obras que já não pertencem à pena do “artista vingador”: a *Correspondência de Fradique Mendes*, *A Ilustre Casa de Ramires* e *A Cidade e as Serras* e até as *Últimas Páginas* (vidas de Santos) desligam-se de qualquer impulso verdadeiramente crítico e social, antes se agarram, por vezes em “snobismo” algo pedante [...] maneira pacífica de actualizar, em clave cristã, o velho proudhonismo da sua mocidade estudiosa [...] o romance d’*A Cidade e as Serras* (1901) cantava, em tom aparentemente patriótico e reconciliado com o ruralismo dos proprietários, a medieva *pax ruris* que faria as delícias do Salazarismo [...] este romance foi por alguns tomado, porventura erradamente, como uma palinódia, quando não passava duma fantasia humana, demasiado humana, a da evocação saudosista, a ânsia pelo regresso a uma pátria ideal, arcaica, inexistente, quase que sem classes sociais [...].<sup>148</sup>

Segundo este estudioso, Eça tem por mote de escrita nesta última fase o regresso a uma pátria inexistente (a “utópica Tormes” referida no capítulo II deste trabalho). Discordamos, no entanto, quando afirma que as últimas obras estão por inteiro desligadas de qualquer intenção crítica e social. Recordamos que, em linhas muito gerais, n’*A Cidade e as Serras* é explorada a crítica à sociedade obcecada com os progressos civilizacionais e em *A Ilustre Casa de Ramires* a crítica impende sobre o desejo de ascensão social a todo o custo, sobre a vida fútil dos políticos da época, sobre o presente decadente de uma geração outrora nobre e gloriosa.

<sup>147</sup> [www.bn.pt](http://www.bn.pt)

<sup>148</sup> João Medina, *Portuguesismo(s)*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2006, p. 120.

Ao último Eça também pertence o projecto da *Revista de Portugal*, uma autêntica manifestação dos seus intentos patrióticos:

Em 1889, começa a ser publicada a *Revista de Portugal*, concebida por Eça, por ele dirigida e local de ressurgimento de Fradique Mendes; em 1890, reeditam-se *As Farpas*, que afinal já não são o que antes eram: ameniza-se o título para *Uma Campanha Alegre*, certos textos são suavizados, no que à sua agressividade diz respeito [...] está agora superado o vigor dos textos que em muitos aspectos haviam sido verdadeiros embriões do Realismo literário queirosiano.

Depois disso, Eça começa a escrever vidas de santos, enceta, com o conto *Civilização* (de 1892), o processo que conduz ao romance *A Cidade e as Serras* e confirma a superação do Realismo científico por várias outras formas: no plano doutrinário, com o texto «Positivismo e Idealismo».<sup>149</sup>

De facto, em 1888, Eça de Queirós altera o sentido da sua produção literária, tendo por partida desta nova viagem *Os Maias* e por meta de chegada *A Cidade e as Serras*. Pode dizer-se que Tormes tem em Santa Olávia e em Sintra o seu berço. Assim sendo, *Os Maias* são “o ponto de chegada relativamente a uma perspetivação crítica do Portugal regenerador contemporâneo de Eça de Queirós”<sup>150</sup>, no qual são apontados os caminhos agora a seguir para resolver os problemas do país. Qual é, então, o caminho a seguir? Sugere-se a Portugalidade. O cultivar do “doce idílio português”. Só desta forma, Portugal poderá resolver os seus problemas que, segundo Henriqueta Gonçalves, são: “o drama interno da passividade, da falta de dinamismo, da ausência de imperatividade nacional, da cópia estrangeira”<sup>151</sup>. O espaço edénico da ruralidade é, por excelência, o da autenticidade.

As adversidades portuguesas têm origem no cosmopolitismo que inundava a Europa. E dá como exemplo a reflexão da personagem Eça, d’*Os Maias*: “o homem requintado já não ri – sorri regeladamente, lividamente. Só nós aqui, neste canto do mundo bárbaro, conservamos ainda esse dom supremo, essa coisa bendita e consoladora – a barrigada de riso!” [...]”<sup>152</sup>. Esta afirmação podia ter sido proferida por Zé Fernandes, narrador personagem e crítico da civilização em *A Cidade e as Serras*.

Trata-se de encontrar a regeneração da raça, o que só pode acontecer num espaço não pervertido. É este o caminho de Gonçalo e de Jacinto. Ambos necessitam de o

<sup>149</sup> Carlos Reis, *Estudos Queirosianos – Ensaios sobre Eça de Queirós e a sua obra*, Lisboa, Editorial Presença, 1999, p. 159.

<sup>150</sup> Henriqueta Gonçalves, “De Santa Olávia a Tormes”, in, *Queirosiana, Estudos sobre Eça de Queirós e a Sua Geração*, Dez. 1994/Julho 1995, n.º 7/8, p. 87.

<sup>151</sup> *Idem, ibidem*, p. 87.

<sup>152</sup> *Idem, ibidem*, p. 88.

percorrer. Ambos o realizam em busca da essência, do passado, das raízes, do que os individualiza. A ruralidade é o espaço ideal já sugerido em *Os Maias* para a recuperação da portugalidade em cada um dos protagonistas.

Ainda segundo a Henriqueta Gonçalves, Eça de Queirós veicula a ideia da reabilitação nacional é necessária e relaciona-se com a vivência da autenticidade rural.

Jacinto e Gonçalo procuram-se. Vivem dramas interiores devido à sua busca de regeneração interior. Gonçalo é "Portugal", como nos é dito na própria obra, Jacinto é um estrangeirado a explorar a sua portugalidade: "Esta tese da ruralidade, espaço de autenticidade nacional, como forma de ir ao encontro da pureza perdida pelo homem civilizado, que em *Os Maias* nos surge de modo ainda embrionário, vai constituir-se na linha condutora da fase final da produção literária do Autor."<sup>153</sup>

O que Eça não elaborou em *Os Maias*, acabou por apresentar em *A Cidade e as Serras*: Jacinto dá continuidade a Carlos. Acaba por concluir o que o outro acabou por não conseguir concretizar. Carlos "recusou" Santa Olávia, por isso não conseguiu regenerar a sua raça, perpetuar o carácter do seu avô. Jacinto e Gonçalo, por fim, não recusam os espaços que os purificam, redimem-se dos seus projectos iniciais, encontram a falência das suas equações e reconhecem o verdadeiro caminho. Por isso, ambas as obras têm um final feliz. Essa é a mensagem do autor nos seus romances terminais. Jacinto e Gonçalo personificam Portugal e Eça deixa a sugestão do caminho a seguir para Portugal recuperar a honra e o orgulho em ser Português:

A regeneração de Jacinto e simultaneamente de Portugal, ou melhor dos portugueses, aparece mais nitidamente aos olhos do leitor através do enunciado de José Fernandes que assim a desmonta «parecia saciar uma velhíssima fome e uma longa saudade da abundância» ... é no espaço da ruralidade, sinónimo de autenticidade nacional que o português ainda pode ganhar forças para da inércia passar à acção e regenerar Portugal.<sup>154</sup>

O percurso de Gonçalo e Jacinto é neste sentido da regeneração pessoal, mas com trajectórias diferentes. Gonçalo sonha em sair do "buraco rural" para rumar à cidade, onde será deputado. Contudo, inicia o romance no campo e as suas mais

<sup>153</sup>, Henriqueta Gonçalves, "De Santa Olávia a Tormes", in, *Queirosiana, Estudos sobre Eça de Queirós e a Sua Geração*, Dez. 1994/Julho 1995, n.º 7/8, p. 90.

<sup>154</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 94, 95.

nobres acções ocorrem no espaço rural, para onde acaba por regressar, reconhecendo a falência de ideais na outra prática de vida com que sempre sonhara. Jacinto vive inicialmente na cidade, espaço onde a sua equação de vida ideal se realiza. Nunca sonhara sair dali. No entanto, é também no espaço rural que sobressai a sua nobreza de carácter e bondade, tornando-se “pai dos pobres”, um autêntico “D. Sebastião” para os que o rodeiam. A autora conclui a sua reflexão da seguinte forma:

Eça encontrou um meio que achava plausível para tirar o país da pasmaceira, um meio do país se encontrar consigo próprio para se reabilitar e voltar aos tempos dinâmicos de outrora [...] De santa Olávia a Tormes, de Carlos a Jacinto todo um caminho, um percurso, uma busca, um firme propósito.<sup>155</sup>

O estudo de Miguel Real<sup>156</sup> tem por base a atitude do Último Eça relativamente às suas obras, começando por resumir a forma como os últimos escritos de Eça têm tido muito opostas abordagens e interpretações ao longo dos tempos. Interessanos, particularmente, a questão do chamado ‘sentido patriótico’ de Eça na última fase de escrita, ou seja, a forma como tratou o país nos seus escritos finais.

Miguel Real estabelece uma divisão cronológica demonstrativa dos diferentes tipos de abordagens a que foi submetida a obra do escritor. O primeiro período desta divisão, de 1911 a 1945, respeita a um período de apropriação nacionalista (indevida no seu entender) da obra de Eça, tendo a mesma sido coberta por preconceitos ideológicos próprios do contexto social e político vivido. Nesta fase, a obra queirosiana foi, por um lado, vista como reflexo de um Eça conservador, precursor de uma ideologia ruralista e patrioteira, por outro, não deixaram de a considerar, devido à sua sátira e ironia, como uma obra revolucionária sobre o todo da sociedade e história portuguesas. Esta apropriação nacionalista, no entender do autor, projectou para a obra de Eça valores vinculativos de um ideal próprio português no louvor da pureza das terras portuguesas, face à perversão dos valores urbanos europeus.

Para alguns críticos desta fase, Eça conheceu mal o seu país e feriu-o cruelmente, tendo-se emendado, no final da sua carreira, perante os encantamentos da sua

---

<sup>155</sup> *Idem, ibidem*, p.95

<sup>156</sup> Miguel Real, *O Último Eça*, Lisboa, Quidnovi, 2006.

terra, levando-o a compor hinos bucólicos. Quis, ainda, acolher-se nessa mesma terra. Esta é a visão de António Cabral, monárquico e nacionalista.

De tradicionalista e monárquico é também considerado o filho do escritor, José Maria, devido à posição que adoptou relativamente à obra de seu pai e da qual falámos anteriormente, embora tenhamos elaborado uma outra abordagem sobre a sua interpretação.

António Cabral divide a escrita em dois períodos, sendo no primeiro fulminador e implacável no que respeita à crítica dos costumes. Arrependido desse estilo de escrita, devido aos danos causados, altera-o radicalmente. Este arrependimento, espelhado na sua obra, é para Cabral correspondente ao genuíno estilo queirosiano, liberto do naturalismo e realismo franceses.

Para Miguel Real, António Cabral prefere a última fase de Eça e considera-a como a mais verdadeira porque é mais harmoniosa com as próprias ideias.

A posição de Costa Pimpão também é recordada na obra de M. Real pelo facto deste identificar um tipo muito peculiar de nacionalismo nas obras de Eça, distinguindo-o como anti-tradicionalista e com a atitude crítica e intervencionista dos primeiros escritos.

Na década de 40, por ocasião das comemorações do centenário do nascimento de Eça de Queirós, acentua-se a interpretação da sua ideologia de direita, muito apropriada ao Estado Novo. Insiste-se nas diferenças existentes entre a escrita anterior a 1880 e a que surgiu depois. Contudo, ignorou-se que a utilização da ironia continuaria a ser uma constante, assim como a crítica às elites. Daí o alerta lançado pelo Pe. Allyrio Mello: reconhece a última fase de escrita como mais construtiva, mas não considera que esse facto se deva ao nacionalismo do autor, que vê antes como um "exilado da realidade". Mas esta é apenas uma opinião isolada dentre muitas outras que insistiam no "Eça de direita" das quais destacamos as seguintes:

Para Castelo Branco Chaves, o conceito unificador da obra queirosiana é o conceito de Pátria, que embora tenha sofrido alterações ao longo da escrita, foi uma constante; para Manuel Paiva Boléo, a Geração de 70 tomou atitudes sarcásticas e irreverentes que desaprovou e nas quais inclui o autor de *O Mandarim*; Feliciano Ramos enaltece a ideologia do Eça de direita, um Eça não materialista e não positivista que vivenciou a emergência do nacionalismo português.

Para Miguel Real, Eça foi sempre um crítico dos costumes da sua pátria e não um regenerador das virtudes nacionalistas românticas e rurais. Recordamos, no entanto, que, em muitos dos seus escritos pessoais veiculou essa precisa ideia (*vide* correspondência seleccionada no capítulo II deste trabalho).

A *Correspondência de Fradique Mendes* é para Luís Forjaz Trigueiros uma crítica construtiva dos erros do liberalismo. Vê em Eça um são nacionalismo, apesar do seu cepticismo derrotista. Para este, o seu patriotismo, equilibrado e forte, mostra a intensidade com Eça olhava a pequenez do seu país, almejando contribuir para a sua tomada de consciência europeia, para a sua educação e cultura das suas gentes.

Para João Gaspar Simões, Eça, no final da sua carreira, opta pelo regresso à fantasia lírica, tipicamente portuguesa, porque se sente constrangido pelo realismo. Para este crítico, o último Eça é uma máscara do Eça profundamente lírico, uma projecção ideal de retorno saudosista às terras portuguesas. Considera, no entanto, que as obras da última fase são as derradeiras e constituem a parte mais artificial do conjunto da sua produção.

Miguel Mello traz ao panorama crítico a importância da vida pessoal do autor na última fase de escrita. Identifica na obra de Eça a defesa da monarquia e dos valores tradicionais. Defende, ainda, que a conversão de Eça aconteceu porque este quis, no final de vida, viver no campo e em Portugal.

Feliciano Ramos também encara o casamento do escritor como um factor de mudança no rumo da sua obra. Acrescenta a esse facto a amizade com Ramalho e Oliveira Martins que o terão aproximado dos valores da monarquia. Valoriza

também a visão idílica da paisagem do Douro e os efeitos que esta surtiu no escritor. Por fim, Eça cansara-se de estar longe do país.

No segundo período de interpretação da obra queirosiana, estabelecido por Miguel Real, (1945 a 1974), acontece uma viragem na forma como se encara a escrita do Último Eça. Acontece como que uma “desnacionalização” tradicionalista da obra queirosiana.

Obras como *A Cidade e as Serras*, *A Ilustre Casa de Ramires*, *A Correspondência de Fradique Mendes* já não versavam a temática da salvação de Portugal segundo um determinado modelo político social, mas apenas a salvação de cada português individualmente e a do próprio Eça. Sai-se do plano do colectivo para o individual.

Defende-se que o escritor, no final da sua vida, constata o quão em vão foram os seus esforços em apontar os vícios sociais e em fustigar a sociedade portuguesa e passa a privilegiar a serenidade e autenticidade individuais. Daí o seu método utilizar, agora, o recurso a uma consciência ética, em detrimento do discurso crítico.

Eça, de acordo com esta nova interpretação, transmite uma lucidez ética mais conivente com temas tradicionais da cultura portuguesa, com os costumes mais antigos e mais interiores de Portugal. Ao mesmo tempo, detecta-se-lhe uma meditação acentuada sobre os grandes temas que vinculam espiritualmente toda a humanidade. Neste espírito surgem as dicotomias cidade/campo, civilização/natureza, ateísmo/sagrado, justiça/injustiça.

António Sérgio, neste período, ressalta a importância da imaginação na obra de Eça, despreza a fixação de fases na divisão da obra e valoriza o Eça das lendas de santos. Também pertencente a este período se encontra o estudo de António José Saraiva, *As Ideias de Eça de Queirós*, onde o estudioso encara o Fradiquismo como a característica essencial do último Eça.

Miguel Real considera que, nos anos 70, a obra de Eça foi vista com muitos preconceitos e de acordo com as ideologias dos próprios interpretadores.

António Cândido defende que Eça procura um equilíbrio entre a velha tradição e as novas exigências europeias. Defende, ainda, que a Geração de 70 promoveu a exaltação da vida campestre, da moral rústica e das virtudes nacionais.

O escritor, tendo levado ao limite máximo a exploração literária da cidade e do cosmopolitismo, nos romances anteriores, acabou por procurar um equilíbrio entre as velhas tradições rurais e as novas modas europeias. Tendo habitado sempre em cidades europeias e encarando Lisboa como um lugar altamente provinciano e pouco digno de tema de escrita, volta-se para o lugar social onde o riso ainda é autêntico, onde a força rejuvenesce em cada Primavera e as relações entre homens são sólidas: o campo. Contudo, olhar o campo como espaço de autenticidade não significa aceitar todas as condições sociais e políticas inerentes a uma sociedade rural, isto é, louvar a serra e os seus valores ancestrais não significa louvar a pobreza, a injustiça e o atraso nela existentes, como se prova com a acção de Jacinto em Tormes, após a tomada de consciência das condições em que viviam os demais habitantes.

O ruralismo de Eça encontrava expressão numa busca de harmonia para as suas últimas produções, sem qualquer intenção política.

Para Mário de Sacramento, *As Farpas* são o único texto verdadeiramente revolucionário, de intervenção política e social, de genuíno empenhamento político. *O Crime do Padre Amaro* e *O Primo Basílio* foram as obras de intervenção moral que serviram para desmistificar as elites provincianas e urbanas de Portugal. Com recurso à ironia, Eça mostrou, por meio de símbolos, as suas próprias contradições psicológicas e sociais pelas quais passou, com espírito, permanentemente, crítico, nunca vencidista. O equilibrar forças no espaço do campo foi o resultado esperado depois da ascensão civilizacional. Miguel Real conclui que o Eça visto aos olhos dos críticos dos anos 70 passaria a ser um Eça de Esquerda.

Numa posição oposta à de João Gaspar Simões, aparece Jaime Cortesão que não vê em Eça o aburguesamento do homem casado e instalado, mas defende a continuidade entre o jovem Eça socialista e o último Eça, igualmente socialista, mas

agora do tipo cristão, um socialista franciscano. A sua escrita, dos últimos anos, revela um profundo sentido do genuinamente português.

Para Jaime Cortesão, a maturidade não fez de Eça um burguês inofensivo e acomodado, apostado em louvar o velho interior português. Para este crítico, o ideal estético das *Lendas*, de *A Cidade e as Serras* e da personalidade estética de Gonçalo coincide, em parte, com o ideal de simplicidade e solidariedade expressos pelo franciscanismo. O último Eça é, então, o autêntico Eça, aquele que exprime o pensamento de desilusão dos objectivos da juventude.

Para Miguel Real, o franciscanismo de Eça é uma projecção ideológica das ideias de Cortesão. Conclui-se, então, que, na década de 40, de um último Eça conservador (das décadas anteriores) e ruralista se passa a um Eça equilibrado entre o conservadorismo e o progresso.

De volta a António José Saraiva, o estudioso também evidencia no último Eça a tentativa de equilíbrio entre uma reconversão à Igreja e à Santidade bucólica e tradicionalista de Portugal e a dupla exaltação irónica e socialista. António José Saraiva reconhece a existência de ideais de vida igualitária e ecológica no último Eça. Reconhece, ainda, a existência de uma procura de simplicidade e autenticidade face a excessos civilizacionais que o escritor, em Paris, teria tido conhecimento directo. Identifica, em Eça, como defeito, que as indicações morais sugeridas não saiam da sua consciência individual, sem atingir repercussões sociais.

Para Saraiva, o verdadeiro “último Eça” é um fradiquista. Por fradiquismo entende não apenas a atitude presente na *Correspondência de Fradique Mendes*, mas a totalidade da obra ao longo da década de 90. Eça pretendeu “santificar-se individualmente”, daí que o fradiquismo seja uma desistência do agir sobre o meio e as condições sociais. Perplexo perante tanta mediocridade e sem maneira de ultrapassar o problema, surge a atitude fradiquista, uma atitude sem esperança na justiça e na igualdade.

António José Saraiva acusa Eça de saturação do estilo e dos temas sociais. Daí surgem personagens que considera desajustadas como Fradique, Jacinto, Gonçalo e Carlos da Maia.

O último Eça consistiu, para Saraiva, na mais directa expressão da obra de um romancista individualista e aponta quatro aspectos como fundamentais nesta fase: o isolamento da personagem central face à problemática social circundante; o enaltecimento da vida de proprietário rural; o enaltecimento de uma moralidade simples; ostentação de uma simples visão moral, individual, face às propostas da década de 70.

Diferente postura tem João Medina que não enfatiza o individual, mas ressalta as preocupações com o colectivo. Reabilita o último Eça evidenciando preocupações e compromisso literário e jornalístico contra a injustiça social e a favor de uma política de “pão para todos”. Assim sendo, *A Cidade e as Serras* e *A Ilustre Casa de Ramires* não são obras de carácter reaccionário e conservador. Jacinto e Gonçalo operam a mesma mudança interior: ambos se convertem ao que em Portugal há de autêntico, positivo e carregado de esperança no futuro.

Gonçalo não é a nobreza em si, mas a própria história de Portugal nos seus valores passados e futuros, isto é, as forças e virtudes de um povo em aparência decaído e com a “apagada e vil tristeza”.

Jacinto encontra em Tormes a simplicidade autêntica e verdadeira que lhe alimentarão o gosto de viver, abandonando o luxo de Paris. Gonçalo parte para África. Ambos se encontram na aventura e na simplicidade. Ambos se encontram quando conseguem produzir algo.

Miguel Real considera que João Medina torna o seu último Eça nacionalista e patriota como o fizera a crítica anterior a 1945. Os anos 70 da crítica, ao contrário dos anos anteriores, fizeram de Eça um escritor de Esquerda. Actualmente, fala-se de um Eça pós modernista freudiano. Para Miguel Real, é o Eça humanista que está na ordem do dia. É esta atitude que melhor caracteriza o último Eça.

Para Miguel Real, as obras dos finais dos anos 80, como *Os Maias* e a *Correspondência de Fradique Mendes*, revelam um Eça pessimista, céptico, mas de humanismo embrionário. Enfatiza-se o privilégio da realidade interior, em

detrimento da exterior e da observação. Existe espírito de abertura a novidades e experiências inovadoras. Encontra quatro pontos fundamentais deste último Eça: a revisão subjectiva das impressões psicológicas vividas, o fracasso da Geração de 70, a esperança nas novas alternativas sociais para o século XX (por um lado, a vida simples de Jacinto nas serras e, em simultâneo, o Jacinto cosmopolita.

Para o autor, o grande objectivo destas obras seria descobrir alternativas sociais e civilizacionais para o esgotamento político e espiritual da sua geração à luz das recordações de vinte anos de história de Portugal; o segundo ponto diz respeito ao visitar os motivos emocionais de crítica ao antigo Portugal e os grandes temas filosóficos da Geração de 70; em terceiro lugar, o método agora a utilizar não será o realista, mas o comparativo, o de comparação entre tempos diversos, entre civilizações diversas. Por exemplo, em *A Cidade e as Serras* explora-se a comparação entre momentos diferentes da uma mesma civilização. Em *A Ilustre Casa de Ramires*, explora-se a comparação entre fases diferentes dos últimos 70 anos de Portugal.

Em conclusão, no último Eça predomina a subjectividade e atenuação do realismo. Revisitam-se os temas fundamentais da História de Portugal e da Europa, numa tentativa de repensar o país, recomeçar Portugal. Sobrevaloriza-se a componente ensaística em detrimento da descritivista de outrora. Valoriza-se a máxima do “pão para todos”. Miguel Real resume estas características do último Eça numa palavra só: Humanismo, um humanismo defensor de uma autenticidade humana com intervenção social, sem submissão a escolas. Esta nova atitude revela, ainda, uma nova sensibilidade perante as experiências do mundo. Para tal, o último Eça auto-interroga-se, problematiza ideias feitas, desafia os grandes temas civilizacionais, coloca em causa a grandeza e a decadência da história de Portugal.

Este equilíbrio é o que se procura e alcança em *A Cidade e as Serras*. Já a *Correspondência de Fradique Mendes* corresponderá a um ensaio epistolar sobre o Amor, Religião, sobre o Ecletismo de fim-de-século, o homem antigo, o homem democrata, enfim, Portugal. Em *A Ilustre Casa de Ramires*, misturando um estilo romântico com estilo realista, encontramos um ensaio romanceado sobre a dúvida e perplexidade que a identidade do ser português provoca no autor, onde acaba por

concluir a essência contraditória e paradoxal de Portugal: ser rico e ajudar os pobres; ser nobre e ter mentalidade igualitária; ser bom e generoso.

Os anos 1888 a 1892 correspondem a uma fase considerada intermédia. Textos como "A Europa" e "A Europa em Resumo" constituem textos humanistas. Uma visão optimista do homem e da sociedade. Também em *A Ilustre Casa de Ramires* apercebe-se uma tentativa de retemperar a sociedade portuguesa quando Gonçalo parte para África. A mensagem é então positiva: o presente é melhor que o passado e o futuro ainda será melhor que o presente. Trata-se de um humanismo de feições optimistas.

Miguel Real recorda, também, o texto "A Decadência do Riso" considerando-o como um texto humanista, embrião de *A Cidade e as Serras* e *A Ilustre Casa de Ramires*. Estava, então, patente o desejo de Eça por uma alternativa humanista, baseada na simplicidade e na autenticidade. Portanto, à entrada da década de 1890 não encontramos um escritor pessimista, mas antes um pensador escritor entusiasmado que leva a cabo um projecto como a *Revista de Portugal*. Um Eça que arrasta os seus amigos de sempre para o esforço de tentar "despertar" Portugal sonolento. Um Eça não conservador nem ruralista, mas activo e empreendedor que quer colocar Portugal ao nível dos restantes países europeus, não pela economia, mas pela cultura, filosofia e ciência que podia produzir.

Porém, não demoraria a concluir que tudo não passara de uma ilusão, que no país não havia forças para encetar uma reorganização nacional e a falência da *Revista* acaba por acontecer.

Depois da desilusão, de acordo com o pensamento de Miguel Real, surgirá não um escritor em acentuada reconversão a uma ideologia conservadora e ruralista, mas um observador humanista cuja ausência do país lhe deu uma lucidez de análise.

O texto "Novos Factores da Política Portuguesa", anteriormente abordado, é também invocado por Miguel Real, em virtude das considerações tecidas acerca das classes conservadoras e parlamentares, consideradas incapazes de se reformarem a si próprias e, por isso, se antecipam as soluções que apresentará em *A Cidade e*

*as Serras e A Ilustre Casa de Ramires*: Jacinto viaja para o interior e rejuvenesce o seu espírito, sem no entanto descurar a utilidade do progresso; Gonçalo parte para África e abandona a política.

Nesta conformidade, Miguel Real entende que o que caracteriza o último Eça não se trata de nacionalismo, socialismo nem franciscanismo como o defenderam outros, mas antes um humanismo. A obra da fase final da carreira permanece insubmissa, revoltada e satírica enquanto forma de denúncia da injustiça e dos privilégios. Existe agora uma nova sensibilidade à política, à literatura, aos problemas sociais, às diversas ideologias presentes no final do século: proposta de resolução dos grandes problemas da humanidade, a defesa do despojamento e da vida simples, enfim, a revisão dos métodos literários.

Para Miguel Real, os anos de produção literária (de 1893 a 1900) dizem respeito à fase humanista. Eça aborda novas problemáticas tipo cidade/campo, Progresso/pobreza, entre outras.

Jacinto consegue a sua reconciliação na autêntica Tormes. Gonçalo espelha o cruzamento das diversas personagens do fim de século: é um conservador e é ousado, é simultaneamente honesto e interesseiro, é aristocrata e burguês, um ser egoísta e generoso cuja solução de final de vida é África, solução esta que encontra correspondente na procura ensaística de Eça de uma solução para Portugal.

O humanismo de Jacinto surge como uma alternativa para as formas culturais dominantes de existência social na Europa. Esta temática insere-se na problemática europeia finissecular pós positivista e pós naturalista.

Miguel Real recorda que, para críticos como Frank Sousa, Maria Lúcia Lepecki e Jacinto do Prado Coelho, o último Eça tem por característica fundamental a ambiguidade, daí a diversidade de interpretações possíveis sobre as suas obras finais.

Também para Ana Nascimento Piedade, no último Eça não se devem ignorar quer a presença da ironia (que considera ser uma constante), quer de indícios sugestivos

da ambiguidade das obras. Para a autora, no último Eça, a ironia adquire propensão filosófica na medida em que se interroga sobre as contradições básicas da natureza e da condição humana. Essa mesma ambiguidade é reveladora da modernidade do autor. No caso de *A Cidade e as Serras*, a ambiguidade está presente, essencialmente, no narrador onisciente e é este papel dúplice (de personagem e narrador) que nos revela em Jacinto um processo de transformação interior decisivo para si próprio.

Outro factor de importância a reter é o facto de Jacinto operar em Tormes uma revolução, isto é, traz o progresso às serras. Essa revolução é simbólica da revolução que Eça entende ser necessária de acontecer em Portugal: a melhoria da qualidade de vida e de dignidade dos pobres. Este tema surge nesta obra mas é recorrente na escrita do último Eça. Em Tormes existem as condições requeridas para o equilíbrio necessário: o espaço autêntico e simples do campo a conjugar-se com as comodidades do progresso científico. Essa referida revolução não se apoia em nenhum novo sistema político nem em doutrinas filosóficas.

Relativamente a Fradique, personagem de grande independência intelectual e sinceridade, também se identifica a preocupação pelos pobres, presente em Jacinto.

No que diz respeito a Gonçalo, n'*A Ilustre Casa de Ramires*, retorna-se à intriga política do constitucionalismo liberal visto à luz de um modelo realista da observação da realidade social. Porém, o fim-de-século traz uma alternativa civilizacional para o homem. Eça, utilizando o método comparativo, identifica em Gonçalo o antigo Portugal, heróico, expansivo, nobre e vigoroso, mas também um Portugal decadente. África aparece como uma hipótese de alternativa, o rejuvenescer ao contacto com o novo mundo, também português. Trata-se de recomeçar Portugal numa terra virgem de civilização.

Personagens como Jacinto, Fradique e Gonçalo contribuem para demonstrar o que era para Eça o *reaportuguesar* Portugal e nessa missão de reaportuguesamento a atitude humanista assume-se como modelo a adoptar para a construção de um país melhor. O humanismo presente no último Eça reflecte-se, em nosso entender, na vontade por parte dos protagonistas de assumirem uma nova personalidade onde

existe lugar para o outro, ou seja, libertos do individualismo egoísta, percebem o facto de fazerem parte de um colectivo sobre o qual são chamados a intervir, protagonizando uma revolução que permitirá a recuperação espiritual e até material de todos.

O humanismo de Gonçalo caracteriza-se como um humanismo hesitante em desabrochar. Gonçalo, como é descrito por uma das personagens da obra, “é Portugal” na medida em que se sente dividido entre a pesada herança histórica e a sociedade decadente do fim-de-século. É um ser castrado, hesitante. Na obra, Eça tenta espelhar, como o fez n’ *Os Maias* e n’ *A Cidade e as Serras* a decadência do país. As obras versam acerca dos costumes e mentalidades da alta burguesia e da aristocracia. Contudo, os romances finais apontam caminhos sociais novos e, como tal, subentende-se uma mensagem mais optimista e menos céptica a que Eça nos habituara nos seus romances anteriores.

O humanismo de Jacinto também demora algum tempo a sobressair da sua personalidade. O contacto com a paisagem serrana minhota e com a realidade por detrás da beleza dessas mesmas serras (referimo-nos à pobreza das gentes que viviam em condições que Jacinto ignorava por inteiro) desperta-lhe a bondade e a solidariedade levando-o a uma profunda intervenção em prol de si próprio e da comunidade onde se inseriu. Apesar de tardia, a atitude humanista de Jacinto desponta de forma assertiva e repercute efeitos práticos que, de facto, melhoram as vivências daquele povo.

Quanto a nós, esta atitude humanista do último Eça integra-se no sentido patriótico do autor que defendemos neste trabalho. O reaportuguesamento de Portugal passa pela adopção de uma atitude humanista por parte de toda a sociedade, de forma que se possa construir um país melhor. Henri-Pageaux vê em *A Ilustre Casa de Ramires* mais uma busca que uma emergência de uma solução. Busca essa que identifica em toda a obra de Eça. *A Ilustre Casa de Ramires* representará a conquista da maturidade por parte do autor. Após a elaboração da sua auto-análise, projecta a mesma em Gonçalo, a figura do próprio Portugal:

Eça de Queirós produz *A Ilustre Casa de Ramires* (1900) em que discute a recuperação do sentimento de ser português, através da restauração da História.[...] a literatura de Eça de Queirós, em específico

seu romance *A Ilustre Casa de Ramires*, "narrou" Portugal [...] é um discurso sobre e da História portuguesa; segundo, é uma paródia; terceiro, revela a identidade portuguesa através da ação e da redescoberta da África.<sup>157</sup>

Encaramos nesta obra duas descobertas: a descoberta interior do protagonista, que percebe dentro si uma grandeza que julgava não possuir, tornan-se digno do próprio nome; a descoberta da identidade de toda uma nação que se projecta neste personagem no sentido de se sentir decadente e de necessitar, urgentemente, da sua reabilitação: "Gonçalo descobre-se português e caberá a ele restaurar a grandeza heróica dos Ramires para que tanto ele quanto a nação portuguesa saiam do imobilismo em que se encontram."<sup>158</sup> Com *A Ilustre Casa de Ramires* é-nos transmitida uma mensagem positiva, de esperança futurante:

Acredita-se ter compreendido que Eça de Queirós, nesse romance, preocupou-se, pois, através da História, da paródia e da ação e re-ação da personagem Gonçalo, em forjar a nação e a identidade cultural portuguesas com base na tradição, na crença da liberdade individual e no rompimento com modelos anteriores. A nação portuguesa que se revela por meio de Gonçalo, não se encontra mais estagnada, mas em permanente transformação e construção.<sup>159</sup>

Gonçalo Ramires teve de efectuar um rompimento com o seu quotidiano, com o seu meio social, familiar e grupo profissional para efectivar, com sucesso, a sua própria reabilitação. Este personagem pode ser interpretado como a personificação do seu país. Gonçalo e Portugal encontram-se ambos em estado de abulia e sonolência, anseiam algo que não sabem bem do que se trata. Necessitam soltar-se das 'amarras' pessoais, sociais, políticas que lhes travam a evolução. A História serve para ambos como ponto de partida para essa recuperação.

Aquilo a que temos chamado "último Eça" é um escritor que prepara o fim das suas obras, que não chega a ver publicadas. É o Eça que prepara outros discursos: o discurso da geografia, da História, do conto, até da auto-biografia mitigada, é o Eça que, n' *A Cidade e as Serras*, aborda outros fins, bem mais complexos e transcendentais que o fim do romance, o fim-de-século e o fim da civilização

---

<sup>157</sup>Maria Luiza Remédios, "A Ilustre Casa de Ramires: História e Paródia", in, *Actas do Congresso de Estudos Queirosianos, IV Encontro Internacional de Queirosianos*, vol. I, Coimbra, Livraria Almedina, 2002, p. 790.

<sup>158</sup> *Idem, ibidem*, p. 794.

<sup>159</sup> *Idem, ibidem*. P. 799.

### 3.3. De novo o reaportuguesamento - os romances finais

Como vimos no capítulo II deste estudo, o sentido patriótico eciano nada tem a ver com o “patrinheiro” de alguns contemporâneos. Eça viveu o seu amor à terra natal de forma muito equilibrada e justa. O seu projecto patriótico, conforme lhe chama Teresa Rita Lopes, consistiu em pôr o dedo nas feridas para as poder curar. Denunciar a decadência da pátria, denunciar a perda dos hábitos do “velho Portugal”, actualmente descaracterizado, caricaturalmente estrangeirado, sordidamente desmazelado. A autora defende que Eça foi injustamente acusado de anti-patriotismo, recordando que Eça defendeu a valorização da essência portuguesa: “O que Eça denuncia é a decadência pátria (tal como Pessoa) e uma das principais razões desse desastre vem de se terem perdido os hábitos do “velho Portugal” (como diz em *Os Maias*) – caricaturalmente estrangeirado, sordidamente desmazelado durante «os últimos trinta anos».<sup>160</sup>

Teresa Rita Lopes encara os dois últimos romances de Eça como reveladores de uma mudança radical de atitude e de cenário: ambos “procuram o ar lavado e os largos horizontes do Portugal «genuíno»”<sup>161</sup>

Para autores como José Clécio Quesado, o sentido patriótico de Eça leva-o à escrita de obras como *A Ilustre Casa de Ramires*, pois esta constitui, para o autor o texto mais acabado na obra de Eça de Queirós. Planeada desde 1893, quer no seu inventário ficcional, quer no apuro das técnicas narrativas, surge numa altura importante para a compreensão da sociedade e cultura portuguesas (sucessão de D. Luís, a humilhação do Ultimato Inglês, a substituição da literatura combativa da Regeneração pela literatura de evasão) e integra-se no espírito da Geração de 70<sup>162</sup>.

Apesar de levar a cabo a recuperação do passado, não deixa de perspectivar o presente, sendo esta a sua principal preocupação. Em Gonçalo Mendes Ramires vê o “ressuscitar do velho Portugal”. Nos heróis de Oliveira Martins, Eça vê os

<sup>160</sup> Teresa Rita Lopes, “Eça e o Regresso às raízes”, in *150 Anos com Eça de Queirós, Anais do II Encontro Internacional de Queirosianos*, S. Paulo, 1997, Centro de Estudos Portugueses (org. e ed. Elza Miné e B. Justo Cariato), p. 497.

<sup>161</sup> *Idem, ibidem*. P. 502.

<sup>162</sup> Recordemos o texto de António Cirurgião: “Oliveira Martins evoca as figuras gloriosas e místicas do Portugal das guerras da independência e das aventuras africanas; Guerra Junqueiro compõe idílios campestres e canta moleirinhas sonhadoras, lenhadores bucólicos e pastores centenários; Ramalho Ortigão descreve o Portugal folclórico e artístico; Alberto de Oliveira expõe em *Palavras Loucas* os princípios doutrinários do neo-garretismo [...]” in *A estrutura d’A ilustre casa de Ramires de Eça de Queirós*. Lisboa: Ocidente, vol. LXXVII, 377: 137-170, Set. 1969.

protagonistas que ressuscitaram a pátria, acordando uma raça adormecida. É necessário acordar o povo, ressuscitar o génio português. E de facto “através de *A Ilustre Casa de Ramires* realiza uma intrincada e instigante relação entre as séries social e literária, pintando-nos um Portugal de fim-de-século caracterizado histórica e esteticamente pela aquisição da consciência dos seus próprios descompassos”.<sup>163</sup>

A mudança de atitude presente nos dois últimos romances pressupõe a mudança de cenário: em *A Ilustre Casa de Ramires* e *n’A Cidade e as Serras* procura-se o ar lavado e os largos horizontes do português “genuíno”. Esta procura das raízes, do genuíno transformou o universo queirosiano. Terá sido a consciência do dever que levou Eça a mudar o rumo da sua escrita, daí a mensagem inovadora dos seus últimos romances, nos quais lança apelos, exortações. O apelo de Afonso da Maia para o projecto da regeneração do país, ignorado por Carlos e Eça, é ouvido por Gonçalo e Jacinto. Gonçalo, que inicialmente lembra Carlos, enraíza na sua terra, escreve uma novela e comprova a sua evolução. Depois da desilusão da política, decide empreender. Gonçalo projecta Portugal, segundo a própria mensagem d’*A Ilustre Casa de Ramires*.

Nos romances do último Eça, os protagonistas (Gonçalo e Jacinto) despertam do estado sonolento em que viviam. Ambos são os últimos representantes de nobres famílias. Ambos descobrem o gosto do ‘ser português’, operando a sua própria salvação, depois de uma sofrida “descida aos infernos”. Em ambas as obras se opera um ‘happy end’, situação nova na obra queirosiana. Jacinto e Gonçalo dominam todas as cenas da obra em que se inserem. Gonçalo, reflectindo uma ideia muito em voga nos meios políticos, resolve tentar a sua sorte em África, para sua própria regeneração. Jacinto vem à Pátria para retemperar a fibra e fixa-se no campo, alheio ao que se passa para além da sua quinta. Há nestes protagonistas atitudes de isolamento e de exílio, de individualismo. Este individualismo é necessário para se operar o auto-conhecimento e posterior reabilitação espiritual colectiva que se preconiza para a sociedade.

---

<sup>163</sup> José Clécio Quesado, “(Des)encontros / (Dês)alentos n’*A Ilustre Casa de Ramires*”, in, *150 Anos com Eça de Queirós, Anais do II Encontro Internacional de Queirosianos*, S. Paulo, 1997, Centro de Estudos Portugueses (org. e ed. Elza Miné e B. Justo Cariato), p. 274.

Como já referimos, n' *A Ilustre Casa de Ramires* coexistem duas narrativas paralelas e complementares funcionando para demonstrar que a saga de Gonçalo é também a história de Portugal.

José Quesado defende a presença da *tese* do *reaportuguesar* Portugal nesta obra, cuja estratégia deverá passar pelo repensar Portugal enquanto Nação a partir de uma consciência crítica de si próprio e pela tomada de novos rumos no seu projecto histórico, sem romantismos patriotas. Efectivamente, foi esta a bandeira da geração de Eça.

*A Ilustre Casa de Ramires* apresenta as contradições de um protagonista que alegorizam as da própria nação e reflecte os conflitos ideológicos e estéticos do próprio Eça de Queirós. Na obra, encontramos o Romantismo e o Realismo, ironicamente articulados, dando-nos a conhecer a sua visão da literatura finissecular e a sua própria escrita nesse tempo: a observação crítica da sociedade e a visão lírica dos destinos do homem e do mundo. Ao mesmo tempo, na obra, através de Gonçalo desenha-se o eterno conflito pátrio: "os desencontros históricos e estéticos de uma Nação atavicamente conflitada entre o D. Quixote das ideias o Sancho Pança das contingências da realidade"<sup>164</sup>.

### **3.3.1 Jacinto e Gonçalo, dois homens, dois desígnios.**

Nestes heróis queirosianos opera-se uma metamorfose íntima que implica precisamente o regresso ao Portugal autêntico, que implica um:

«Reaportuguesamento» que não seria a mera recitação imbecil das glórias passadas mas o reatar com o melhor das tradições e das virtudes antigas, sobretudo aquelas que tinham escapado ao geral abastardamento do país [...] Nesta medida, tanto Gonçalo como D. Jacinto operam a mesma mudança íntima: ambos se *convertem*, não aos valores reaccionários que, em geral, se identificam com o campo e as tradições nacionais mais conservadoras (nobreza, História, feitos dos grandes homens, etc.) mas àquilo que em Portugal subsistia como autêntico, positivo e carregado de esperança futurante.<sup>165</sup>

Para Medina, Gonçalo é símbolo não da nobreza, mas da própria História portuguesa, as forças e virtudes de um povo. Recorda que Eça apregoou no texto

---

<sup>164</sup> José Clécio Quesado, "(Des)encontros / (Dês)alentos n' *A Ilustre Casa de Ramires* ", in *150 Anos com Eça de Queirós, Anais do II Encontro Internacional de Queirosianos*, S. Paulo, 1997, Centro de Estudos Portugueses (org. e ed. Elza Miné e B. Justo Cariato), p. 276.

<sup>165</sup> João Medina, *Eça Político*, Lisboa, Seara Nova, 1974, p. 97-98.

“O Ultimatum” (referido anteriormente neste trabalho) a necessidade de reconstruir Portugal com uma alma retemperada e inclinada para o futuro. É este processo que fará acontecer com os nossos protagonistas:

Gonçalo redime-se, retempera a alma, erguendo-se a partir daí à estatura formidável dum símbolo nacional pleno: ele é a Torre que redescobre o seu «secular fundamento». D. Jacinto operará, aliás, uma conversão semelhante: desdenhador de Portugal, medularmente parisiense, terá um dia um verdadeiro *coup de foudre* pela sua terra ao passar uns dias em Tormes [...] devolvendo-lhe a saúde que a vida em Paris lhe roubava e a confiança vital que a super civilização lhe não soubera dar.<sup>166</sup>

Gonçalo, sendo o retrato de Portugal, tem de reabilitar o que existe no mais fundo da alma e da própria história nacional. É uma missão que tem empreender sozinho, cortar com os seus pares e lançar-se nessa aventura, longe do país, preparando o regresso ao mesmo, de alma lavada.

Jacinto também terá de abandonar a sua cidade civilizada e industrial para se aventurar nas serras, no meio rústico, impenetrável pelos progressos civilizacionais do século. Vejamos como João Medina interpreta o percurso destes heróis:

Enquanto o fidalgo da Torre sai das serras, o nobre milionário dos Campos Elísios mete-se ao invés numa toca rústica para aí fruir a sua existência um ambiente virgiliano, sem aparelhos nem livros frívolos: Ramires salva-se pelo trabalho pela ruptura com a propriedade rural, pela fuga ao decadente mundo agrícola, D. Jacinto cura-se do pessimismo e da neurastenia mórbida da Civilização convertendo-se às delícias antigas o mundo arcaico, serrano.<sup>167</sup>

Para João Medina, os percursos destes dois personagens não são inversos nem contraditórios pois em ambos sucede uma rejeição. Gonçalo rejeita a rotina, Jacinto rejeita a desnacionalização, o francesismo. Estes dois caminhos inversos, para o autor, convergem num propósito comum, redescobrir Portugal:

[...] Reaportuguesar os Portugueses, sair do sonho dogmático em que vivem sonâmbulos, acordar as energias latentes que neles dormem, reencontrar o país real. Tanto D. Jacinto como Gonçalo Mendes Ramires se movem, pois, na mesma direcção, procurando o mesmo porto: a «terra formosa de Portugal, tão cheia de graça amorável»<sup>168</sup>.

Para Gonçalo, trata-se de uma odisseia. Para Jacinto, um regresso. O espaço rural é regenerador para ambos. É enquanto proprietário rural que Gonçalo escreve a novela e enfrenta o valentão de Nacejas. Estas duas acções são necessárias para a tomada de decisão da partida para África.

---

<sup>166</sup> *Idem, ibidem*, p. 101.

<sup>167</sup> *Idem, ibidem*, p. 111.

<sup>168</sup> João Medina, *Eça Político*, Lisboa, Seara Nova, 1974, p. 112.

Estes são, então, dois bons exemplos onde se operam transformações nos protagonistas no sentido do ressuscitar de sentimentos perdidos e nos quais podemos encontrar o chamado "reaportuguesamento". Jacinto liberta-se do francesismo e liberta as raízes portuguesas do Jacinto rural que é, oprimidas pelo progresso e cosmopolitismo da cidade de Paris torna-se o D. Sebastião dos pobres.

Gonçalo recupera a nobreza de carácter dos seus antepassados que julgava não possuir, tornando-se herói para os que o rodeiam. A sua recuperação sucede no seu "buraco rural", por oposição à sua ambição inicial de se fixar em Lisboa. Gonçalo, conforme é descrito na própria obra, personifica Portugal na busca de si próprio, confuso entre sentimentos opostos. Gonçalo vinga, assim como Jacinto "brotara", segundo as palavras do Grilo. A sua torre re-*ramirisa*-o. A esperança subsiste também para Portugal, cuja hora de vingar, de *reaportuguesar* se prevê próxima. Gonçalo quer tirar do esquecimento a poesia nacional e popular, assumindo uma espécie de missão didáctica. A trama da sua novela assenta num nacionalismo exacerbado. Quando alcança a glória por meio da sua heroicidade e escrita é chamado de benemérito, restaurador da consciência heróica portuguesa. É este o seu papel na obra, é este o papel da obra na escrita do autor.

Para Paulo Franchetti, o último Eça consegue reaportuguesar-se, ou antes, reconciliar-se com Portugal nestas duas obras, as últimas. Em *A Ilustre Casa de Ramires*, a presença de Oliveira Martins é mais profunda, pois, a História de Portugal marca presença em todo o tempo: os Ramires são o símbolo da nação portuguesa e Gonçalo é o último representante dessa casa, também ele envolvido na escrita de uma novela histórica sobre a própria família. A escrita permite-lhe adquirir a consciência do estado de abjecção em que vive no presente, por contraste com o passado dos seus antepassados e dos personagens da sua ficção. Franchetti considera desta forma o sentido do ser patriota para Eça:

Retomada do localismo, ao reencontro com as características tradicionais portuguesas. Isso é o que parece significar a expressão «reaportuguesar Portugal». E de facto se Eça em algum momento se «reaportuguesa», se reconcilia com Portugal, é nessa direcção que o faz em *A Ilustre Casa de Ramires* e, muito mais espectacularmente, em *A Cidade e as Serras*.<sup>169</sup>

---

<sup>169</sup> Paulo Franchetti, "Gonçalo Mendes Ramires e Oliveira Martins: reaportuguesando Portugal" in, *150 Anos com Eça de Queirós, Anais do II Encontro Internacional de Queirozianos*, S. Paulo, 1997, Centro de Estudos Portugueses (org. e ed. Elza Miné e B. Justo Cariato, p. 472.

Em *A Cidade e as Serras*, Jacinto adquire qualidades que Gonçalo descobrira na sua subida à Torre, ou seja, a bondade, a generosidade, enfim, a própria salvação, 'tormifica-se'. É desta salvação que o país também precisa, por isso, em ambos os romances se apura a preocupação do autor:

Propor saídas para a crise por que passou Portugal nos últimos anos do século passado. Se em *A Cidade e as Serras* é menor o alcance simbólico, porque muito restrita aos horizontes da classe dos ricos proprietários de terras, em *A Ilustre Casa de Ramires* é de maior abrangência, pois o romancista parece apresentar uma saída política e económica para a nação [...]: a saída seria a exploração agrícola da África.<sup>170</sup>

A própria ideia da escrita da novela surge no início da obra, com o intuito de reatar a tradição e, através desta, propagandear as virtudes nacionais e ser deputado. A sua inspiração inicial vem-lhe da personagem Castanheiro – o Patriota. A escolha desta personagem não é aleatória. É ela quem dá o mote à escrita. A sua alcunha surge na obra com propósitos definidos. Castanheiro é o fundador dos *Anais de Literatura e de História* e apregoa a necessária restauração do sentimento português («Portugal, menino, morre por falta de sentimento nacional! Nós estamos imundamente morrendo do mal de não sermos Portugueses!»)<sup>171</sup>

Esta ideia vem ao encontro da defendida por Eça na Carta a Oliveira Martins que já foi abordada neste trabalho e na qual se refere à nobre missão que Eça reconhece no amigo: o *reaportuguesar* Portugal, o reconstruir a Pátria (*vide* página 53).

O diálogo com vozes da sua geração, como Oliveira Martins, reflectido em textos doutrinários sobre o passado, a historiografia que o representa e, sobretudo, os valores morais mostraram que Eça possuía consciência do poder que o discurso ficcional tem sobre a enunciação do discurso da história. Na relação do autor com a História, reflecte-se a imagem de Herculano como uma autoridade cultural a não ignorar. Eça de Queirós refere-se-lhe de modo subtil e ambíguo, não corrosivo.

Eça e Martins, a este propósito mantiveram intenso diálogo cultural, nos anos 70 e 80 do século XIX. O projecto de escrita de Eça dizia respeito à reforma de costumes e mentalidades da sociedade sua contemporânea. A actividade de Oliveira Martins reportava-se à historiografia de reflexão político-social. Para este, cabia à História o

<sup>170</sup> *Idem, ibidem*, p. 474.

<sup>171</sup> Eça de Queirós, *A Ilustre Casa de Ramires*, Lisboa, Editorial Presença, 2004, p. 28.

papel de transformar material e mentalmente as sociedades, sendo o historiador o profeta.

Como ficou dito atrás, com a crise do ultimato, Eça interpreta uma atitude mais severa e lúcida que a maioria dos intelectuais seus contemporâneos. Defende uma longa reflexão histórica e filosófica sobre o estado do país de forma a poder efectuar a própria revitalização moral e cívica.

Vivenciando um tempo cultural e ideológico de revisão de valores, de tédio fradiquista e de reaproximações nacionalistas e de crise da própria história, defende-se o *reaportuguesar* Portugal. Eça vislumbra esta atitude nas obras de Oliveira Martins, onde história e ficção se aliam. Também Eça cede a esta tentação do reaportuguesamento, no entanto, recusa o tradicionalismo neo-romântico. Defende a importância da história, mas com atitude crítica, exigente e construtiva.

Nas suas reflexões finisseculares perpassa uma questão emergente na ficção e na reflexão doutrinária queirosiana – o Patriotismo – este directamente relacionado com a História. Sobressaem laivos de patriotismo na escrita de *O Crime do Padre Amaro* (por exemplo na descrição da estátua de Camões, como abordámos no início deste capítulo) e n' *Os Maias*, onde a história é um elemento ideológico actuante.

Como se referiu anteriormente, n' *Os Maias* combinam-se eventos e personagens históricas com eventos e personagens inventadas. Afonso é a personagem que mais vive a história do seu tempo. O passeio final, de Carlos e Eça, no qual surge o monumento dos Restauradores é um marco fundamental de uma escrita com forte incidência histórica. A História é própria lição moral do romance no sentido que olhar a História (na qual sobressaem as glórias passadas e os heróis nacionais) acaba por envergonhar o momento presente.

Carlos representa o dandismo, o tédio finissecular e o fatalismo de feição decadentista. Sobre esta personagem, Eça cruzou os modos referenciais do discurso da ficção e do discurso da história. Depois da escrita de *Os Maias*, Eça procura soluções felizes para as suas obras por oposição às anteriores.

O período pós *Maias* é um período de interrogação sobre a escrita: a escrita enquanto retrato da sociedade e as novas soluções estéticas, daí o aspecto inacabado das últimas obras de Eça, a chamada *mise en abyme*. As obras da sua última fase seriam um laboratório de experiências múltiplas. A biblioteca de Jacinto, no 202, em Paris, representa esse laboratório, esse depósito de acumulação de saber, repleto de referências literárias, citações e intertextualidades.

Em nosso ver, Jacinto e Gonçalo são as figuras mais emblemáticas do autor. Gonçalo escreve. Jacinto lê os clássicos na sua segunda fase da vida. Revela-se nestas duas figuras um escritor de fim-de-século atento aos problemas de sociedade. Um escritor que, além dessas preocupações, procura novas soluções estéticas para a sua escrita. Na *Ilustre Casa de Ramires* e em *A Cidade e as Serras*, apresenta-se um escritor em fase de uma crise que surpreendeu o universo romanesco do autor após a escrita de *Os Maias*: a crise do realismo. Por fim, Eça revela com esta reflexão sobre a própria produção literária a sua modernidade.

Este escritor moderno apresenta nesta fase o desvanecimento das coordenadas que dominavam a sua escrita literária até aqui. Desligando-se das preocupações científicas e sociológicas, abre-se a problemas mais diversos, com outras incidências ideológicas, por meio de processos de análise menos rígidos. Adopta um sistema de pensamento que valoriza o elemento rural como diferença qualitativa, por oposição ao grotesco francesismo lisboeta. Jacinto e Gonçalo, dois fidalgos em decadência, sofrendo do tédio do ócio, são salvos pela superioridade psicológica que acabam por revelar.

A mensagem é clara: Jacinto dá a presença de bondade e acção não só ao sonhador D. Quixote mas também ao Rei vencido que, reencarnando nele, faz frutificar o sonho. São desnecessárias já as "catástrofes" anteriormente apetecidas e até o "tal braço arrojado de Nun'Álvares" única salvação entrevista em *Os Maias*.

### 3.3.2 A Ilustre Casa de Ramires

“A *Ilustre Casa de Ramires* vem a ser, por fim, a definitiva tendência a uma tendência antiga: aquilo a que Eça chama «o latente e culpado apetite pelo romance histórico»<sup>172</sup>

Romance de carácter histórico, cuja primeira edição em livro saiu em 1900, ano da morte do escritor, sem ter sido alvo da revisão na íntegra, por parte do seu autor. Sabe-se, no entanto, que o romance é o resultado de uma longa gestação, do qual ficaram marcas entre os papéis do escritor: longas listas de vocabulário medieval relativo ao vestuário, utensílios e castelos medievais. Sabe-se, ainda, que Eça solicitara ao Conde de Arnoso o envio do *Portugaliae Monumenta Histórica*, onde encontrará o fundamento para as raízes históricas dos Ramires. É sobejamente conhecida a preocupação do escritor pela exigência, pela busca da verdade e da perfeição. Esta obra não foi excepção.

De enredo duplo, o romance fornece uma história dentro de outra história, de forma a contar a vida de um fidalgo de província, descendente de uma casa anterior ao Reino de Portugal.

Após o regresso da viagem a África, o autor acaba por compará-lo a Portugal, “fazendo-o regressar à sua torre, ao Portugal rústico e impoluto que se mantinha nos campos, ao país do passado, já com o olho numa Rosinha Rio Manso de «dote tremendo».”<sup>173</sup>

Como nos refere João Medina no seu *Eça Político*, a *Ilustre Casa de Ramires* tem um significado denso e oculto: “por um lado, o Passado heróico, viril, dum Portugal medieval, cheio de virtude [...] e o Portugal contemporâneo (no sentido que Oliveira Martins dava a esta expressão) coevo de Gonçalo, ou seja, o país constitucional, liberal, abúlico, decaído do último quartel do século XIX.”<sup>174</sup>

<sup>172</sup> Carlos Reis, *Estudos Queirosianos – Ensaios sobre Eça de Queirós e a sua obra*, Lisboa, Editorial Presença, 1999, p. 162.

<sup>173</sup> A. Campos Matos (org. e coord.), “A *Ilustre Casa de Ramires*” *Dicionário de Eça de Queirós*, Lisboa, Ed. Caminho, 1988, p. 336.

<sup>174</sup> João Medina, *Eça Político*, Lisboa, Seara Nova, 1974, p. 93.

Trazemos a este texto a interpretação de Campos Matos pela forma excepcional como resume a obra e os propósitos que a mesma encerra.

Publicado no ano da morte do seu autor, *A Ilustre Casa de Ramires* faz o relato da vida de um aristocrata de linhagem anterior à nacionalidade, autor de uma novela histórica sobre antepassados seus do século XIII, que se insere na narrativa do romance. Personagem rico de contradições, leviandades, covardias, actos de bravura e de generosidade, a falta de dinheiro leva-o a ser deputado, depois de uma série de episódios que nos dão a imagem do Portugal político de então. Ainda insatisfeito, Gonçalo Mendes Ramires decide abalar para África. Aí enriquece com empreendimentos agrícolas que não soube desenvolver no seu próprio país. A circunstância de Eça não ter revisto os últimos capítulos desta obra tornam de certo modo aleatórias algumas conclusões que se têm tirado do seu desfecho. Se a vida de Gonçalo Mendes Ramires denuncia a decadência da classe aristocrática portuguesa do século XIX, parece ficar nítida a ideia de que das suas tradicionais virtudes algo haverá ainda a esperar.<sup>175</sup> (sublinhados nossos).

As palavras sublinhadas são para nós como a chave do romance. Trata-se o percurso de vida e um aristocrata que se dedica à escrita de uma novela. Para o fazer tem de recorrer à História de Portugal. Os adjectivos com que é descrito podem transpor-se para o próprio país: um país que se caracteriza pelas contradições, leviandades, covardias, mas, simultaneamente, capaz de actos de bravura e generosidade. África surge então como a salvação deste herói, uma hipótese também válida para o próprio país. A classe social à qual Gonçalo pertence encontra-se em decadência, mas ainda há algo a esperar da mesma. A sua regeneração é possível.

*A Ilustre Casa de Ramires* constitui um romance pertencente à fase da suposta “reconciliação” do romancista com as chamadas “tradições portuguesas”. Contudo, prossegue a sua linha de acção literária, não abandonando a intenção crítica. Na obra denuncia-se a decadência dos fidalgos de Portugal, representados, inicialmente, na figura patética de Gonçalo Mendes Ramires que, redige uma história para publicar nos *Anais de Literatura e História*, de forma a resgatar as façanhas dos seus antepassados apenas com a imaginação, com base num poema ufanista e romântico.

Ao escrever a novela, o seu propósito é apenas um: ascender socialmente, sair da província e ser deputado em Lisboa. Porém, à medida que contacta mais de perto com as atitudes heróicas dos seus familiares passados, passa a sentir-se pouco digno de ser o último representante de tão bravia e nobre gente,

---

<sup>175</sup> A. Campos Matos, *Sobre Eça de Queirós*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, p. 335.

consciencializando-se da sua covarde personalidade e das suas limitadas ambições. Este confronto Ramires passado / Ramires presente reflecte um outro mais amplo: Portugal passado / Portugal presente. É necessário conhecer a História e tomar como exemplo os heróis do passado para acreditar na restauração do país.

Surgirá, mais adiante, o Ramires futuro, bem sucedido, após o regresso do exílio, após o empenho colocado no trabalho, na produtividade. É esta a via a seguir também para o povo português.

Os doze capítulos do romance são narrados em terceira pessoa. Gonçalo é instigado pelo seu antigo camarada em Coimbra, José Castanheiro (dos tempos do cenáculo patriótico), o *patriota*, a empreender uma novela histórica sobre os históricos e ilustres Ramires: “Gonçalo Mendes Ramires (como confessava este severo genealogista, o morgado de Cidadelhe), era certamente o mais genuíno e antigo fidalgo de Portugal. Raras famílias, mesmo coevas, poderiam traçar a sua ascendência, por linha varonil e sempre pura [...]”<sup>176</sup>

Atentamos no epíteto dado ao Castanheiro “patriota” e ao tratamento dado à personagem. José Lúcio Castanheiro é funcionário no Ministério da Fazenda, um bacharel. É um fanático da “ressurreição do sentimento português”. Trabalhava numa revista quinzenal intitulada *Os Anais da Literatura e da História*, onde será publicada a novela de Gonçalo. A alcunha que lhe foi atribuída deve-se ao facto dele ser a personificação do patriota sentimentalista.

### **a) Gonçalo Mendes Ramires – o protagonista**

Figura principal do romance *A Ilustre Casa de Ramires*, conhecido como «Fidalgo da Torre»; descendente de uma família do Douro anterior ao reino de Portugal; proprietário rural empobrecido, vivendo de uma «escassa renda de duas quintas»; formara-se em Coimbra, onde já havia publicado uma novela histórica, baseada nos arquivos históricos da sua casa; seu pai fora nomeado governador civil de Oliveira. O avô, Damião Ramires, desembarcara com D. Pedro no Mindelo.

---

<sup>176</sup> Eça de Queirós, *A Ilustre Casa de Ramires*, Lisboa, Editorial Presença, 2004, p. 9.

Encorajado por um amigo dos tempos de Coimbra, o Castanheiro, Gonçalo decide-se a escrever *A Torre de D. Ramires*, novela onde pretende reconstruir a vida dos seus antepassados e restaurar o sentimento de amor a Portugal. Ao mesmo tempo, pretende adquirir notoriedade e importância pública.

Porém, enquanto os antepassados descritos são fortes, heróicos, decididos, Gonçalo (comparado ao próprio Portugal) é um hesitante e um fraco, com a consciência das suas limitações, o que muito o atormenta. Esta debilidade de carácter sobressai por diversas vezes na obra, por oposição à bravura e força dos antigos Ramires, dada a conhecer ao leitor pela pena do próprio protagonista.

A morte do deputado por Vila Clara, Sanches Lucena, desperta-lhe a vontade de ser deputado. Para concretizar esse novo projecto, terá de se reconciliar com o seu eterno rival André Cavaleiro, um fidalgo galã, governador civil, que detesta e de quem costuma dizer mal publicamente, devido ao facto de ter abandonado a sua irmã, com quem manteve uma intensa relação amorosa.

Achado o pretexto necessário para se aproximar do Cavaleiro, consegue o almejado lugar de deputado. Contudo, à medida que efectua a aproximação com o Cavaleiro reacende sentimentos passados em sua irmã, agora casada com o bom Barrolo. Gonçalo recebe, anonimamente, uma carta que denuncia o reatar da relação adúltera, acusando-se, assim, o manchar da honra dos Ramires. Acabaria ele próprio por surpreender a irmã nos braços do cavaleiro. Este acontecimento fá-lo arrepender-se da sua torpe ambição, custando-lhe a perda da honra de sua irmã e, conseqüentemente, a da família.

Surgirá, mais tarde, a oportunidade de fazer face às suas dificuldades financeiras, contraindo casamento com uma viúva rica que 'simpatiza' com ele. No entanto, um aviso do seu amigo Titó, impede-o de cometer tal "engano", pois colocaria em causa o prestígio do seu nome e a nobreza da família.

O acontecimento que transformará, por inteiro, a sua vida, ocorre num caminho próximo das suas propriedades, onde enfrenta, com valentia, um estranho que o vinha desafiava há tempos, provocando-lhe sentimentos agustiantes. Inicialmente, temia-o. Porém, acabaria por enfrentá-lo com bravura e ultrapassar o medo

inibidor da sua nobreza de carácter. Este episódio confere-lhe maior confiança em si, sentindo-se, por fim, um Ramires:

Dentro do espírito e das expressões do seu século era, pois, um bom Ramires – um Ramires de nobres energias, não façanhudas, mas intelectuais, como competia numa idade de intelectual descanso. E os jornais que tanto motejam a decadência dos fidalgos de Portugal, deveriam em justiça afirmar (e ele o lembraria ao castanheiro!): –"Eis aí um, e o maior que, com as formas e os modos do seu tempo, continua a sua raça!"<sup>177</sup>

Consegue, finalmente, terminar a sua novela, publicada nos *Anais de Literatura e de História*. A vida de conhecido deputado, em Lisboa, revela-se-lhe pouco estimulante e Gonçalo acaba por querer partir para África, com o seu criado Bento, concretizando, assim, o que já antevira num sonho e que já havia confessado a sua irmã.

Quatro anos depois, plantados coqueiros, cacaos e borracha, Gonçalo regressa a Portugal, já abastado. Supõe-se que acaba os seus dias com uma Rosinha, de dote bem recheado.

O seu regresso provoca nos amigos grande entusiasmo e contentamento, não deixando estes de comentar o seu temperamento. Titó considera-o leviano e incoerente; o padre Loureiro ressalta a sua bondade; João Gouveia apresenta por suas palavras a grande conclusão do romance – Gonçalo é Portugal devido a três características muito particulares: a franqueza, a doçura e a bondade:

- Pois eu tenho estudado muito o nono amigo Gonçalo Mondes. E sabem vocês, sabe o senhor Padre Soeiro quem ele me lembra?

Quem?

- Talvez se riam. Mas eu sustento a semelhança. Aquele todo de Gonçalo, a franqueza, a doçura, a bondade, a imensa bondade, que notou o senhor Padre Soeiro... Os fogachos e entusiasmos, que acabam logo em fumo, e juntamente muita persistência, muito aferro quando se fila à sua idéia. A generosidade, o desleixo, a constante trapalhada nos negócios, sentimentos de muita honra, uns escrúpulos quase pueris, não verdade? ... A imaginação que o leva sempre a exagerar até mentira, e ao mesmo tempo um espírito prático, sempre alento à realidade útil. A viveza, a facilidade em compreender, em apanhar... A esperança constante nalgum milagre, no velho milagre de Ourique, que sanará todas as dificuldades... A vaidade, o gosto de se arrebricar, de luzir, e uma simplicidade tão grande, que dá na rua o braço a um mendigo... Um fundo de melancolia, apesar de tão pairador, tão sociável. A desconfiança terrível de si mesmo que o acobarda, o encolhe, até que um dia se decide, e aparece um herói, que tudo arrasa... Até aquela antiguidade de raça, aqui pegada à sua velha torre, há mil anos... Até agora aquele arranque para a África ... Assim todo completo, com o bem, com o mal, sabem vocês quem ele me lembra?

Quem?

Portugal.<sup>178</sup>

<sup>177</sup> Eça de Queirós, *A Ilustre Casa de Ramires*, Lisboa, Editorial Presença, 2004, p. 113.

<sup>178</sup> *Idem ibidem*, p. 293-294.

Ao mesmo tempo, define-se quer pela inércia psíquica e incapacidade de optar por um projecto interessante, quer pela vontade de empreender e e pela persistente luta pelos seus intentos. Ramires ora é bom, generoso e humano, ora cobarde, acomodaticio e torpe.

*A Ilustre Casa de Ramires* é um romance que, apesar de surgir em 'fim de carreira' perpetua a dicção realista do seu autor que nela sintetiza as fraquezas e as grandezas de Portugal, fazendo do seu destino uma alegoria do que lhe parecia ser a única saída para os impasses e contradições de um país outrora tão poderoso (Idade Média, Renascimento) e hoje (finais século XIX) tão decadente.

Na trajectória pessoal de Gonçalo, encontramos uma interpretação corajosa da alma portuguesa contemporânea de Eça. Gonçalo simboliza Portugal em todos os seus traços de personalidade: covardia, aspiração a um futuro glorioso, crises de consciência. É Portugal indeciso perante o seu presente e seu futuro.

Desta forma, o destino de Gonçalo traduz muito do que Eça (na última fase de produção literária) acreditava ser o caminho viável para o país: a retoma das tradições e do ilustre passado, ou das ilustres atitudes do passado português (a veia colonialista e expansionista da nação que fizeram do país um dos maiores impérios do mundo).

Recorde-se que o navio que leva Gonçalo para África chama-se Portugal. São ambos que partem para África e de lá o regresso faz-se acompanhado de fortuna e grandeza, uma grandeza que Gonçalo recupera antes da partida para África, após a vitória sobre o valentão de Nacejas:

*Os Ramires doutras eras  
venciam com grandes lanças,  
este vence com um chicote,  
vede que estranhas mudanças!  
É que os Ramires famosos,  
da passada geração,  
tinham a força nas armas  
e este a tem no coração!*<sup>179</sup>

---

<sup>179</sup> Eça de Queirós, *A Ilustre Casa de Ramires*, Lisboa, Editorial Presença, 2004, p. 251.

África é, precisamente, o lugar que origina os acontecimentos do Ultimato Inglês, onde se dá humilhação da perda de territórios, e onde ainda se acredita na germinação de algo, algo que pode constituir um contributo valioso para a regeneração do poder pátrio. O Ultimato está ligado ao avanço imperialista e ao neocolonialismo das grandes nações da segunda metade do século XIX, perante as quais Portugal se sente impotente e destituído de estrutura económica que lhe permitisse competir em pé de igualdade com os congéneres europeus: “Em todo o romance, a África é representada como um lugar de **acumulação**, ou seja, uma imagem, uma metáfora, um termo de comparação onde se acumulam as relações de amor e ódio, de perda e de lucro do português com a sua pátria.”<sup>180</sup>

E é o próprio Gonçalo que faz um brado à nação para que esta “[...] despertasse, lhe arrastasse as energias para essa África portentosa, onde cumpria, como glória suprema e suprema riqueza, edificar de costa a costa um Portugal maior [...]”<sup>181</sup>

Eis a missão d’*A Ilustre Casa de Ramires*: a compensação simbólica de uma derrota histórica. Gonçalo tem de ir até África resgatá-la para Portugal, nem que seja apenas no imaginário português: “A África de *A Ilustre Casa de Ramires* não constitui um libelo pró-colonialista apresentando-se, antes, como um espaço mítico obtido pelo rito da travessia [...]”<sup>182</sup>

Eça, após a violenta e devastadora crítica dos romances da sua segunda fase, nos quais não de cansou de fustigar a mediocridade da pátria, parece dedicar-se agora a tentar descobrir um caminho possível para a nação. Assim, a sua crítica torna-se mais branda e construtiva, motivada pelo desejo de compreender o destino português e de descobrir o caminho possível para a nação.

Nesta última fase, o autor aproxima-se, lentamente, do universo rural, agrário e aristocrático que marca o passado português. Ao lado do seu espírito crítico, que

---

<sup>180</sup> Jorge Fernando da Silveira, “A Casa Portuguesa, uma forma de escrever Portugal: *A Ilustre Casa de Ramires*”, in *150 Anos com Eça de Queirós, Anais do II Encontro Internacional de Queirosianos*, S. Paulo, 1997, Centro de Estudos Portugueses (org. e ed. Elza Miné e B. Justo Cariato), p. 270.

<sup>181</sup> Eça de Queirós, *A Ilustre Casa de Ramires*, Lisboa, Editorial Presença, 2004, p. 134.

<sup>182</sup> Maria Teresa Pinto Coelho, *A Ilustre Casa de Ramires e a questão africana*, in *150 Anos com Eça de Queirós, Anais do II Encontro Internacional de Queirosianos*, S. Paulo, 1997, Centro de Estudos Portugueses (org. e ed. Elza Miné e B. Justo Cariato), p. 417.

nunca o abandonou, surge uma idealização do passado português e das suas origens, que, por sua vez, poderão servir de impulso para um futuro mais glorioso.

Passado e presente, glória de decadência, grandeza e fragilidade imbricam-se de tal forma que reflectem o próprio ser lusitano, constituindo as contradições que marcavam o século XIX português. Se a saída encontrada para o destino da personagem nos parecer utópica, não deixa, no entanto, de ser uma aspiração da alma lusitana.

Romance de formação medieval, eleva-se à condição de uma alegoria do destino português, aparentemente, condenado à reconciliação com o passado colonial da nação. A divergência entre o espírito crítico de segunda fase e a conservadora ideologia dos romances da terceira fase marcam os impasses de toda uma geração empenhada na transformação do país.

Sendo perceptível o tom satírico e irónico que envolve a escrita da novela de Gonçalo, este é abandonado à medida que o narrador adere ao destino épico da personagem. O que começara como uma mesquinha necessidade de projecção social e política termina como uma espécie de hino à nação e ao seu passado glorioso que parece espelhar um futuro também promissor.

A idealização do passado, o elogio da aristocracia, a defesa do neocolonialismo, a adesão à função regeneradora da nobreza são variantes da crença messiânica do *Sebastianismo*, isto é, a crença no retorno do herói aliado ao renascimento da glória de Portugal. Em *A Cidade e as Serras* acontece, igualmente, o retorno do herói à terra lusa. O próprio Jacinto ganha nas serras o nome de "D. Sebastião dos pobres". Ramires é símbolo vivo dos descaminhos de Portugal e o romance constitui uma síntese das oscilações queirosianas, fruto sincero do desejo de compreensão do destino português e das possibilidades de superação da decadência da pátria, atitude característica da geração de Eça de Queirós. Como refere António José Saraiva:

Tudo neste livro é construído em ordem a exprimir simbolicamente uma certa ideia da Pátria [...] em cada momento decisivo e típico da história de Portugal se encontra um Ramires." E tenta explicar o porquê da surpreendente partida de Gonçalo para África: "[...] o motivo que faz embarcar Ramires é quase inconfessável para o romancista: é que Ramires não tem personalidade própria; obedece a um

esquema preconcebido, é um personagem simbólico, quase alegórico, representa a Pátria - e, como representa a Pátria, embarca para África.<sup>183</sup>

### **3.3.3 A Cidade e as Serras**

*A Cidade e as Serras* mostra também uma tendência de dar conta, enciclopedicamente de toda uma gama de temas e questões importantes do ambiente cultural do século XIX e, mais concretamente, do «fim-de-século».<sup>184</sup>

É um romance denso, belo, ao longo do qual Eça de Queirós ironiza os males da civilização e tece elogios aos valores da natureza. Em nosso entender, trata-se de uma obra das mais significativas de Eça de Queirós, na qual relata a travessia de Jacinto de Tormes - um ferrenho adepto do progresso e da civilização - da cidade para as serras. Sucede na narrativa a troca o mundo civilizado, repleto de comodidades provenientes do progresso tecnológico, pelo mundo natural, selvagem, primitivo e pouco confortável, no sentido dos bens que caracterizam a vida urbana moderna, mas onde encontra bens espirituais que na cidade lhe foram sempre desconhecidos.

*A Cidade e as Serras* preconiza ainda uma relação entre as elites e as classes subalternas na qual aquelas promovessem estas socialmente, como faz Jacinto ao reformar sua propriedade no campo e melhorar as condições vida dos trabalhadores. Por meio do personagem central, Jacinto de Tormes, que representa a elite portuguesa, critica-se o estilo de vida afrancesado e desprovido de autenticidade, que enaltece o progresso urbano e industrial e se desenraíza do solo e da cultura do país. Na obra, a apologia da natureza não pode ser confundida com o elogio da mesmice e da mediocridade da vida campestre de Portugal. Ao contrário, trata-se de agigantar o espírito lusitano no seu carácter activo e trabalhador. Assim, podemos afirmar que depois da tese (a hipervalorização da civilização) e da antítese (a subvalorização da natureza), o protagonista busca a síntese, ou seja, o equilíbrio que vem da racionalização e da modernização da vida no campo. Quando se desloca para a serra, Jacinto sente um irresistível ímpeto empreendedor, que luta inclusive contra todas as adversidades que vão surgindo.

Em síntese, Jacinto de Tormes, ao buscar a felicidade, empreendeu uma viagem que o reencontrou consigo mesmo e com o seu país. Tal viagem, que

<sup>183</sup> António José Saraiva, *As Ideias de Eça de Queirós*, Lisboa, Gradiva, 2000, p. 49.

<sup>184</sup> Frank Sousa, "Da Errância como atitude estética do último Eça", in *Escrita Vária*, Sintra, Cadernos de Estudos Arquivísticos, Históricos e Documentais, 1997, p. 247.

concomitantemente é exterior e interior, abarca a pátria portuguesa e se reveste de uma significação particular que pode ser lida como um processo de auto-conhecimento: um novo Portugal e um novo português percebem nas serras que da cidade só utilizam o necessário para se civilizarem sem se corromperem. O espaço da ruralidade é por excelência o espaço da autenticidade, como já referimos anteriormente, atitude necessária ao renascimento da alma 'jacíntica' de Portugal, isto é, abdicar da sua ilusão francesa, buscar as raízes, aceitar as mesmas e procurar empreender em prol do desenvolvimento pessoal, moral, económico não apenas pessoal, mas colectivo.

Podemos considerar *A Cidade e as Serras* um romance no qual se destaca a categoria espaço, na medida em que os ambientes são fundamentais para a compreensão da história. Assim, a amplidão da quinta de Tormes contrasta com a estreiteza do universo tecnológico do 202, o que aponta para a oposição entre o espaço civilizado e o espaço natural, presente em todo o romance.

Existem alguns pontos em comum com a obra anteriormente abordada, nomeadamente, o recurso à história como forma de valorizar os protagonistas das mesmas:

[...] que exista em *A Cidade e as Serras* uma busca das origens nacionais. Provam-no as referências às origens medievais nacionais (os antepassados de Jacinto bateram «o mouro no Salado» e «castelhano em Valverde» e até proto nacionais [...]) Mais do que valorizar essas origens, o regresso a Portugal, porém, é um regresso às matrizes da cultura nacional, contida nas alusões à *Crónica de D. João I* e aos *Lusíadas*.<sup>185</sup>

Quanto a nós, nesta última afirmação resume-se o sentido patriótico de Eça de Queirós: o regresso às matrizes da cultura nacional é o regresso necessário a Portugal para ser glorioso. Vejamos como sucede o regresso à cultura nacional nesta obra.

A primeira edição deste romance data de 1901, germinado antes no conto "Civilização". Ramalho Ortigão foi responsável pela revisão do manuscrito na parte que Eça não pôde concluir, por esse motivo: "os estudos de interpretação crítica desta obra não têm cessado de enriquecer o seu conteúdo, menos simplista do que

---

<sup>185</sup> Frank Sousa, "Da Errância como atitude estética do último Eça", in *Escrita Vária*, Sintra, Cadernos de Estudos Arquivísticos, Históricos e Documentais, 1997, p. 249.

inicialmente penderam a crer aqueles que nela viam apenas sintomas da «nacionalização» de Eça e o seu regresso a valores mais tradicionais e conformistas.<sup>186</sup>

Para Campos Matos, o romance resulta de factores tão diversos como o regresso a um tema anteriormente explorado: os efeitos que a paisagem do Douro tinha sobre o seu espírito, de algum cansaço de Paris e do excesso de civilização que a mesma impunha, a crença na acção purificadora e retemperadora do campo:

Correspondendo à fase final da produção queirosiana, resultou do que Eça considerava ser a sua «fatal tendência para refazer livros velhos» (carta de 20-7-1883). Resultou também das vivas impressões que lhe deixaram a descoberta da Quinta de Santa Cruz do Douro, que a mulher herdara (carta de 28-5-1892) e que ele irá transformar no Éden apaziguador de «Tormes», quando a sua saúde reclamava uma atmosfera mais soalheira e mais pura que a de Paris, ou seja, o regresso à Pátria, sonho irrealizável que, desde logo, a sua situação financeira não permitia. Da Paris dos seus últimos anos de vida, que retratou no final da novela, diz ele assim, em carta para a Condessa de Sabugosa (14-1-1897): «Agora está muito grosseira de aspectos, de modos e de ideias – e completamente negra! Dizem os entendidos que é por causa do imenso número de fábricas – e porque Paris se vai tornando uma cidade cada dia menos intelectual e mais fabril. Não sei – o que é certo é a sua grosseira e o seu melancólico negrume. Até exteriormente perdeu toda a graça e elegância.<sup>187</sup>

“Só um romance criado como um poema dramático, criando a experiência humana individual que comunica [...] pode fazer a crítica, a história e a interpretação duma civilização – a partir de indivíduos livres e vivos que saibam cortar, imaginativamente cortar, com a civilização em que se perdem e os deturpa.”<sup>188</sup>

### **a) Jacinto de Tormes – o protagonista**

Personagem central d' *A Cidade e as Serras*. Nasce em Paris, no 202 dos Campos Elísios. Seu avô, Jacinto Galeão, miguelista fanático, emigrara para Paris em virtude do desterro de D. Miguel. Jacinto herda a vastíssima herança do avô e tem a “velha força dos Jacintos rurais”<sup>189</sup>. Jacinto de Tormes é filho duma família de fidalgos portugueses, mas nascido e criado em Paris. Cerca-se de artefactos da civilização e de tudo o que a ciência produz de mais moderno. Entretanto, o excesso de ócio e conforto entedia-o a ponto de fazê-lo perder o apetite, a sede, a robustez física e a disposição intelectual da juventude. Levado pelas circunstâncias a conhecer suas

<sup>186</sup> Campos Matos (org. e cord.), “*A Cidade e as Serras*”, in *Dicionário de Eça de Queirós*, Lisboa, Ed. Caminho, 1988, p. 147.

<sup>187</sup> A. Campos Matos, “*A Cidade e as Serras*”, in *Dicionário de Eça de Queirós*, Ed. Caminho, 1988, p. 148.

<sup>188</sup> Álvaro Pina, “Eça de Queirós e o romance como poema dramático: *A Cidade e as Serras*”, in *Eça e os Maias – Actas do 1º Encontro Internacional de Queirosianos*, Porto, Asa, 1990, p. 220.

<sup>189</sup> Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, Lisboa, Livros do Brasil, p. 22.

propriedades nas serras portuguesas, apaixonou-se pelo campo, introduzindo no mesmo algumas inovações. Mesmo em contacto com a natureza, Jacinto não abandona alguns de seus hábitos urbanos. Desenha futuras hortas, planeja bibliotecas na quinta, traz banheiras e vidros desconhecidos dos habitantes do lugar. Por fim, manda instalar uma linha telefónica nas serras. Traz o progresso às serras portuguesas.

Representa não apenas uma crítica do escritor aos excessos civilizacionais, mas também a utopia de um novo Portugal, uma nova pátria, capaz de modernizar-se, sem perder as tradições e as particularidades nacionais. Ganhará o epíteto de “D. Sebastião dos pobres”.

A trajectória percorrida pelo protagonista Jacinto de Tormes deve-se em grande parte, às insistências de José Fernandes, que, ao mesmo tempo, é contador da história e um dos personagens principais. Através deste narrador onisciente<sup>190</sup>, conhecemos todos os pormenores que dizem respeito à vida deste aristocrata cidadão.

Jacinto da cidade possuía uma ideia sobre a qual assentava a sua filosofia de vida: “O homem só é superiormente feliz quando é superiormente civilizado”. No 202, Jacinto vivia rodeado de todos os inventos que facilitavam a gestão do seu palácio e dos 70 000 volumes da sua biblioteca. Nascido na grande cidade, usufruía de todas as comodidades que esta lhe oferecia e adorava-a. Por outro lado, a Natureza representava para Jacinto um mundo estranho e hostil, que repudiava.

O amigo, sete anos de ausência devida a uma estadia no seu Douro natal, encontra Jacinto modificado: corcovava, tinha rugas na testa, falta de apetite, encarando tudo como uma “maçada” e “seca”. Desencantara-se da cidade, que agora lhe agredia a alma com a sua multidão: “[...] declarou que hoje a única emoção,

---

<sup>190</sup> Este narrador que assiste ao culto do progresso no 202, dos campos Elísios, é o mesmo que, constantemente, nos transporta para Guiães, sua terra Natal, no alto Douro, limitando, assim, o entusiasmo que as suas descrições do conteúdo do 202 nos poderiam provocar: “Deitando uma acha ao lume, pensei como devia estar boa a sopa dourada da tia Vicência. Há quantos anos não a provava, nem o leitão assado, nem o arroz de forno [...] E, por entre as bambinelas de sarja, passou um ar fino e forte e cheiroso de serra e de pinheiral” O narrador faz questão, neste e em muitos outros momentos da narrativa, de trazer ao 202 o cheiro da serra. Esta atitude tem propósitos muito definidos: estabelecer o contraponto com o cenário que presenciamos e preparar o leitor para o por vir. *in Eça de Queirós, A Cidade e as Serras*, Lisboa, Livros do Brasil, p. 22.

verdadeiramente fina, seria aniquilar a Civilização. [...] Todo o prazer que se extraía de *criar* estava esgotado. Só restava, agora, o divino prazer de *destruir!*"<sup>191</sup>  
O narrador elabora o retrato do Jacinto em plena decadência: "pobre Príncipe da Grã-Ventura, tombado para o sofá de inércia, com os pés no regaço do pedicuro! Em que lodoso fastio caíra, depois de renovar tão brava mente todo o recheio mecânico e erudito do 202, na sua luta contra a força e a matéria!

Preocupado, Zé Fernandes consulta o criado Grilo sobre o que está a suceder com Jacinto. O homem responde com tamanho conhecimento de causa que espantou o narrador. Uma simples palavra poderia definir todo o tédio de que era acometido: o patrão sofria de "fartura": "era fartura! O meu Príncipe sentia abafadamente a fartura de Paris; - e na Cidade, na simbólica Cidade, fora de cuja vida culta e forte (como ele outrora gritava, iluminado) o homem do século XIX nunca poderia saborear plenamente a «delícia de viver»".<sup>192</sup>

A confiança nos produtos da cidade será abalada quando se constata a inutilidade destes. Depois de uma visita a Montmartre, e após a proclamação do discurso da cidade, Zé Fernandes pretende destronar a cidade e leva Jacinto a concordar que a cidade «É talvez uma ilusão perversa.»<sup>193</sup>, ganhando horror à mesma.

Uma outra acção de Zé Fernandes sobre Jacinto é o despertar da sua consciência social, levando-o a ver a miséria dos pobres que deambulam pela cidade. A reviravolta na intriga acontece quando surge uma carta do procurador Silvério, a comunicar o sucedido com as ossadas dos antepassados de Jacinto, em virtude de uma tormenta. O protagonista será obrigado a viajar ao interior das serras portuguesas e, conseqüentemente, a conhecer uma nova realidade.

Devido a um erro geográfico, todos os seus pertences, que fizera questão de empacotar e fazer acompanhar nesta deslocação, são encaminhados para Espanha, onde permanecerão durante um ano.

---

<sup>191</sup> Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, Lisboa, Livros do Brasil, p. 65.

<sup>192</sup> Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, Lisboa, Livros do Brasil, p. 81.

<sup>193</sup> *Idem, ibidem*, p. 88.

Sem todos aqueles objectos que considerava como essenciais à sua sobrevivência, Jacinto confronta-se com o meio natural e quase primitivo de Tormes. Passada uma primeira atitude de desapontamento e frustração, a força da Natureza se apodera de Jacinto que acaba por, naquelas serras, se reconciliar com a vida, com a simplicidade das coisas. Não mais sente o tédio de viver, recupera o apetite, deixa de corcovar, consegue encontrar, por fim, uma ocupação para o seu espírito, reconstruindo a casa e as terras de Tormes.

A ideia de vida jacíntica passa agora pelo elogio da natureza. Nesta natureza também descobre os seus pontos negros, constatando a miséria dos trabalhadores rurais. Mas, Jacinto não fica indiferente a estes e tudo faz para lhes melhorar as condições de vida. Pelo altruísmo manifestado, ganha o epíteto de “pai dos pobres”, de “D. Sebastião”. Para aquele povo, Jacinto era D. Sebastião que voltara para ressuscitar Portugal. Jacinto fixa-se, definitivamente, nas serras pelo casamento com Joaninha. Mais tarde, os filhos nascidos desta união perpetuam o nome de Jacinto nas serras portuguesas.

Para João Medina, D. Jacinto é Ulisses que recupera o equilíbrio, o prazer de viver, o riso, a saúde e a felicidade quando repudia as seduções do Exílio para tornar ao seu reino. Depois de muitos anos passados nessa França que representa a Civilização, o regresso ao bom e velho Portugal rural e lento traz-lhe a paz das serras e a doçura de um povo que ignora ainda certos frutos envenenados do progresso, da Ciência e da Técnica.

Em síntese, a regeneração de Jacinto dá-se no reencontro com as Serras<sup>194</sup>, experiência decisiva de regresso às origens, no regresso ao que hoje chamamos “Portugal profundo”. Nele desdobra-se uma natureza aparentemente pura, mas não isenta de sofrimento. Contudo, é nos costumes e coisas singelas, como a simplicidade dos alimentos, que Jacinto é reconduzido à alegria de viver e ao riso.

---

<sup>194</sup> Atente-se na descrição romântica de um cenário idílico aquando da chegada de Jacinto a Tormes: Acordei envolto num largo e doce silêncio. Era uma estação muito sossegada, muito varrida, com rosinhas brancas trepando pelas paredes – e o outras rosas em moitas, num jardim, onde um tanquezinho abafado de limos dormia sob duas mimosas em flor que rescendiam. Um moço pálido, de paletó cor de mel, vergando a bengalinha contra o chão, contemplava pensativamente o comboio. Agachada rente à grade da horta, uma velha, diante de sua cesta de ovos, contava moedas de cobre no regaço. Sobre o telhado secavam abóboras. Por cima rebrilhava o profundo, rico e macio azul de que meus olhos andavam aguados.” *In* Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, Lisboa, Livros do Brasil, p. 129.

Eça faz Jacinto encontrar a sua Penélope na pessoa da fresca serrana Joaninha, cuja união com aquele supercivilizado parisiense reconvertido às delícias rústicas representa, assim, a reconciliação do próprio Eça com uma Pátria que perdera em infindáveis viagens desde o dia em que [...] partira para a sua própria Odisseia [...] a impressão dum saudosismo que mergulha indirectamente as suas raízes no sebastianismo e que, a seu modo, constitui o documento psicológico e ideológico duma crítica da França e a expressão dum reaportuguesamento.<sup>195</sup>

A conversão de Jacinto não implica a recusa total da civilização, mas a busca do equilíbrio e da “Grã Ventura”: o casamento e a paternidade, descobrindo a fecundidade que na cidade parecia condenada:

[...] Jacinto já não corcovava! Sobre a sua arrefecida palidez de supercivilizado, o ar montesino, ou vida mais verdadeira, espalhava um rubor trigueiro e quente de sangue renovado que o virilizava soberbamente. Dos olhos, que na Cidade andavam sempre tão crepusculares e desviados do Mundo, saltava agora um brilho de meio-dia, resoluto e largo, contente em se embeber na beleza das coisas [...] E quase me assustava, por eu ter de aprender e penetrar, neste novo Príncipe, os modos e as ideias novas.<sup>196</sup>

Grilo resume, novamente, de forma lapidar, o estádio final da mudança do amo “- Sua Excelência brotou! Jacinto já não é Jacinto e ponto final”.<sup>197</sup>

*A Cidade e as Serras*, em nosso entender, representa o encantamento sentido pelo seu autor face a uma paisagem que lhe despertou, desde sempre, uma certa vontade de nela se deixar integrar (“Com que brilho e inspiração copiosa a compusera o Divino Artista que faz as serras, e que tanto as cuidou, e tão ricamente as dotou, neste seu Portugal bem-amado!<sup>198</sup>), apesar de todos os constrangimentos que lhe impunha (as más condições da casa de Vila Nova do Douro, o atraso das serranias portuguesas, a incerteza em mudar-se definitivamente para Portugal). Transporta, então, para a personagem Jacinto essa vontade sem deixar cair o tom crítico e irónico da sua escrita de forma a dar continuidade ao seu retrato da sociedade portuguesa sua contemporânea. Modificara-se, no entanto, o seu propósito: ao invés de fustigar a sociedade e a própria pátria, elabora uma tentativa de reabilitação da mesma sugerindo caminhos e comportamentos a adoptar, sugerindo a mudança por meio do despertar das consciências: “- Acorda homem, que estás na tua terra! [...] Então é Portugal, hem? ... Cheira bem.”<sup>199</sup>

<sup>195</sup> João Medina, *Eça Político*, Lisboa, Seara Nova, 1974, p. 158.

<sup>196</sup> Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, Lisboa, Livros do Brasil, p. 154 – 155.

<sup>197</sup> *Idem, ibidem*, p. 231.

<sup>198</sup> *Idem, ibidem*, p. 135.

<sup>199</sup> *Idem, ibidem*, p. 129.

Para Carlos Reis, existe uma grande ironia no facto da morte do escritor lhe ter interrompido a escrita deste romance, pois é como se o sofisticado Eça tivesse feito, através do “snobíssimo” Jacinto o seu próprio regresso simbólico e eterno à “choldra” como chamava a Portugal (a expressão, usada por Eça n’*Os Maias*, refere-se à mania portuguesa de importar tudo o que é estrangeiro). Ainda no que respeita à presente obra, considera que a sua poderosa veia satírica não matou a funda amizade que nutria pela pátria que, apesar de “indigente”, “inapta” continuava a mostrar possuir candura. Porém, apesar pelo seu latente apetite pelo romance histórico, a sua atitude humorística permanente permitiu-lhe fugir da tentação sentimental na escrita desta obra de moralidade aparentemente simples.

Por fim, José Fernandes sintetiza o propósito da obra: “Então, compreendi que, verdadeiramente, na alma de Jacinto se estabelecera o equilíbrio da vida, e com ele a Grã Ventura, de que tanto fora o Príncipe sem Principado.”<sup>200</sup>

Em síntese, os romances finais queirosianos apresentam um Eça em Paris, um pouco cansado, mais recatado, mais dedicado à vida familiar. Um Eça finissecular “que tem todas as razões pessoais, psicológicas, etc. para reverter a dinâmica de uma certa Modernidade.”<sup>201</sup>

Trata-se do Eça do fradiquismo, onde utiliza um *alter-ego* para as suas afirmações mais ousadas, através do qual crítica a civilização e o progresso. Trata-se, também, de um Eça com o trauma da perfeição. Enfim, o Eça dedicado à reflexão sobre a história, a história medieval e as origens da nacionalidade:

A reflexão sobre a história não é mais do que uma forma de reequacionar um valor fundamental, curiosamente, quase diria ironicamente, de origem romântica, que era o valor da autenticidade, quase a procura das raízes, a procura, no fundo, de alguma coisa que, desde o tempo do romantismo pelo menos, e particularmente desde o tempo de Garrett, tinha sido uma preocupação muito grande do nosso imaginário cultural no sentido da identidade. Assim, não se estranha que aqueles que são dois testemunhos mais representativos de reflexão autobiográfica queirosiana (*A Cidade e as Serras* e *A Ilustre Casa de Ramires*) sejam testemunhos em que há alguma coisa de revisão de valores, de confirmação de alguma desilusão relativamente a euforias, a entusiasmos, a ilusões, que muito tinham que ver com o sentido de uma modernidade de alguma forma esgotada, ou pelo menos, de certa forma falsificada.<sup>202</sup>

---

<sup>200</sup> Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, Lisboa, Livros do Brasil, p. 231.

<sup>201</sup> Carlos Reis, in, *Actas do 1º e 2º Encontros em Tormes sobre a Modernidade e Ruralidade*, Ed. Fundação Eça de Queirós, 1999, p. 29.

<sup>202</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 30-31.

O reencontro com Tormes deixou marcas no escritor que as perpetuou nas suas obras:

A quinta que sua mulher recebe por herança, em 1892, situada em Santa Cruz do Douro, irá dar origem ao conto *Civilização* que, mais tarde, se amplifica e transforma no romance *A Cidade e as Serras*. «Nouvelle phantaisiste» como ele próprio definiu, repleta de subtis ambiguidades e grande apuramento estilístico, aí caricatura os exageros da civilização tecnológica, pondo em confronto o viver artificial das cidades com a simplicidade da vida e do campo. Eça glosava aqui, em suma, uma dicotomia que ele próprio experimentava, o desejo de viver em Santa Cruz do Douro (Tormes, no romance) sem, no entanto, dispensar as inúmeras vantagens materiais e culturais, que usufruía em Paris. Eis uma pequena obra prima escrita num momento particularmente significativo, o do reencontro do escritor com a autenticidade do Portugal rural, quando se agudizava o cansaço do viver citadino, associado às maleitas da sua precaríssima saúde, dois anos do profundo abalo provocado pelo *Ultimatum* inglês.<sup>203</sup>

Os protagonistas destes romances finais são personagens positivas, bondosas, de coração generoso, ainda que revelem suas fraquezas. Enfim, são humanos, de um humanismo fraterno, com olhar piedoso sobre o próximo. Reconhecemos nas obras alguns aspectos já retratados em romances anteriores (o adultério, os jogos de interesses, os serões fúteis, a obtenção de cargos políticos, etc.) porém, notamos no autor um olhar crítico mais amenizado sobre a sociedade portuguesa da época, daí o facto destes protagonistas acusarem maior superioridade face aos seus anteriores.

Em *A Ilustre Casa de Ramires*, recorre-se ao passado medieval dos grandes heróis, das batalhas sangrentas em nome da honra dos Ramires para se apresentar um descendente fraco e, aparentemente, indigno do nome que tem. Por fim, acabamos por reconhecer nele a nobreza dos vetustos Ramires, revelando a essência escondida e recalcada.

Em *A Cidade e as Serras*, a mensagem não é tão clara. A ambiguidade da obra é muito intensa devida também ao facto do narrador participar na história e conviver com o protagonista. Notamos, igualmente, a ironia como um elemento constante, o que dificulta o acesso ao pensamento sincero do narrador personagem. Consideramos, no entanto, que há aqui uma certa herança de *A Ilustre Casa de Ramires*. Jacinto não nasceu português mas é um “Jacinto rural” e sente o forte apelo das suas raízes portuguesas. Os seus antepassados são o pretexto que o obrigam a tomar contacto com as suas raízes.

---

<sup>203</sup> A. Campos Matos, *Sobre Eça de Queirós*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, p. 335.

Gonçalo redescobre-se na subida à Torre. Vivencia uma iniciação, uma busca de si mesmo. Jacinto redescobre-se em Tormes, no seu castelo, no Castelo da Grã Ventura. Nos dois 'Happy end' descortinamos uma mensagem positiva do autor, na qual mostra ser possível esperar por algo melhor.

Jacinto surge, na visão do narrador, em paralelo com D. Quixote, por um lado, e D. Sebastião, por outro. Contudo, 'este D. Quixote' irá intervir sobre a realidade, na mesma medida em que este 'D. Sebastião' efectuou um regresso à sua terra.

A mensagem é clara: Jacinto dá a presença de bondade e acção não só ao sonhador D. Quixote mas também ao Rei vencido que, reencarnando nele, faz frutificar o sonho. São desnecessárias já as "catástrofes" anteriormente apetecidas e até o "tal braço arrojado de Nun'Álvares" única salvação entrevista em *Os Maias*.<sup>204</sup>

---

<sup>204</sup> Teresa Rita Lopes, "Eça e o Regresso às raízes", in, *150 Anos com Eça de Queirós, Anais do II Encontro Internacional de Queirosianos*, S. Paulo, 1997, Centro de Estudos Portugueses (org. e ed. Elza Miné e B. Justo Cariato), p. 506.

## Considerações finais

“Não se pode negar que a acção do *Ultimatum*, ocorrido dois anos antes da primeira visita de Eça a Tormes, a nostalgia da pátria e a idade, tenham determinado um apaziguamento e inflexão, distantes já do realismo de escola com que afirmou a natureza inicial do seu talento.”<sup>205</sup>

Esperamos ter demonstrado que esta nostalgia da pátria passa, decididamente, pelo que o país tem de mais genuíno, ancestral, tradicional e puro, enfim, por aquilo que é verdadeiramente português. Não esqueçamos toda a travessia literária do autor, os encantos e desencantos com as correntes realistas e naturalistas, as ilusões e desilusões com as influências vindas de Inglaterra e França, o conformismo do grupo dos “vencidos da vida”, testemunho do ‘arrefecimento’ dos ímpetos irreverentes dos jovens da “Questão Coimbrã” e das “Conferências do Casino”, a situação política vivida, a desilusão com a monarquia e o advento da República, os primeiros ares da modernidade, que o autor foi dos primeiros a pressentir e a respirar.

Eça de Queirós, durante anos a fio, com grande mestria literária, humor e requintada ironia denunciou os males em que a sociedade portuguesa do final do século XIX enfermava. Relatou e documentou, com grande estilo e em renovada e moderna linguagem os costumes da época em que viveu.

O seu projecto literário constitui um testemunho inigualável desses anos, um autêntico documento histórico que nos diverte, apaixonava e prende. Pode pedir-se maior dedicação de um escritor ao seu país?

Foi nossa intenção demonstrar que a *Ilustre Casa de Ramires* e *A Cidade e as Serras*, obras do chamado “último Eça” não são as únicas manifestações de sentido patriótico do autor. Textos não ficcionais (*vide* capítulo II) e obras suas antecessoras deixaram já uma suspeita dessa atitude. Recordemos a Geração literária a que o escritor pertenceu e os propósitos reformadores desta, recordem-se as “Cenas da Vida portuguesa” anunciadas em *Os Maias*<sup>206</sup>, o simbólico final de *O Crime do Padre Amaro* (*vide* capítulo III). O sentido patriótico de Eça mantém-se

<sup>205</sup> Campos Matos, in, *Camões. Revista de Letras e Cultura lusófonas*, Abril-Setembro, 2000, n.º 9-10, Instituto Camões, p.99.

<sup>206</sup> Recordemos o próprio Afonso da Maia: Ama a natureza e o que é pobre e fraco. Tem altos e firmes princípios morais. É o símbolo do velho Portugal que contrasta com o novo Portugal – o da *Regeneração* – cheio de defeitos. Na época de escrita d’*Os Maias*, constituía o sonho de um Portugal impossível por falta de homens capazes. Nos romances finais apresenta os seus “homens capazes” que Afonso não conheceu, mas que surgiram mais tarde.

ao longo da escrita e acentua-se na sua fase final devido a uma razão: a ânsia pela renovação da sociedade portuguesa.

Creemos, efectivamente, que no último Eça há, pela primeira vez, laivos de esperança e não desilusão. Há também a estabilidade familiar. Há, ainda, a redescoberta do Douro.

Eça de Queirós, em nosso ver, apresenta na sua terceira e última fase de escrita literária, uma esperança, esperança numa elite de pessoas, pertencentes à aristocracia tradicional, de origem rural, detentoras de capacidade para descortinarem o verdadeiro rumo a dar ao país, de forma a torná-lo mais evoluído, mais moderno

A redescoberta do país tem, no entanto, de partir do interior, pois, é no interior que está a essência do ser português. É necessário efectuar uma introspecção, perscrutar e conhecer o íntimo e fazê-lo brotar com toda a sua originalidade e identidade próprias. É no recurso à História que podemos encontrar o aliado certo para a dita viagem ao íntimo.

Ambos os protagonistas das suas obras finais vivenciaram a “descida aos infernos” para se renovarem e triunfarem, tornando-se melhores pessoas, congregadoras da admiração de todos os que os rodeiam. Ambos tiveram de buscar as suas origens, a ambos sucedeu um encontro “redentor” com os seus antepassados, embora em Gonçalo este seja de maior profundidade. Em Jacinto o encontro com os seus antepassados servira-lhe de pretexto para o regresso a Portugal.

Estará implícito neste regresso a Portugal o próprio regresso do escritor? Por vezes, em algumas cartas deu a entender que possuía esse desejo, nomeadamente, em cartas à esposa e a Oliveira Martins. O propósito deste trabalho não se destinou a abordar essa questão. Pretendemos, antes, defender o nosso entendimento acerca do espírito de comprometimento que o escritor sentiu face ao seu país e que o levou a dedicar-lhe páginas e páginas da sua produção literária, no sentido de poder contribuir para uma melhor formação das suas gentes. A esta atitude chamámos ‘sentido patriótico’, sentido esse que reside na vontade de

*reaportuguesar* Portugal. *Reaportuguesar* o país consiste num regresso à matriz da cultura nacional, à valorização da identidade, à valorização da História, consiste, ainda, na descida ao interior da alma portuguesa. Este regresso é efectivado pelas personagens Jacinto e Gonçalo, ambos reabilitados pelas próprias virtudes que desconheciam possuir, após um longo processo de iniciação.

Quanto a nós, estes personagens foram criados na mente do escritor desde cedo. Antevemo-los nas cartas a Oliveira Martins, na polémica com Pinheiro Chagas, n'Os *Maias*, em textos doutrinários. O que pretendeu foi tentar recuperar o orgulho pátrio que ele próprio também perdera. Mas eis que lhe surge um pequeno raio de esperança: Jacinto alcança o equilíbrio necessário para viver e proporcionar melhores condições de vida aos que o rodeiam; Gonçalo percepção os verdadeiros valores que nobilitam o ser humano.

Aquilo a que temos chamado "último Eça" é um escritor que prepara o fim das suas obras, que não chega a ver publicadas. É o Eça que prepara outros discursos: o discurso da geografia, da História, do conto, até da auto-biografia mitigada, é o Eça que, n' *A Cidade e as Serras*, aborda outros fins, bem mais complexos e transcendentais que o fim do romance, o fim-de-século e o fim da civilização.

## **BIBLIOGRAFIA ACTIVA**

**QUEIRÓS**, Eça de, *Cartas e Outros Escritos*, Ed. Livros do Brasil, Lisboa, 2001

**QUEIRÓS**, Eça de, *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e Mais Páginas Esquecidas*, Porto, Lello & Irmão, 1929

**QUEIRÓS**, Eça de, *Correspondência*, org. Guilherme Castilho, Volume I, Lisboa, INMC, 1983

**QUEIRÓS**, Eça de, *Correspondência II*, org. Guilherme Castilho, Volume I, Lisboa, INMC, 1983.

**QUEIRÓS**, Eça de, *O Crime do Padre Amaro*, INMC, Lisboa, 2000.

**QUEIRÓS**, Eça de, *Os Maias*, Livros do Brasil, S/d

**QUEIRÓS**, Eça de, / Oliveira Martins. *Correspondência*. Campinas, Editora da Unicamp, 1995

**QUEIRÓS**, Eça de, *Cartas Inéditas de Fradique e mais Páginas Esquecidas*, edição, p. 266, 1929.

## **BIBLIOGRAFIA PASSIVA**

**COELHO**, Jacinto do Prado, *A Letra e o Leitor*, 1969, Lisboa, Moraes, 1977.

**CORTESÃO**, Jaime - *Eça de Queirós e a questão social*, Lisboa, Portugália, 1970.

**CUNHA**, Maria do Rosário - *Molduras: articulações externas do romance queirosiano*, Coimbra, Universidade Aberta, 1997.

**DIOGO**, Américo Lindeza, *O último Eça, o romance e o mito*, Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, 2001.

**DIOGO**, Américo Lindeza, *Os Caminhos do Patriarca, Representação, Tempo e o Romance no Último Eça*, Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, 2001.

**DUARTE**, Luiz Fagundes - *A fábrica dos textos*, Lisboa, Cosmos, 1993.

**FARO**, Arnaldo da Costa - *Eça e o Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, Editora Nacional, 1977.

**GUERRA DA CAL**, Ernesto - *Língua e estilo de Eça de Queiroz*, 4a ed., Coimbra, Liv. Almedina, 1981.

**LINS**, Álvaro - *História literária de Eça de Queiroz*, Rio de Janeiro, Ed. de Ouro, 1965.

**LOURENÇO**, Eduardo, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Gradiva, 2004, 3ª edição.

**LOURENÇO**, Eduardo, *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Gradiva, Lisboa 1999.

**MAGALHÃES**, José Calvet de - *José Maria, a vida privada de um grande escritor*, Venda Nova, Bertrand, 1994.

**MARTINS**, A. Coimbra - *Ensaio queirosianos*, Lisboa, Pub. Europa-América, 1967

**MATOS**, A. Campos, org. e coord., *Dicionário de Eça de Queirós*, Lisboa, Ed. Caminho, 1988.

**MATOS**, A. Campos, org. e coord., *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queirós*, Lisboa, Ed. Caminho, ano??

**MATOS**, A. Campos, *Polémica Eça de Queirós – Pinheiro Chagas "Brasil e Portugal"*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2001.

**MATOS**, A. Campos, *Sobre Eça de Queirós*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

**MATOS**, Campos, in *Camões. Revista de Letras e Cultura lusófonas*, Abril-Setembro, 2000, n.º 9-10, Instituto Camões.

**MEDINA**, João - *Eça de Queiroz e a Geração de 70*, Lisboa, Moraes Editores, 1980.

**MEDINA**, João - *Eça político*, Lisboa, Seara Nova, 1974.

**MEDINA**, João, *Portuguesismo(s)*, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2006.

**MENEZES**, Djacir - *Crítica social de Eça de Queiroz*, 2ª ed., Fortaleza, Imprensa da Univ. do Ceará, 1962.

**MÓNICA**, Maria Filomena, in *Revista do Expresso*, n.º1450, de 12 de Agosto de 2000.

**MÓNICA**, Maria Filomena, *Eça de Queirós*, Lisboa, Quetzal Editores, 2001.

**MOOG**, C. Viana - *Eça de Queirós e o século XIX*, 5ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

**OLIVEIRA**, Alberto, *Eça de Queirós. Páginas de Memórias*, Portugal e Brasil Ed., Rio de Janeiro.

**PEREIRA**, Lúcia Miguel e Câmara Reys (org.) - *Livro do Centenário de Eça de Queirós*, Lisboa / Rio de Janeiro, Edições "Dois Mundos", 1945.

**PIEIDADE**, Ana Nascimento, *Fradiquismo e Modernidade no Último Eça*, Lisboa, INMC, 2003.

**PINA**, Álvaro Luís Antunes, "Eça de Queirós e o romance como poema dramático", *Actas do 1º Encontro Internacional de Queirosianos*, Porto, Asa, 1990.

**PIRES**, António Macedo, "Natureza e Civilização nos escritores naturalistas portugueses", in *Colóquio Letras*, n.º22, Novembro, 1974.

**REAL**, Miguel, *O Último Eça*, Quidnovi, Lisboa, 2006.

**REIS**, Carlos - *Estatuto e perspectivas do narrador na ficção de Eça de Queirós*, 3ª ed., Coimbra, Almedina, 1984.

**REIS**, Carlos e M. do Rosário Milheiro - *A construção da narrativa queirosiana. O espólio de Eça de Queirós*, Lisboa, Imp. Nacional-Casa da Moeda, 1989.

**REIS**, Carlos, *Actas do 1º e 2º Encontros em Tormes sobre a Modernidade e Ruralidade*, Ed. Fundação Eça de Queirós, 1999.

**REIS**, Carlos, *Estudos Queirosianos – Ensaios sobre Eça de Queirós e a sua obra*, Editorial Presença, Lisboa, 1999.

**ROSA**, A. Machado da - *Eça, discípulo de Machado?*, 2ª ed., Lisboa, Ed. Presença, 1979.

**QUENTAL**, Antero de, "Expição", in *Prosas*, vol. III, p. 144.

**QUENTAL**, Antero de, *Jornal A Província*, 26 de Janeiro de 1890.

**SACRAMENTO**, Mário - *Eça de Queirós - uma estética da ironia*, Coimbra, Coimbra Ed., 1945.

**SARAIVA**, António José, *As Ideias de Eça de Queirós*, Lisboa, Gradiva, 2000.

**SARAIVA**, António José, *Tertúlia Ocidental*, Gradiva, Lisboa, 1995.

**SÉRGIO**, António - "Notas sobre a imaginação, a fantasia e o problema psicológico-moral na obra novelística de Queirós" in *Ensaios*, Tomo VI, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1971.

**SIMÕES**, J. Gaspar - *Vida e obra de Eça de Queirós*, 3ª ed., Amadora, Liv. Bertrand, 1980.

**TELES**, Basílio, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro: um esboço de história política*, Lisboa, Portugália, 1968.

**VIANA**, Luís - *A vida de Eça de Queiroz*, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1983.

### **Sobre A Cidade e as Serras**

**COELHO**, Jacinto do Prado - "A tese de 'A Cidade e as Serras'" in *A letra e o leitor*, 2ª ed., Lisboa Moraes Editores, 1977.

**GROSSEGESSE**, Orlando - "Sobre a 're-carnavalização' em *A Cidade e as Serras*", *Queirosiana*, 1, Dez. 1991.

**LEPECKI**, Maria Lúcia - " O sentido de *A Cidade e as Serras*" in *Eça na ambiguidade*, Fundão, "Jornal do Fundão" Editora, 1974.

**PIEIDADE**, Ana Nascimento, *Ironia e Socratismo em A Cidade e as Serras* , Instituto Camões, Lisboa, 2002.

**PIWNIK**, Marie-Hélène - "Ce que le nom dit: Jacinto dans *A Cidade e as Serras* de Eça de Queirós" , *Colóquio/Letras*, 121-122, 1991.

**PIWNIK**, Marie-Hélène - "Du 'Jasmineiro' au '202': Paris d'Emile Zola?" in *Eça de Queirós et la culture de son temps. Actes du colloque, 22-23 avril 1988*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian , 1988.

**SOUSA**, Frank S. - "Da errância como atitude estética em Eça de Queiroz: do conto *A Perfeição* a *A Cidade e as Serras* ", *Revista da Faculdade de Letras*, 5ª série, 19/20, Lisboa, 1995-1996.

**SOUSA**, Frank S. - *O segredo de Eça. Ideologia e ambiguidade em "A Cidade e as Serras"*, Lisboa, Cosmos, 1996.

**TORRES**, Alexandre Pinheiro - "*A Cidade e as Serras* e as falsas soluções sociais do socialismo utópico proudhonista e do socialismo burguês de hoje" in *Ensaios Escolhidos-I*, Lisboa, Ed. Caminho, 1989.

**TORRES**, Alexandre Pinheiro - "Incidências huysmanianas n'*A Cidade e as Serras* de Eça de Queirós" in Isabel Pires de Lima (coord.), *Eça e "Os Maias"*, Porto, Edições Asa, 1990.

### **Sobre A Ilustre Casa de Ramires**

- BERRINI**, Beatriz, "Jacinto: aristocrata rural", in Colóquio Letras, n.º 97, (1987);
- CIRURGIÃO**, António - "A estrutura de *A Ilustre Casa de Ramires*", *Ocidente*, LXXVII, 377, 1969.
- COELHO**, Maria Teresa Pinto - "A *Ilustre Casa de Ramires* e a questão africana" in *Apocalipse e regeneração. O Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*, Lisboa, Cosmos, 1996, 193-264.
- GARCEZ**, Maria Helena Nery - "A ficção da História e a história da ficção em *A Ilustre Casa de Ramires*", *Queirosiana*, 3, 1992.
- PAGEAUX**, Daniel-Henri - "*A Ilustre Casa de Ramires* : da "mise en abyme" à busca do sentido" in Isabel Pires de Lima (coord.), *Eça e "Os Maias"*, Porto, Edições Asa, 1990.
- PIMPÃO**, A. J. da Costa - "Uma interpretação de *A Ilustre Casa de Ramires* de Eça de Queirós" in *Escritos Diversos*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1972.
- PIWNIK**, Marie-Hélène, "Gonçalo Mendes Ramires: História de uma degeneração", *Actas do 1º Encontro Internacional de Queirosianos*, Porto, Asa, 1990.
- REIS**, Carlos - "O espaço rural no romance queirosiano: *A Ilustre Casa de Ramires*" in *Les campagnes portugaises de 1870-1930: image et réalité. Actes des colloques, 2-4 déc. 1982*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1985.
- SANTOS**, Américo Oliveira - "De Carnide a Corinde: comutação e transvocalização na génese d'*A Ilustre Casa de Ramires*" in Isabel Pires de Lima (coord.), *Eça e "Os Maias"*, Porto, Edições Asa, 1990.
- SILVEIRA**, Jorge Fernandes da - "A casa portuguesa, uma *forma* de escrever Portugal: *A Ilustre Casa de Ramires* " in Elza Miné e Benilde Justo Caniato (eds.), *150 anos com Eça de Queirós*, São Paulo, Centro de Estudos Portugueses: Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa / FFLCH / USP, 1997.

### **OBRAS CONSULTADAS**

- SERRÃO**, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Lisboa, Verbo, volume IX.
- SERRÃO**, Joel, *Temas de Cultura Portuguesa II*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.